



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO**

**ADRIANA BENEDITA AZEVEDO DA SILVA**

**O/A IDOSO/A NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
um estudo nos espaços da Proteção Social Básica no Município de Belém-Pa**

**Belém-PA  
2018**

**ADRIANA BENEDITA AZEVEDO DA SILVA**

**O/A IDOSO/A NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**  
um estudo nos espaços da Proteção Social Básica no Município de Belém-Pa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em nível Mestrado, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Antônia Cardoso Nascimento.

**Belém-PA**  
**2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor(a)

---

S586o Silva, Adriana Benedita Azevedo da

O/A idoso/a na política de assistência social: um estudo nos espaços da proteção social básica no município de Belém-Pa / Adriana Benedita Azevedo da Silva. — 2018

142 f.: il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento

1. Política de Assistência. 2. Política Nacional do Idoso. 3. Serviço de Convivência. 4. Idoso/a. I. Nascimento, Maria Antônia Cardoso, *orient.* II. Título

---

CDD 362.6

**ADRIANA BENEDITA AZEVEDO DA SILVA**

**O/A IDOSO/A NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**  
um estudo nos espaços da Proteção Social Básica no Município de Belém-Pa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em nível Mestrado, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Serviço Social.

Belém, 21 de junho de 2018.

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Antônia Cardoso Nascimento – Orientadora – PPGSS/UFPA

---

Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes – Examinador Interno – PPGSS/UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Hilma Tereza Torres Khoury – Examinadora Externa – PRMSI/UFPA/HUJBB

À mulher mais forte que já conheci e a mais importante da minha vida. Minha mãe, Maria da Conceição.

## AGRADECIMENTOS

A Deus toda honra e glória sejam dadas, pois mesmo nos momentos em que cheguei a desacreditar de vós, nunca me abandonaste e hoje tenho certeza que sem a sua proteção e sua infinita bondade em me dar a sabedoria necessária, eu não teria chegado até aqui.

À minha família, representada na pessoa de minha mãe Maria da Conceição e irmãos Conceição, Marco Antônio, Pedro Paulo e em especial ao Cristiano, por toda a contribuição dada para que eu pudesse concluir esta pesquisa, e ao Cristian Vítor pela ajuda fundamental na organização e tabulação de dados. Obrigada por todo o amor, carinho e compreensão dispensado a mim, todos esses anos, saibam que sem o apoio de vocês esta jornada teria sido bem mais difícil. Amo vocês.

Agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Antônia Cardoso, por ter acreditado no meu potencial bem mais que eu mesma e por toda a contribuição no desenvolvimento deste trabalho, todos os seus ensinamentos foram de fundamental importância no meu amadurecimento tanto como pesquisadora quanto como pessoa, saiba que guardarei cada um com carinho todo especial.

Aos profissionais e idosos/as dos espaços que visitei, muito obrigada pelo carinho com que me receberam e por contribuírem neste trabalho de grande relevância para a discussão da velhice no município de Belém.

Aos amigos de turma: Margareth, Kamilo, Mayra, Anderson, Silvany, Danielson, Lorena, Edevaldo e Gizele, os quais ajudaram a tornar este percurso mais leve e alegre, obrigada pelos bons momentos, pelas risadas, companheirismo, cumplicidade, ajuda, enfim, pela amizade sincera que conseguimos estabelecer nesses anos convividos.

Aos professores do PPGSS: Reinaldo Pontes, Joana Valente, Maria Antônia, Solange Gayoso, Adriana Azevedo, Vera Gomes, Sandra Helena e Nádia Fialho, pela contribuição dada neste processo, bem como, a secretária do Programa Natália Assunção e aos bolsistas.

À Rosiane Silva, pela amizade construída e pelo empenho em acordar cedo (risos) para me acompanhar e contribuir na coleta de dados. Muito obrigada, Roselane, pela companhia, pelo carinho e amizade!

Aos amigos que permaneceram presentes em minha vida, obrigada pelo apoio e pela compreensão em alguns momentos.

Às eternas amigas da faculdade, minhas “jujubas” favoritas: Aricarla, Cris, Érica, Isabela, Yasmin, Débora, Laís, Darlene, Mayra e Raquel, obrigada pela força, pela torcida e pela amizade linda e sincera que construímos.

Agradeço ao Felipe Soares por todo carinho, compreensão, torcida, companheirismo, ajuda e preocupação para comigo, que essa amizade que surgiu e cresceu tão rápido permaneça por toda vida. Que seja por tudíssimo (risos).

Meus agradecimentos à banca examinadora composta pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Antônia Cardoso Nascimento, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Hilma Tereza Torres Khoury e pelo Prof. Dr. Reinaldo Pontes, pelo carinho e gentileza em aceitarem o convite e pelo compromisso e seriedade na avaliação deste.

Ao Henrique Alves, pela ajuda dispensada a mim nas questões tecnológicas e também nos momentos em que tudo pareceu insuportável. Muito obrigada pela contribuição e paciência que teve comigo.

Enfim, agradeço a todos aqueles que não foram citados, mas que se fizeram e fazem presentes em minha vida. Todos são lembrados com carinho e gratidão.

[...] é a classe dominante que impõe às pessoas idosas seu estatuto; mas o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela. Na vida privada, filhos e netos não se esforçam para abrandar o destino de seus ascendentes.

(Simone de Beauvoir)

## RESUMO

Este estudo objetiva analisar a relação entre o legal e o real no que diz respeito à Política de Assistência Social quanto à oferta de ações no Serviço de Convivência para idosos/as no município de Belém-PA. A pesquisa teve como método de investigação, o materialismo histórico e dialético, tendo como procedimentos técnico-operativos: levantamento bibliográfico, documental e de campo. O levantamento bibliográfico priorizou além das estatísticas sobre longevidade, o debate de autores clássicos e contemporâneos problematizando o envelhecimento humano no contexto da produção das desigualdades capitalistas, entendendo-o como uma categoria socialmente construída. O levantamento documental constituiu-se de leituras de documentos nacionais e internacionais, bem como de documentos de órgãos federais, com a finalidade de identificar os aspectos demográficos do envelhecimento a nível mundial, nacional e local, assim como, se buscou fazer um panorama histórico das políticas de proteção social aos/as idosos/as no Brasil, tendo como marco inicial as diretrizes implementadas por organizações internacionais. O trabalho de campo consistiu na observação sistemática dos doze CRAS's e do Centro de Convivência da Terceira Idade Zoé Gueiros, bem como, na consulta de documentos técnicos produzidos para orientar as ações realizadas com os usuários/as, como: relatórios, projetos e programas, além dos prontuários dos idosos/as. Além disso, também foi realizada entrevista semiestruturada com cinco profissionais de quatro equipamentos, a fim de analisar como eles avaliam os limites e possibilidades da materialização dos preceitos da Política em âmbito local. Os resultados indicam as contradições existentes entre o que preconiza a Política de Assistência com a realidade observada nos espaços de execução do Serviço de Convivência, deste modo identificou-se a precariedade na estrutura física e nos recursos materiais e humanos utilizados nos CRAS's, bem como, o tratamento desigual que a Política Municipal de Assistência oferece ao Centro Zoé Gueiros, o qual se constitui no único espaço que atende aos requisitos estruturais e de acessibilidade predispostos pela Política. Também, apreendeu-se que as mulheres na faixa etária de 60 a 69 são as principais demandantes do Serviço, em razão principalmente da condição de isolamento em que vivem, o que as leva a serem regularmente atendidas pelo Serviço, resistindo ao desligamento após dois anos de ingresso, preconizado pela Política. Tal situação leva ao esforço dos técnicos em viabilizar estratégias que legitimem a permanência dessas idosas no Serviço, demonstrando a contradição existente na Política caracterizada pelo discurso de universalização de acessos e a real dificuldade na sua materialização. Conclui-se, portanto, que apesar dos avanços no âmbito da Política de Assistência, em especial no que diz respeito ao Serviço de Convivência para idosos/as a materialidade das ações, hoje, ainda estão permeadas por fragilidades. Neste sentido, considera-se que há limites estruturais e de gestão que incidem diretamente na materialização das ações, pois o que se observa na realidade é que os espaços socioassistenciais atendem minimamente ao que predispõe a Política, o que leva tanto ao esforço quanto ao imprevisto dos profissionais em tentar atender ao que preconiza a Política. Portanto, fica evidente que o real e o legal quanto à oferta e execução de serviços socioassistenciais dialogam minimamente, nos espaços de execução da Política no município de Belém- Pa, em especial no Serviço de Convivência.

**Palavras-chave:** Política de Assistência. Política Nacional do Idoso. Serviço de Convivência. Idoso/a.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the relationship between the legal and the real with regard to the Social Assistance Policy regarding the offer of actions in the Cohabitation Service for the elderly in the municipality of Belém-PA. The research had as method of investigation the historical and dialectical materialism, having as technical-operative procedures: bibliographical, documentary and field survey. The bibliographical survey prioritized beyond the statistics on longevity the debate of classic and contemporary authors problematizing human aging in the context of the production of capitalist inequalities, understanding it as a socially constructed category. The documentary survey consisted of readings of national and international documents, as well as documents from federal agencies, in order to identify the demographic aspects of aging at the national and local world level, as well as, if a historical overview of the policies of social protection to the elderly in Brazil, having as initial mark the guidelines implemented by international organizations. The field work consisted of the systematic observation of the twelve CRASs and the Zoé Gueiros Third Age Co-existence Center, as well as the consultation of technical documents produced to guide the actions carried out with users such as reports, projects and programs, in addition to, of the medical records of the elderly. In addition, a semi-structured interview with five professionals from four teams was also carried out to analyze how they evaluate the limits and possibilities for the materialization of the precepts of the Policy at the local level. The results indicate the contradictions between what the Assistance Policy advocates with the reality observed in the Coexistence Service's execution spaces, thus, it was identified the precariousness in the physical structure and in the material and human resources used in the CRAS, as well as the unequal treatment that the Municipal Assistance Policy offers to the Zoé Gueiros Center, which is the only space that meets the structural and accessibility requirements set by the Policy. Also, it was found that women in the age group of 60 to 69 are the main claimants of the Service, mainly because of the isolation condition in which they live which leads them to be regularly served by the Service, resisting the dismissal after two years of admission, recommended by the Policy, this situation leads to the technicians' effort to make feasible strategies that legitimize the permanence of these elderly women in the Service, demonstrating the contradiction existing in the Politics characterized by the discourse of access universalization and the real difficulty in its materialization. It is concluded, therefore, that in spite of advances in the scope of the Assistance Policy, in particular with regard to the Coexistence Service for the elderly, the materiality of the actions, today, are still permeated by weaknesses. In this sense, it is considered that there are structural and management limits that directly affect the materialization of actions, because what is observed in reality is that the social assistance spaces attend minimally to what predisposes the Policy, which leads to both effort and improvisation of professionals in trying to attend to what the Policy advocates. Therefore, it is evident that the real and the legal regarding the offer and execution of social assistance services dialogue minimally, in the spaces of execution of the Policy in the municipality of Belém-Pa, especially in the Coexistence Service.

**Keywords:** Assistance Policy. National Policy on the Elderly. Coexistence Service. Elderly.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografias 1 e 2:</b> Fachadas dos Prédios dos CRAS's Mosqueiro e Cremação. ....	<b>64</b>
<b>Fotografia 3:</b> Sala adaptada com suporte para apoio no Zoé Gueiros. ....	<b>66</b>
<b>Fotografias 4 e 5:</b> Área de realização de atividades dos CRAS's Aurá e Terra Firme. ....	<b>67</b>
<b>Fotografias 6 e 7:</b> Sala de atividades do CRAS Cremação. ....	<b>68</b>
<b>Fotografia 8:</b> Senhoras com trajes esportivos no CRAS Mosqueiro. ....	<b>75</b>
<b>Fotografia 9:</b> Idosa com dificuldade de locomoção no CRAS Aurá. ....	<b>76</b>
<b>Fotografia 10:</b> Idosas em momento fraterno após atividades no Zoé Gueiros. ....	<b>76</b>
<b>Fotografia 11:</b> Idosas no CRAS Barreiro. ....	<b>77</b>
<b>Fotografias 12 e 13:</b> Acolhida com Alongamento nos CRAS's Aurá e Terra Firme. ....	<b>79</b>
<b>Fotografia 14:</b> Momento do Lanche no CRAS Mosqueiro. ....	<b>80</b>
<b>Fotografias 15 e 16:</b> Atividades com os/as idosos/as do Zoé Gueiros. ....	<b>85</b>
<b>Fotografias 17 e 18:</b> Atividades com os/as idosos/as do Zoé Gueiros. ....	<b>85</b>
<b>Fotografia 19:</b> Idosos/as em atividade física no Zoé Gueiros. ....	<b>86</b>
<b>Fotografia 20:</b> Idosos em Praça de Recreação no Zoé Gueiros. ....	<b>88</b>
<b>Fotografias 21 e 22:</b> Momento de Roda de Conversa no CRAS Aurá. ....	<b>115</b>
<b>Fotografias 23 e 24:</b> Idosos/as dançando no CRAS Aurá. ....	<b>116</b>
<b>Fotografia 25:</b> Roda de Conversa no CRAS Barreiro. ....	<b>117</b>
<b>Fotografia 26:</b> Atividade de Yoga realizada no CRAS Guamá. ....	<b>119</b>
<b>Fotografias 27 e 28:</b> Atividade Física Funcional no Zoé Gueiros e no CRAS Terra Firme. ....	<b>120</b>
<b>Fotografias 29 e 30:</b> Atividades preparativas de festejos realizados nos CRAS's Pedreira e Jurunas. ....	<b>121</b>
<b>Fotografias 31 e 32:</b> Idosas dos CRAS's Outeiro e Mosqueiro em Apresentações de Dança. ....	<b>122</b>
<b>Fotografias 33 e 34:</b> Idosas dos CRAS's Outeiro e Mosqueiro em Apresentações de Dança. ....	<b>122</b>
<b>Fotografias 35 e 36:</b> Apresentação Teatral realizada no CRAS Mosqueiro e no Zoé Gueiros. ....	<b>123</b>
<b>Fotografias 37 e 38:</b> Passeios Turísticos promovidos pelo CRAS Outeiro e Zoé Gueiros. ....	<b>124</b>
<b>Fotografias 39 e 40:</b> Atividade de Memória realizada no CRAS Cremação e no Zoé Gueiros. ....	<b>125</b>
<b>Fotografias 41 e 42:</b> Confecção Artesanal nos CRAS's Benguí e Mosqueiro. ....	<b>126</b>

## **LISTA DE GRÁFICO**

**Gráfico 1:** Proporção de homens e mulheres por regiões do mundo, com 60 anos ou mais, em 2002 e 2020. ....71

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Quantitativo de Idosos/as atendidos no SCFV por faixa etária e sexo. ....	<b>70</b>
<b>Tabela 2:</b> Indicadores de Raça/Etnia dos/das Idosos/as no SCFV. ....	<b>73</b>
<b>Tabela 3:</b> Indicadores de Situação Prioritária dos/das Idosos/as no SCFV por variação de sexo.....	<b>91</b>
<b>Tabela 4:</b> Indicadores de Renda dos/das Idosos/as no SCFV. ....	<b>97</b>
<b>Tabela 5:</b> Indicadores de Tempo de Vínculo dos/das Idosos/as no SCFV por variação de sexo.....	<b>104</b>
<b>Tabela 6:</b> Atividades ofertadas aos/as Idosos/as no SCFV. ....	<b>111</b>

## LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
BF	Bolsa Família
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
IAPs	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILC	Centro Internacional de Longevidade
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PAME	Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento
PCD	Pessoa com Deficiência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNI	Política Nacional do Idoso
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO .....	18
PROCEDIMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS .....	21
<b>1 A PRODUÇÃO SOCIAL DA IDADE: DESTAQUE PARA O/A VELHO/A</b> .....	26
1.1 DOS/DAS VELHOS/AS NAS SOCIEDADES ANTIGAS AO/A IDOSO/A NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	32
1.2 A TERCEIRA IDADE .....	38
<b>2 AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL AOS/AS IDOSOS/AS NO BRASIL</b> .....	43
2.1 LUTAS SOCIAIS E REINVINDICAÇÕES EM PROL DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AOS/AS IDOSOS/AS NO BRASIL .....	44
2.1.1 Diretrizes internacionais e rebatimento no Brasil .....	48
2.2 PNI, ESTATUTO DO IDOSO E PNAS .....	55
<b>3 O/A IDOSO/A NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ</b> .....	62
3.1 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DA PSB EM BELÉM .....	63
3.2 COTIDIANO DOS/DAS IDOSOS/AS NO SCFV OFERTADO NOS CRAS'S E NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE ZOÉ GUEIROS .....	69
3.2.1 Centro de Convivência da Terceira Idade Zoé Gueiros .....	81
<b>4 O SCFV PARA IDOSOS/AS NO MUNICÍPIO DE BELÉM E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	89
4.1 ATIVIDADES OFERTADAS AOS/AS IDOSOS/AS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ..	109
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	128
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	133
<b>APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada dirigida a Técnicos do SCFV e Gestores dos CRAS</b> .....	140
<b>APÊNDICE B – Termo de Autorização de Uso de Voz e Imagem</b> .....	141

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano é um fenômeno que está em curso em todo mundo, e segundo Silva e Souza (2010) já se encontra consolidado nos *países desenvolvidos* e se apresenta de maneira crescente nos chamados *países em desenvolvimento*<sup>1</sup>. O crescimento do segmento idoso/a, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2005), esteve inicialmente mais associado às regiões mais *desenvolvidas*, por exemplo, nove entre dez países com população idosa acima de 10 milhões de pessoas estão na Europa e se espera que haja pouca mudança nesta ordem até o ano de 2025 quando os indivíduos acima de 60 anos formarão um terço da população de países como Japão, Alemanha e Itália, seguidos por outros países europeus.

Levando em consideração os *países em desenvolvimento*, estudos da OMS (2005) indicam que no ano de 2002 quase 400 milhões de idosos/as viviam nesses países e estima-se que até 2025, este número terá aumentado para aproximadamente 840 milhões de pessoas. Além do mais, observa-se que em termos de região, mais da metade da população idosa mundial vive na Ásia e estimativas indicam que este percentual tende a aumentar ainda mais, conforme indica a mesma fonte.

Dados disponibilizados no Relatório *Envelhecimento no Século XXI: celebração e desafio* (2012) apontam que no ano de 2012 a população idosa mundial correspondia a 810 milhões de pessoas, constituindo 11,5% da população global; e segundo as projeções apontadas neste documento esse número tende a aumentar e chegar a um bilhão de pessoas, com margem de duplicação de dois bilhões em 2050 e poderá constituir 22% da população global. Os estudos apontados pelo referente relatório indicam que a cada três pessoas com mais de 60 anos no mundo, duas vivem em países em desenvolvimento.

Nesta mesma direção, estudos do Centro Internacional de Longevidade – ILC-Brasil (2015) ressaltam que o ano de 2050 será considerado um divisor de águas em relação ao envelhecimento, isso porque há estimativas de que neste ano 21% da população mundial terá

---

<sup>1</sup> A discussão sobre as terminologias *países desenvolvidos* e *em desenvolvimento* não são expressas nestes estudos, considerando as determinações históricas desses países, pois não deixam evidente que as diferenciações econômicas dos países são resultantes históricas de um processo de acumulação desordenada, que levou, segundo Galeano (1987), a extrema exploração de países, especialmente os da América Latina. Esses países, ainda segundo o autor, foram fortemente explorados durante o período de colonização pelos países que detinham o monopólio comercial, em decorrência do grande número de riquezas naturais que abrigavam, a exploração foi desumana e devastadora para esses países, milhares de vidas foram ceifadas, dentre índios, negros e imigrantes, uma série de recursos naturais foi levada ao esgotamento, acarretando na pobreza e desigualdades econômicas entre os países que se refletem ainda hoje.

mais de 60 anos, evidenciando que tal fenômeno é um processo em progressão, já que se observa um aumento percentual gradativo no decorrer de décadas.

Diz ainda que o número de pessoas com idade acima de 60 anos será maior que o número de crianças abaixo dos 15 anos. Em contrapartida, atualmente já existem mais idosos/as acima dos 60 anos do que crianças abaixo dos 05 anos. Além do mais, em 2050, em aproximadamente 64 países, 30% da população terá idade acima de 60 anos, principalmente as pessoas oriundas de economias desenvolvidas e parte da América Latina e da Ásia (ILC-BRASIL, 2015).

A população idosa no Brasil não foge das projeções acima ilustradas. No País este segmento vem crescendo significativamente nas últimas décadas, segundo dados da OMS (2005) o Brasil até 2025 será o sexto País do mundo em número de idosos/as, e isso demandará cada vez mais a atenção do poder público para as necessidades que emergem durante o processo de envelhecimento. A III Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe, realizada no ano de 2012, aponta que no Brasil está havendo uma redução significativa da população jovem e um aumento no número absoluto de idosos/as. As projeções ressaltadas nesta Conferência indicam que o número de idosos/as no País irá ampliar sua importância relativa, passando de 7,8% para 23,6%. Esse aumento na concentração da população idosa brasileira terá uma taxa média de crescimento de 3,2% entre idosos/as e de 4% ao ano dos muito idosos/as, ou seja, aqueles de 80 anos ou mais.

Essa expansão pode ser verificada nos censos demográficos, os quais comprovam que a sociedade brasileira vem passando por mudanças na sua pirâmide etária. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no ano de 2013 e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014, o número de idosos/as no Brasil continua crescendo, passando de 12,6% em 2012 para 13% em 2013, ou seja, o número de pessoas com idade acima de 60 anos no País atingiu 26,1 milhões de pessoas e continua em crescimento.

Cabe mencionar que dentre o segmento idoso/a há aqueles que chamam atenção em razão de viverem muito além da estimativa de vida, nesse caso, trata-se de indivíduos que atingem uma idade bem mais elevada. Camarano (2002, grifo da autora) definiu esse grupo como o *idoso mais idoso*, o qual compreende a faixa etária de 80 anos ou mais e que já ultrapassou a expectativa de vida. Embora seja um contingente pequeno em relação aos

demais, esse grupo tem crescido de maneira significativa no Brasil, na avaliação da referida especialista.

Pesquisas mais recentes divulgadas na III Conferência Intergovernamental da América Latina e Caribe (2012) indicam que esse segmento é o que mais vem apresentando crescimento no País, de 170,7 mil pessoas em 1940, o segmento *mais idoso* passou para 2,9 milhões em 2010, representando 14,3% do segmento idoso e 1,5% da população total. Ponderando a contínua redução da mortalidade, principalmente nas idades avançadas, estima-se que esse segmento atinja em 2040 o total de 13,7 milhões de pessoas, ou seja, 6,7% da população total e 24,6% da população idosa.

Não se descartam os dados disponibilizados pelos censos, conferências, etc., porém, importa atentar para o fato destes nos permitirem uma projeção que desconsidera a heterogeneidade e desigualdades que permeiam a existência dos seres vivos em geral e do humano em particular. Nesse sentido, Bernardo (2016) faz uma crítica à hegemonia que vem ganhando alguns estudiosos da área da gerontologia<sup>2</sup>, os quais denotam uma tendência a estudar o envelhecimento sob os aspectos demográficos ou epidemiológicos, não levando em consideração a perspectiva de classe social. Se o processo de envelhecimento delimita certo momento do ciclo de vida, que passou a ser definido pelo marcador etário, então pensar a velhice, segundo a autora, implica fazer uma articulação dessa experiência na sua processualidade e historicidade.

Ela acrescenta ainda, que ao se tratar a velhice como um *problema social* em razão de seu declínio biológico ou de seu aumento demográfico, sem levar em consideração o lugar de classe, sexo e raça/etnia dos/as velhos/as, no contexto capitalista, evidencia um paradoxo muito presente nos discursos oficiais, ou seja, a idealização da velhice como uma conquista máxima da humanidade a ser celebrada e, por outro lado o alarme para a questão do envelhecimento de maneira aclassista e abstrata, denotando a necessidade de reflexão de que a velhice hoje enquanto uma construção social tem um papel dentro da sociedade e sua compreensão é de fundamental importância no contexto das relações de reprodução social.

Utilizando como exemplo a particularidade brasileira, sabe-se que o País vive disparidades econômicas, sociais e culturais enormes, esses fatores influenciam em maior

---

<sup>2</sup> A gerontologia enquanto um campo específico do saber aborda múltiplas dimensões que contemplam desde a geriatria enquanto uma especialidade médica, até as iniciativas da psicologia e das ciências sociais que discutem e acompanham as formas de bem-estar e avanço das idades, perpassando também empreendimentos voltados para o cálculo dos custos financeiros que o envelhecimento da população acarretará para a contabilidade nacional. Como uma abordagem multidisciplinar, os estudos gerontológicos contribuíram para a constituição do idoso em um problema social, assim como, empenhou-se na sensibilização da sociedade brasileira para os dramas que envolvem a questão do envelhecimento [...] (DEBERT, 1997).

grau o modo de envelhecer dos indivíduos nas diferentes regiões do Brasil, ou seja, o envelhecimento não pode ser considerado homogêneo em decorrência de condições biológicas, porque há razões de ordem econômica, social e estrutural que vão demonstrar exatamente o contrário, que o envelhecimento humano é um processo heterogêneo determinado fundamentalmente por esses últimos fatores os quais contribuem para a forma como os indivíduos envelhecem e se percebem nessa fase, conforme chamam atenção Silva e Souza (2010, p. 86):

As condições econômicas, as diferenças culturais e regionais, o acesso à rede de serviços básicos como: saúde, educação, saneamento básico, lazer, entre outros, são fatores que podem contribuir para uma boa qualidade de vida e influenciar no processo individual do envelhecimento. Portanto, de forma alguma os idosos formam um grupo homogêneo, com necessidades iguais ou semelhantes, como a exemplo de outros segmentos sociais; existem as especificações que o caracterizam, exigindo assim atenção ao se pensar as políticas para tal grupo.

O aumento deste segmento em todo mundo e, conseqüentemente no Brasil, levou a uma reavaliação nas formas de pensar a velhice, se antes a mesma era tratada muito mais em razão de seus aspectos biológicos e culturais, atualmente ela se tornou sinônimo de preocupação na agenda dos governantes, devido à mobilização por parte do movimento social em defesa dos direitos dos/as idosos/as, e principalmente por causa dos entraves que esse crescimento pode gerar na economia dos países. Essas questões aumentaram a visibilidade deste segmento etário neste século XXI, tornando as tradicionais políticas sociais dirigidas a ele alvo de discussão e inovação como a Política Nacional do Idoso, aprovada em 1994 e reconhecida de forma transversalizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No caso deste último, responsável pela normatização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ressalta-se o trabalho realizado em um dos espaços de atendimentos dos serviços socioassistenciais, ou seja, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o qual se constitui em espaço de execução da Proteção Social Básica. Neste Centro, destaca-se a presença dos/as idosos/as, especialmente em dois serviços: Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Levando em consideração a participação contínua dos/as idosos/as no SCFV, este será acentuado nesta dissertação de mestrado, tal Serviço é realizado em grupos e sua forma de organização se dá a partir de percursos, na busca de garantir aquisições progressivas aos seus usuários/as, de acordo com o seu ciclo de vida, visando complementar o trabalho social com

famílias e prevenir a ocorrência de risco social. Sua forma de intervenção é planejada, a qual cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências tanto individuais quanto coletivas, na família e no território (BRASIL, 2009).

Esse objetivo da Política é o que mais incorpora as discussões atuais que tentam rever o tratamento dado aos/as idosos/as que pertencem ao segmento da classe trabalhadora mais desprotegida pelo Estado brasileiro, considerando a sua condição de sujeito social e político. Daí o recorte de pesquisa ter priorizado a particularidade da viabilização do SCFV no âmbito da Política Municipal de Assistência Social na cidade de Belém que afirma reproduzir as premissas e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social aprovada em 2004. Em face disso *o objetivo geral da pesquisa foi investigar a correspondência entre o legal e o real no que diz respeito à PNAS quanto à oferta de ações no Serviço de Convivência para os/as idosos/as em Belém-Pa.* Para subsidiar o alcance deste propósito, consideraram-se os seguintes objetivos específicos: *realizar mapeamento das ações desenvolvidas com os idosos/as nos espaços de execução da PSB; analisar o desenvolvimento dessas ações; identificar junto aos profissionais como eles avaliam as ações dirigidas ao usuário idoso/a na Política de Assistência.*

## PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Segundo Netto (2011), Marx em sua elaboração teórico-científica a partir de aproximações sucessivas com seu objeto de pesquisa, ou seja, a sociedade burguesa, buscou analisar esta sociedade e seus interesses e as transformações oriundas de seu modo de produção, o capitalismo. Seu objetivo era identificar sua origem, suas determinações e seu funcionamento, demonstrar seu caráter contraditório e encontrar formas que possibilitassem sua superação. Para tanto, Marx (1978) considerou criticamente o método da Economia Política, o qual centrava suas análises de modo a atender os interesses da classe dominante e o tomou como ponto de partida para a construção do seu próprio método, ele compreende que as determinações desta sociedade só podem ser entendidas quando se considera as condições materiais de existência numa perspectiva de totalidade.

Marx (1996) enfatiza que na medida em que a economia política atende aos interesses da burguesia, ao invés de compreender o capitalismo como um estágio de evolução historicamente transitório, o entende como a configuração última e absoluta da produção

social. Diferindo desta perspectiva, a análise de Marx considera o movimento social como um processo histórico que é regido por leis que não apenas independem da vontade, consciência e intenção dos homens, mas ao contrário, muito mais determinam a vontade e as intenções destes (MARX, 1996).

Assim, o método construído por Marx, segundo Netto (2011), não consiste em um conjunto de regras formais aplicadas a um objeto que foi recortado para determinada investigação, tampouco se constitui em regras que o sujeito pesquisador escolhe de acordo com sua vontade para produzir o seu objeto de investigação. Implica, pois, em determinada perspectiva do pesquisador, a qual requer do mesmo uma relação com seu objeto de estudo de modo a extrair dele suas múltiplas determinações.

Por esta razão, o envelhecimento humano, objeto aqui em questão, será investigado a partir das contribuições fornecidas por Karl Marx e Friedrich Engels na análise da realidade configurada pelas desigualdades econômicas e sociais que permeiam o capitalismo como modo de produção definindo as condições concretas de existência dos diversos segmentos humanos. Assim, para Marx (1978, p. 117), “[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado”. Logo, para compreender o fenômeno destacado é necessário entender que o mesmo está inserido numa totalidade histórica constituída de elementos universais, particulares e singulares, os quais permitem através de uma análise crítica superar sua imediaticidade, pressupondo necessariamente a apreensão dialética.

Apreender a realidade requer um esforço do pensamento em capturar do aparente as objetivações da vida material. Esse entendimento considera que a realidade produzida no plano ideal tem sua existência objetiva e não depende da consciência do sujeito que pesquisa, ou seja, o entendimento vem do que é exterior ao sujeito, a análise crítica parte do que está dado no real, diferentemente do que aponta a teoria hegeliana que parte da concepção de que o pensamento cria o real e o manifesta externamente (NETTO, 2011).

Quando se considera o método dialético em uma pesquisa científica, parte-se do entendimento de que a análise da realidade não pode ser limitada, neste caso o pesquisador deve buscar a veracidade dos fatos, a essência do que está posto. Nesse sentido, reitera-se a afirmação de Marx (1996, p. 139) ao indicar que “[...] a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão

íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”.

Partindo desta compreensão, a realidade estudada só pode ser apreendida na sua forma concreta quando se entende que o fenômeno dado esconde muitas determinações, as quais desvelam de fato o caráter imediato do concreto e suas objetivações. Logo, a pesquisa necessita atingir a essência do fenômeno, pois a realidade histórica se apresenta como uma síntese, a síntese de muitas determinações.

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida efetivo e, portanto, também da intuição e da representação (MARX, 1978, p. 116).

Sob essa perspectiva, o concreto é, portanto, o pressuposto, o ponto de partida para a construção do conhecimento e, ao mesmo tempo é o ponto de chegada porque, dadas suas determinações ao final do processo de conhecimento, é fundamental realizar a síntese do próprio movimento do real, para que o *plano ideal* possa reinterpretar a realidade. Portanto, a investigação sobre as ações desenvolvidas nos espaços de execução da PSB dirigidas para idosos/as partiu da realidade concreta buscando chegar à essência do objeto de estudo, através da síntese das múltiplas determinações, conforme orienta o método dialético de Karl Marx, fugindo da generalização que observa os sujeitos a partir deles mesmos e, não, das condições em que são produzidas suas humanidades. O/a idoso/a que é usuário da Política de Assistência é antes de tudo a mulher e o homem que tem seu lugar de classe marcado pela desigualdade econômica e racial.

Neste processo, entende-se a construção teórica de Marx como fundamental para o conhecimento do real, a partir do movimento do pensar. Pois, para este autor a teoria não se caracteriza pela redução sistemática das formas dadas de um determinado objeto que o pesquisador descreve detalhadamente, tendo por base hipóteses segundo critérios da tradição empirista/positivista. Mas, a teoria é, antes de tudo, “[...] uma modalidade peculiar do conhecimento”, na qual o conhecimento embasado em uma teoria implica no conhecimento do objeto, de sua estrutura e dinâmica (NETTO, 2011, p. 20).

Com base nisso, este estudo buscou apreender a questão do envelhecimento numa perspectiva de totalidade, entendendo que este é um fenômeno que não está desvinculado das contradições fundamentais da sociedade capitalista, a qual produz e reproduz desigualdades necessárias à sua manutenção. Neste sentido, refletir sobre o envelhecimento humano ou sua

vivência individual e coletiva, requer entendê-lo no contexto dos determinantes biológicos, psicológicos, de classe, raça/etnia, sexo/gênero.

## PROCEDIMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS

Para análise da investigação sobre a materialização dos preceitos da PNAS para o idoso/a belenense usuário da Política, a pesquisa teve como procedimento operativo a abordagem *quanti-qualitativa* expressa no levantamento bibliográfico, documental e de campo.

O levantamento bibliográfico, segundo Gil (2008), se constitui em uma vantagem já que permite ao investigador a cobertura de uma série de fenômenos bem maior do que aquela que se poderia investigar diretamente. Tal levantamento se iniciou no segundo semestre do curso de mestrado no ano de 2016, e priorizou, para além do levantamento de estatísticas sobre longevidade, a problematização do envelhecimento humano no contexto da produção das desigualdades capitalistas. Esta problematização partiu da noção de envelhecimento como uma categoria socialmente construída.

Além disto, também foi realizado um levantamento bibliográfico nos Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e no XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), ambos realizados em 2016. A escolha por esses eventos se justificava pelo fato de consistirem nos principais espaços de difusão da produção científica do Serviço Social Brasileiro e Latino Americano. Este levantamento teve como objetivo identificar o tratamento dado pela produção da Área à temática, em especial, a articulação entre as políticas sociais para os/as idosos/as e as condições estruturais de sua produção.

A pesquisa documental perpassou todas as fases da pesquisa, sendo realizada antes do trabalho de campo e durante a realização deste. Primeiramente se fez um levantamento documental que se iniciou ainda no terceiro semestre do curso de mestrado, no ano de 2017, sendo organizado de modos distintos a fim de identificar os aspectos demográficos do envelhecimento a nível mundial, nacional, estadual e regional, objetivando trazer uma visão mais geral deste fenômeno partindo do universal para o particular. No segundo momento, se buscou fazer um panorama histórico das políticas de proteção aos/as idosos/as no País, tendo como marco inicial as diretrizes implementadas por organizações internacionais.

Para tanto, se fez um levantamento em *sites* especializados e consulta de documentos impressos de natureza governamental produzidos por órgãos nacionais e internacionais, dentre os quais se destacam: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Belém-PA (2010); Sinopse do Censo Demográfico do ano de 2010, Pará; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores do ano de 2013; Estatísticas de Gênero: uma análise do Censo Demográfico de 2010; Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (ONU, 2003); Envelhecimento Ativo: uma política de saúde (OMS, 2005); Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde, (OMS, 2015). A análise das legislações sobre as políticas de proteção social dirigida aos idosos/as no Brasil foi outro recurso relevante e se deu através de consultas a *sites* de órgãos oficiais, bem como, de cartilhas impressas disponíveis.

Para a realização do trabalho de campo foi solicitado ofício junto à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará, o qual foi emitido e encaminhado à Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), solicitando a Presidência autorização para levantamento de dados nos espaços da PSB no município de Belém-PA.

Após autorização do órgão gestor da Assistência Social do município, foram visitados os doze CRAS do município de Belém e o Centro de Convivência da Terceira Idade Zoé Gueiros<sup>3</sup>. Diferente dos demais espaços, este centro foi implantado no ano de 1994, atendendo as demandas colocadas na época pela *terceira idade*, ou seja, emerge com a pretensão de se tornar um modelo de atendimento para os *novos velhos/as*. Foi criado durante a administração do então prefeito Hélio da Mota Gueiros e seguia a orientação metodológica do trabalho realizado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), no qual as ações estavam baseadas na prática de atividades físicas, culturais, esportivas e de lazer.

Deste modo, esta etapa da pesquisa teve início no quarto semestre do curso de mestrado, sendo iniciado no dia 17 de outubro de 2017 e concluído no dia 13 de março de 2018. Foram realizadas visitas, acompanhadas de observações nas treze unidades de PSB do município de Belém, os Centros e os respectivos dias de visitas estão dispostos a seguir: CRAS Aurá (30 e 31 de outubro de 2017), CRAS Terra Firme (02, 06 e 07 de novembro de 2017), CRAS Guamá (09 e 14 de novembro de 2017), CRAS Benguí (13 e 16 de novembro de 2017), CRAS Barreiro (21, 22 e 23 de novembro de 2017), CRAS Pedreira (29 e 30 de novembro de 2017), CRAS Jurunas (23 e 24 de janeiro de 2018), CRAS Cremação (06 e 19

---

<sup>3</sup> Este Centro é referenciado pelo CRAS Tapanã, localizado no Conjunto Cordeiro de Farias, apesar de estar localizado neste bairro o Zoé Gueiros recebe idosos referenciados de todos os CRAS de Belém, o mesmo se configura em uma unidade descentralizada de PSB e está sob a gestão da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA).

de fevereiro de 2018), CRAS Icoaraci (01, 09, 22 de fevereiro e 01 de março de 2018), CRAS Outeiro (27 de fevereiro e 07 de março de 2018), CRAS Mosqueiro (13 de março de 2018), CRAS Tapanã<sup>4</sup> (19 de março de 2018), e o Centro de Convivência da 3ª Idade Zoé Gueiros, que por sua condição de referência do Serviço demandou mais tempo de observação (18 a 31 de outubro de 2017 e no dia 31 de janeiro de 2018).

O trabalho de campo consistiu na *observação sistemática dos referidos espaços* e na *consulta de documentos técnicos*, produzidos para orientar as ações realizadas com os usuários, como: relatórios, projetos e programas, além dos prontuários dos/das idosos/as. A coleta de informações contida nos prontuários dos/das idosos/as atendidos possibilitou traçar os perfis dos mesmos. Os dados obtidos nesses documentos se referem a *sexo, raça/etnia, renda, idade, fator de risco social e tempo de vínculo com a instituição*, estes dados foram tratados e organizados no programa Excel versão 2010, sendo dispostos em formas de tabelas que subsidiaram a análise de dados da pesquisa.

Tal trabalho também contemplou observações das atividades desenvolvidas com os idosos/as no Serviço de Convivência. A observação, segundo Marconi e Lakatos (2003), enquanto uma técnica de coleta de dados, busca conseguir informações utilizando para tanto os sentidos na obtenção de certos aspectos da realidade. Ela não se restringe somente a ver e ouvir, mas também a realizar um exame do que se pretende estudar. E mais, ela ajuda o investigador a identificar e conseguir informações sobre objetivos que os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.

O registro das observações teve como instrumento um diário de campo, no qual foi descrito a dinâmica do cotidiano institucional, caracterizado por relações entre técnicos e usuários, entre técnicos e técnicos e entre usuários e usuários, além das condições físicas e de infraestrutura dos espaços, além do mais, após devida autorização também foi realizado o registro fotográfico das atividades e dos espaços durante a observação.

A última etapa do trabalho de campo se caracterizou pela realização de entrevista semiestruturada com profissionais de 04 (quatro) equipamentos para analisar como eles avaliam os limites e possibilidades da materialização dos preceitos da Política de Assistência em âmbito local. O critério utilizado para escolha dos espaços foi a diversidade e qualidade das atividades ofertadas aos idosos/as. Já para a escolha dos técnicos foi a função de gestão ou responsável pelas ações diretas com os/as idosos/as. Assim foram entrevistados: a Coordenadora do Centro de Convivência Zoé Gueiros, a Coordenadora do CRAS Icoaraci, a

---

<sup>4</sup> O CRAS Tapanã não está realizando ações específicas do SCFV com idosos, em razão da proximidade com o Zoé Gueiros os idosos são referenciados do CRAS para o Centro de Convivência para participar de atividades.

Técnica em Pedagogia do CRAS Mosqueiro, além de dois socioeducadores do CRAS Cremação por indicação da Gestora deste espaço e por considerar o tempo do trabalho desenvolvido por eles com os/as idosos/as. Ressalta-se que os entrevistados foram previamente informados sobre o objetivo da pesquisa e assinaram o Termo de Autorização de Uso de Voz e Imagem (APÊNDICE B), concordando em participar da pesquisa e autorizando a utilização de suas informações nesta dissertação de mestrado.

O tempo de duração desta fase da pesquisa foi de aproximadamente quatro meses, sendo de outubro de 2017 a março de 2018, considerando os períodos de recesso que houve durante o delineamento deste trabalho. Em média, a investigação em cada CRAS durava de dois a três dias e no Zoé Gueiros o levantamento levou um pouco mais de tempo em razão do quantitativo de idosos/as e das atividades realizadas nesse espaço, fato que demandou dezesseis dias.

Diante disso, esta dissertação de mestrado está estruturada em quatro capítulos organizados do seguinte modo:

No primeiro capítulo foi realizado um debate teórico sobre a produção social da idade, dando destaque para a construção da velhice enquanto uma categoria socialmente construída, que levou a uma modificação na representação e nos papéis sociais atribuídos aos indivíduos mais velhos. Tal processo evidenciou a necessidade de modificações nas terminologias utilizadas para se referir aos velhos. Assim, velhos/velhas passaram a serem chamados de idosos/as e pertencentes à terceira idade quando são, acima de tudo, consumidores. Por mais que os novos termos tragam um tratamento mais respeitoso, verificou-se que as terminologias criadas para identificar os/as velhos/as não têm correspondido a qualidade do tratamento dado a este segmento etário, visto que homogeneiza tal segmento, sem considerar as particularidades e heterogeneidades que permeiam o universo dos/das idosos/das.

No segundo capítulo teórico, buscou-se analisar a trajetória histórica de lutas dos idosos/as no País, que levou a conseguinte implementação e garantia de Leis que contemplam a população idosa no Brasil. Nesse caso, destacou-se a relevância das diretrizes e normativas dispostas a partir de organizações internacionais que nortearam o direcionamento adotado pelos países para a efetivação de políticas públicas voltadas aos/as idosos/as. Dentre as leis e ganhos conquistados com intensa luta, foi destacado a Política Nacional do Idoso (PNI), Estatuto do Idoso e Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

O terceiro capítulo se constitui na caracterização dos CRAS's e Centro de Convivência da Terceira Idade, enquanto espaços de execução do Serviço de Convivência para idosos/as,

buscando demonstrar o que se identificou nos espaços visitados em relação aos aspectos estruturais, materiais e na oferta de serviços. Também se fez um esforço em indicar como se dão as relações no cotidiano entre os/as idosos/as atendidos pelo Serviço com os profissionais.

Considerando a relevância da materialidade do Serviço de Convivência para idosos/as, o quarto capítulo trouxe a sistematização e análise de dados referentes ao objeto desta pesquisa. Assim, buscou-se fazer o confronto entre a realidade encontrada nos espaços com o que preconiza a Política de Assistência, resgatando neste debate os teóricos utilizados no decorrer do trabalho.

Em face dos resultados alcançados com esta pesquisa, espera-se que este trabalho contribua nas discussões envolvendo a questão do envelhecimento humano e suas adversidades, bem como no direcionamento que vem sendo dado às políticas públicas destinadas aos/as idosos/as, em especial a Política de Assistência.

## 1 A PRODUÇÃO SOCIAL DA IDADE: DESTAQUE PARA O/A VELHO/A

A velhice é um fato natural inerente a todos os seres vivos. Considerando a premissa da teoria social de Karl Marx e Friedrich Engels, natureza e social se constituem dialeticamente. Neste sentido, os debates sobre a produção social do envelhecimento humano indicam a existência de uma vasta discussão nas diferentes áreas do conhecimento que nem sempre conseguem garantir a mencionada dialética.

Dada a complexidade deste fenômeno, vários autores buscaram, através de discussões sobre perspectivas diferenciadas, fazer um tratado histórico de como a noção de velhice foi sendo construída enquanto uma categoria social. Para Bruno (2003), ela vem sendo vista e tratada de maneira diferenciada, de acordo com períodos históricos e com a estrutura social, cultural, econômica e política de cada povo. Tais transformações, portanto, não permitem um conceito absoluto em relação à velhice e apontam para a possibilidade de haver constantemente uma nova condição a ser construída para se referir a essa e a outras etapas da vida do ser humano.

Desde a emergência do *homo sapiens*, as mais variadas sociedades convivem com uma questão importante, a de garantir a produção e a reprodução da existência dos seres humanos (ALMEIDA, 2003, grifo da autora). Para esta autora, o sexo e a idade sempre funcionaram universalmente, enquanto princípios de organização e de classificação social, em que a divisão de tarefas e de responsabilidades entre grupos e indivíduos baseados no sexo e na idade tem um caráter universal, assumindo características particulares no tempo e espaço. Isso remete ao diálogo entre os universais da espécie e a singularidade do aspecto cultural, os quais nos permitem apreender os processos históricos numa perspectiva de totalidade.

O lugar atribuído e ocupado por homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos decorre das soluções encontradas, por cada coletividade, para responder aos imperativos de sua existência; como *lugares sociais* revestem-se de valores e juízos morais. Por outro lado, este processo de classificação a partir de determinantes biológicos não é estático nem imutável, mas dinâmico e constantemente renovado, mesmo naquelas sociedades que, aos olhos do pensamento ocidental, parecem *ter parado no tempo*. (ALMEIDA, 2003, p. 39, grifo da autora).

A posição dos indivíduos dentro de cada sociedade em dado momento histórico funciona como um mecanismo de organização social para atender aos imperativos das relações verticais de poder, contudo, não se pode desconsiderar que este processo não é um estágio fixo, mas que é passível de modificações conforme as relações sociais se alteram. A

imposição de estágios para delimitar cada fase da vida é um exemplo de modificação que vai buscar regular a vida dos indivíduos dentro da sociedade.

Para Debert (2006), as formas como a vida foi periodizada, as categorias de idade construídas em uma sociedade e o caráter dos grupos etários nela presentes, se constituem em fonte privilegiada para refletir a produção e reprodução da vida social. Isso porque essas dimensões são fundamentais nos estudos etnográficos que buscam compreender como os grupos sociais se organizavam, suas formas de controle e recursos políticos e a especificidade das representações culturais.

A autora diz ainda que há dificuldades no trato dessa questão, pois a pesquisa em torno desta temática encontra barreiras próprias de problemáticas que possuem características como:

[...] categorias culturalmente produzidas, que têm como referência processos biológicos universais; questões que nas sociedades contemporâneas passaram a ser problemas sociais e temas em torno dos quais se institucionaliza um discurso científico especializado (DEBERT, 2006, p. 49).

Sobre o processo de construção da velhice enquanto categoria de idade, Beauvoir (1990) indica que a questão referente às idades da vida surgiu pela primeira vez no século VIII, num afresco da Arábia. Posteriormente, no século XII, nos capiteis do batistério de Parma a velhice é apresentada através da figura de um trabalhador agrícola descansando ao lado de sua enxada. Nota-se que a representação da velhice já figurava como uma fase de cansaço de declínio de suas capacidades físicas e de inatividade para o trabalho, pressupondo ao mesmo tempo que este era realizado apenas por homens, conforme a organização patriarcal.

A associação da inatividade com a velhice, para esta autora, se dá justamente porque o/a velho/a “[...] é definido por uma *exis*, e não por uma *práxis* [...]” (BEAUVOIR, 1990, p. 266, grifo da autora). Isso significa dizer que a velhice aparece aos indivíduos como uma mera existência de onde não se espera mais tanto em relação principalmente à força de trabalho, assim ela indica que os/as velhos/as aparecem como uma *espécie estranha* aos indivíduos ativos.

Além do mais, para Beauvoir:

[...] em várias comunidades primitivas, velhos e crianças pertencem à mesma classe de idade, e que ao longo da história, a atitude dos adultos é em geral, análoga com relação a uns e a outros. Só que, sendo a criança um futuro ativo, a sociedade, ao investir nela, assegura seu próprio futuro, ao passo que, a seus olhos, o velho não passa de um morto em *sursis* (BEAUVOIR, 1990, p. 267, grifo da autora).

Essa colocação reforça a ideia de cronologização das fases da vida, bem como, demonstra que a velhice passa a ser demarcada e definida como uma etapa de inatividade, principalmente nas sociedades capitalistas para as quais interessa a sua manutenção, por tal razão passa-se a definir e investir em outros grupos que podem assegurar a produção e reprodução das relações sociais e de trabalho, assegurando a dinâmica de produção desta sociedade.

Por outro lado, essa ideia de divisão das fases da vida não é um mecanismo encontrado em todas as sociedades, nas sociedades primitivas, por exemplo, Mercadante (1998) aponta a realização de estudos antropológicos que evidenciam que a concepção cronológica, surgida no pensamento ocidental, não aparece na maioria dessas sociedades como forma de orientar a vida de seus membros. O que de fato orientava as ações dos indivíduos nas comunidades tribais, segundo a autora, não eram as datações, mas sim, a concepção do nível de maturidade destes. Esta ideia se refere não somente aos aspectos biológicos das pessoas, mas também diz respeito às atividades econômicas, sociais, políticas e religiosas que elas realizam de acordo com o nível de maturidade.

Diferentemente desta concepção, nas sociedades ocidentais, a velhice, infância, adolescência e idade adulta são marcadas cronologicamente. Esta é a classificação, via cronos, que vai delimitar as variações etárias. As regras tendo por base a cronologização das idades se apresentam nestas sociedades, em decorrência da exigência de leis que contribuíram para determinar os direitos e deveres do cidadão (MERCADANTE, 1998).

Essa categorização ocorre, segundo Featherstone (*apud* MERCADANTE, 1998) porque as sociedades modernas foram se afirmando tendo por base o processo de industrialização, urbanização e a administração pública das populações. Deste modo, passa-se a realizar o registro dos nascimentos, das mortes, das doenças e uma cronologização geral do fluxo da vida. Com isso, uma série compulsória de idades foi sendo instituída para demarcar os papéis sociais dos indivíduos na sociedade. “[...] O Estado moderno assumiu seu papel de padronizar e universalizar essas grades etárias estendidas para todos os grupos que eram obrigados a aceitá-las como direitos e deveres dos cidadãos”. (FEATHERSTONE *apud* MERCADANTE, 1998, p. 27-28).

Neste sentido, Debert (2006) enfatiza que a regulamentação por parte principalmente do Estado, do curso de vida das pessoas está presente do nascimento até a morte, e perpassa um sistema complexo que diz respeito às fases de escolarização, a entrada no mercado de trabalho e a aposentadoria. Ou seja, o Estado, através de normatizações fundadas em direitos e

deveres que os indivíduos devem adotar, passa a regular e controlar cada vez mais a vida dos mesmos, para tanto, se utilizam de diferenciações etárias que levam a adequação destes à sociedade desde o nascimento até a morte, com isso se tem indivíduos aptos a perpetuar as relações de poder e exploração sem se dar conta de que esse processo é pré-determinado.

O exame das categorias construídas referente à idade assume na história do Ocidente um aspecto muito singular, isso porque esta sociedade especialmente, ao desenvolver critérios para definir os estágios da vida, levou a uma progressiva autonomia dos indivíduos nas diferentes fases delimitadas. Com isso as etapas da vida que não eram vistas como questões que mereciam atenção, passaram a ter um estatuto próprio (ALMEIDA, 2003).

Considerando este processo de diferenciação, destaca-se que a categoria social infância, por exemplo, não existia na Idade Média, Àries (1981) demonstrou isso em seu estudo, no qual analisou como se deu a construção e o desenvolvimento gradativo desta a partir do século XIII. De início a noção de infância e adolescência não estavam dissociadas, porém isso se modificou e a criança passou a ser tratada como uma categoria específica.

As terminologias utilizadas para se referirem às crianças eram bem variadas e não faziam associação somente com estas, mas também aos adolescentes e aos jovens, conforme indica Àries (1981) isso foi sendo modificado quando a noção de infância passou a ser ligada à ideia de dependência de indivíduos que necessitavam de maiores cuidados. Gradualmente foram sendo incutidas maneiras adequadas de tratá-las, assim como houveram modificações nas brincadeiras, nas roupas, escolas foram criadas para atender essa categoria em especial, a qual foi sendo cada vez mais distinta e separada do mundo dos adultos.

Os estudos deste autor também apontam que a velhice, diferentemente da noção que se tem atualmente, começava cedo na sociedade antiga. Os/As velhos/as de Molière são citados como exemplo disso, os mesmos eram retratados com uma imagem que parecia jovem ainda, isso evidencia que a velhice representada em algumas iconografias trazia traços de decrepitude, reiterando a leitura de Beauvoir.

[...] a velhice começa com a queda dos cabelos e o uso da barba, e um belo ancião aparece às vezes como um homem calvo. É o caso do ancião no concerto de Ticiano, que é também uma representação das idades da vida. Em geral, porém, antes do século XVIII, o ancião era considerado ridículo [...] (ÀRIES, 1981, p. 36).

O que se observa na transcrição acima é a hegemonia de uma concepção que associa o início da velhice mais a seus fatores biológicos, como se a mesma fosse uma categoria natural e não socialmente construída. Não por acaso, Bourdieu (1983) ressalta a importância de o sociólogo lembrar que as divisões das idades se deram de forma arbitrária.

As colocações de Bourdieu (1983) apontam que o limite entre a juventude e a velhice envolve verdadeiras disputas em todas as sociedades, lutas essas que abrangem forças de poder ligadas a grupos distintos. Um exemplo citado pelo autor são as relações estabelecidas entre os jovens e os notáveis velhos de Florença do século XVI, nas quais os mais velhos propunham aos mais novos uma ideologia da virilidade, da violência, isso era uma forma de reservar-lhes a sabedoria, ou seja, o poder.

Ademais, segundo o autor, as classificações tendo por base a idade levam a imposição de limites, bem como a produção de uma ordem na qual cada indivíduo deve se manter em seu lugar em relação ao outro. Para ele, a juventude e a velhice não são dadas naturalmente, mas sim construídas socialmente em meio às lutas de poder entre jovens e velhos/as.

Por outro lado, para Debert (2006), mesmo que se afirme que as categorias de idade sejam construções culturais e que estão sempre em movimento, isso não quer dizer que as mesmas não tenham efetividade. As categorias, no entanto, constituem realidades sociais específicas, já que “[...] operam recortes no todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais em uma população, definindo relações entre gerações e distribuindo poder e privilégios [...]” (DEBERT, 2006, p. 53).

Neste sentido, destaca-se que a história ocidental assume uma conotação singular ao adotar critérios que levam à cronologização das fases da vida. Conforme Almeida (2003) foi na modernidade que a infância, adolescência e velhice foram se afirmando como etapas singulares e distintas da vida.

Considerando a modernidade<sup>5</sup> como um período em que houve uma notória diferenciação das etapas da vida, Debert (1999) diz que foi nesta que se adotaram critérios para fazer essa distinção baseados em fatores cronológicos. Tais fatores se constituem nas sociedades ocidentais em um mecanismo básico para atribuição de *status* como maioridade penal; definição de papéis ocupacionais, a exemplo da entrada e saída do mercado de trabalho; além da formulação de demandas sociais, como o direito a aposentadoria, etc. (DEBERT, 2006, grifo nosso).

Deste modo, nestas sociedades, segundo Minayo e Jr. (2011), não somente o ciclo de vida passa a ter um padrão imposto, mas também o tempo de vida das pessoas passa a ser

---

<sup>5</sup> A modernidade foi um processo que foi se constituindo na passagem do feudalismo ao capitalismo tendo como aporte dois movimentos: o renascimento e o iluminismo, os quais emergem contestando o teocentrismo e colocam a possibilidade da capacidade do homem de pensar, de fazer uso da razão a partir do questionamento do poder divino. Essa liberdade de pensar na modernidade é tida como a dimensão emancipatória do homem, destacando que enquanto um projeto cultural a modernidade foi um processo imbricado na profunda socialização da sociedade colocado principalmente com a ascensão da ordem burguesa na passagem do século XVIII ao século XIX (NETTO, 2004).

cada vez mais regulado pelo Estado. A infância, adolescência e a juventude são fases que estão associadas à escolarização; a fase adulta tem ligação com o período de procriação e de inserção no mercado de trabalho; e a velhice está mais associada com a aposentadoria, com isso percebe-se que a periodização da vida nada mais é do que a institucionalização dos interesses sociais que regulam e mantêm a sociedade.

A idade cronológica, segundo Fortes (*apud* DEBERT, 2006, p. 57), “[...] é estabelecida por um aparato cultural, um sistema de datação, independente e neutro em relação à estrutura biológica e a incorporação dos estágios de maturidade [...]”. Segundo a autora, isso indica que os critérios e normas adotados para a distinção das fases da vida fundadas em aspectos cronológicos são impostos nas sociedades ocidentais não em razão de disporem de um aparato cultural que se sobreponha a reflexão sobre os níveis de maturidade, mas sim pela exigência de leis que acabam por determinar os deveres e os direitos do cidadão.

Além do mais, segue a autora afirmando que essa naturalidade e ao mesmo tempo efetividade em relação à definição das experiências individuais e coletivas leva a transformação da idade cronológica a um simbolismo altamente econômico no estabelecimento de relações entre grupos heterogêneos. Por outro lado, o reconhecimento das idades a partir de critérios cronológicos, torna-se irrelevante se não servir para o estabelecimento de direitos e deveres políticos, ou seja, para contribuir com a definição do status de cidadão dos sujeitos dentro da sociedade.

Logo, segundo Debert (2006), as transformações históricas que ocorreram com o processo de modernização ocidental corresponderam não somente a maneira como a vida foi periodizada, mas diz respeito também ao próprio caráter do curso desta enquanto instituição social, ou seja, foram definidos estágios para se referir a uma determinada fase da vida e a fronteira entre estes passou a ser dada pela idade cronológica.

[...] Esta institucionalização crescente teria envolvido praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, tem como alvos grupos etários específicos (KOHLI; MEYER *apud* DEBERT, 1999, p. 73).

Entende-se com isso que existiram motivos de ordem social e cultural para que se passasse a diferenciar as etapas da vida baseados em critérios cronológicos, isso se evidencia nas palavras de Debert (1999) ao indicar que diversas razões levaram a padronização da vida, na qual a padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice podem ser pensadas como uma resposta frente às mudanças econômicas e sociais decorrentes, sobretudo, da

transição de uma economia baseada na unidade doméstica para outra baseada no mercado de trabalho, que é o caso da sociedade capitalista.

Neste processo, a concepção cronológica contribui para exaltar uma ordem na qual a economia e o mundo do trabalho ocupam um lugar central. Nesta, o trabalho é supervalorizado, em consequência disso há uma valorização dos indivíduos que estejam inclusos nas relações de trabalho ou de produção. A relevância de estar incluído no sistema produtivo é de tal ordem que as pessoas que não se encontram inclusas nesse sistema são avaliadas de maneira negativa (MERCADANTE, 1998).

A autora revela ainda que esse processo de inclusão e não inclusão no mundo do trabalho evidencia a relação entre dois termos, ou seja, não trabalho e velhice. Essa relação se dá de forma negativa e contribui para a definição do ser velho/a. Isso porque estar fora do mundo do trabalho, implica em grande parte estar fora de outros locais sociais, em decorrência há a criação de barreiras que impedem a participação dos/das mais velhos/as em outras dimensões da vida social.

## 1.1 DOS/DAS VELHOS/AS NAS SOCIEDADES ANTIGAS AO/A IDOSO/A NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A compreensão do papel atribuído aos mais velhos/as nas diversas sociedades não é uma das tarefas mais fáceis, conforme indica Beauvoir (1990) nos documentos que abordam esse assunto, os/as mais velhos/as são incorporados no mundo dos adultos. Nos tratados das mitologias, da literatura e da iconografia se sobressai uma imagem da velhice que varia de acordo com o período e o lugar.

Segundo ela, a velhice é complexa, contraditória, sendo difícil defini-la em sua totalidade. E mais, esta autora sustenta que o termo *velhice* possui dois sentidos diferentes, mas de fundamental importância no entendimento da velhice enquanto categoria social, o primeiro sentido é o de que a mesma se constitui em uma categoria social não tanto valorizada devido às circunstâncias e o segundo ponto é o de que para cada indivíduo a velhice assume perspectivas singulares diferenciadas. Esses pontos na maioria das vezes se opõem radicalmente um em relação ao outro.

E mais, “[...] o velho, enquanto categoria social, nunca interveio no percurso do mundo [...]” (BEAUVOIR, 1990, p. 110), já que enquanto o/a mais velho/a possuir alguma eficiência ele continua integrado ao conjunto da coletividade sem se distinguir desta, ou seja,

ainda é visto como um adulto macho com mais idade. No entanto, quando o declínio biológico começa a se acentuar, o/a velho/a aparece na sociedade produtivista como *outro*, e em consequência passa a ser visto como um mero objeto, até mais do que a mulher também depreciada socialmente, enquanto velho passa a uma condição não valorativa, não possui valor de troca, não é reprodutor e nem produtor, não passando de um peso para a sociedade.

Logo, para que a velhice possa ser entendida em sua totalidade, a mesma necessita ser avaliada não somente a partir de fatores biológicos, mas também enquanto um fato cultural. Essa totalidade permite analisar elementos biológicos e culturais que definem como a velhice se apresenta vivida e pensada nas mais diferentes sociedades (MERCADANTE, 1998).

Além do mais, para Mercadante (1998, p. 24), “[...] as classificações culturais são eficazes não só porque são representadas, mas também pelo fato de levar os homens a atuarem, socialmente, no sentido de se distribuírem nos vários papéis sociais [...]”. Tais classificações acabam se constituindo concomitantemente com as particularidades das realidades sociais.

Essas divisões, segundo esta autora, fundamentam o estabelecimento das relações sociais entre os indivíduos nas sociedades, ou seja, entre homens e mulheres, pais e filhos, avós e netos, assim como, as relações de grupos de poder e entre as gerações. Ademais, são elas que irão determinar o papel dos/das velhos/as na sociedade e principalmente no mundo do trabalho.

Sobre o papel dos/das velhos/as nas sociedades, Beauvoir (1990) fez um panorama histórico do tratamento dado a estes, bem como, indica que funções sociais eram exercidas por eles em sociedades distintas. Para tanto, ela analisou o tratamento que estes receberam nas literaturas, nas etnografias, nas iconografias e nas mitologias. Tais estudos permitiram uma visão histórica da função social dos/das mais velhos/as e o delineamento desse processo se deu desde a História Antiga, passando pela Idade Média, até as sociedades capitalistas.

Esta análise demonstrou que em algumas sociedades os velhos detinham uma posição privilegiada, eram detentores de sabedoria e eram respeitados pelos mais jovens. Isso se evidencia, por exemplo, na Grécia Antiga onde aos mesmos eram atribuídos poder e riqueza, o ancião nesta sociedade tinha papel importante na política e era um indivíduo muito respeitado.

Outro exemplo é destacado na sociedade romana, Beauvoir (1990, grifo da autora) salienta que nesta os valores faziam relação com a posse de bens materiais, neste caso, eram respeitados os velhos que possuíam propriedades, nota-se que nessas sociedades o *status*

privilegiado de poder era atribuído aos *homens mais velhos*. Nesse período o Senado detinha o poder e era composto por homens mais velhos, os quais acumularam riquezas no decorrer da vida. Um dado interessante trazido pela autora se refere ao poder que o homem mais velho detinha sobre as posses e sobre todos os membros da família, o *paterfamilias*, este era quem decidia sobre todos os assuntos relacionados à família. À mulher mais velha eram relegados os afazeres domésticos, a administração dos escravos e a educação dos filhos.

A autora também faz referência aos textos bíblicos e destaca que a partir do século IX, a velhice era tida como uma benção, especialmente pelo povo judeu e os homens mais velhos eram aqueles a quem se devia respeito e a quem eram dados certos privilégios. Os escritos de livros sagrados por sua vez, mesmo que façam alusão a uma filiação matrilinear, descrevem uma sociedade patriarcal, na qual eram atribuídas idades lendárias aos grandes ancestrais, os quais eram considerados os mensageiros de Deus na terra.

Como bem observado, em algumas sociedades históricas a concepção e o papel atribuídos, especialmente aos homens mais velhos, eram de respeito e não se diferiram muito nas sociedades já citadas, estes eram os detentores de saber, detinham o poder e transmitiam valores tanto morais quanto religiosos.

Àries (1981) ao considerar estudos iconográficos referentes aos velhos no século XIV observa que as imagens que eram registradas do homem velho nesse período o retratam como um homem sedentário, porém, com papéis sociais de prestígio conforme se observa na passagem: “[...] homens da lei, da ciência ou do estudo: o velho sábio barbudo vestido segundo a moda antiga, diante de sua escrivaninha, perto da lareira [...]” (ÀRIES, 1881, p. 29). Embora houvesse homens da lei muito jovens na época, o que prevalecia na imagem popular era que o estudo se constituía em uma ocupação, sobretudo dos velhos.

Essa passagem evidencia que a função social dos homens velhos nas sociedades antigas estava muito associada à questão do saber, do conhecimento, mesmo em decorrência do declínio biológico eles tinham um papel social, de ordem cultural que prevaleceu por muito tempo nessas sociedades.

Nesta mesma direção caminham os estudos de Mercadante (1998), para a qual em algumas sociedades tribais os mais velhos eram respeitados pelos conhecimentos que detinham, sobretudo, das propriedades naturais. O respeito que a estes eram atribuídos se dava em decorrência da memória que possuíam através das vivências e que eram transmitidas oralmente aos demais membros da tribo, esse exercício culminaria no conhecimento social dos mais velhos pelos demais indivíduos. Como exemplo, esta autora destaca a sociedade

Aranda, a qual era constituída por grupos de caçadores e coletores que viviam nas florestas australianas, nesta os homens mais velhos eram enaltecidos por sua experiência e eram tidos como os homens mais respeitados desse grupo.

A autora esclarece que o respeito que é atribuído aos homens mais velhos na sociedade Aranda consiste no fato destes serem os guardiões da memória social desse grupo, uma vez que as culturas primitivas utilizavam o relato oral dos mais velhos para a transmissão de seus costumes. Tal grupo não possui escrita e de tal forma não registram os acontecimentos sociais através de documentos, o poder político era exercido pelo membro mais velho, e quando suas capacidades funcionais declinavam ele conservava um poder nominal tendo sempre um indivíduo mais jovem como seu ajudante (MERCADANTE, 1998).

Na Idade Média, por outro lado, a velhice era vista como repugnante, passa-se a exaltar o corpo jovem, o belo, em especial a mulher jovem era enalticida, como bem aponta Beauvoir (1990). Além disto, o que predominou foi a imagem do jovem cavaleiro, bravo e heroico e com a sociedade feudal já estabelecida a situação dos/das mais velhos/as não era tão favorável, os mesmos eram obrigados a passar suas atribuições para os filhos, principalmente por conta do desgaste físico e fora do campo muitos mantinham sua subsistência como mendigos.

Logo, os/as velhos/as passam a uma situação desfavorável tanto entre a nobreza como entre os camponeses, e o que começou a prevalecer foi a força física, o vigor, os/as velhos/as em razão do declínio de suas capacidades físicas passaram a serem considerados fracos, a juventude passa então a ter um inestimável valor, o qual foi cada vez mais sendo incorporado e difundido pelas sociedades.

O século XVIII marca o avanço do capitalismo e denota o individualismo da classe dominante, a burguesia, esse período demonstra o avanço da industrialização e da exploração do homem pelo homem a partir das relações de trabalho. Nesse contexto, conforme Beauvoir (1990), os/as velhos/as das camadas pobres da população quando perdiam suas capacidades para o trabalho e não possuíam meios para manter sua subsistência eram relegados à mendicância e assistidos pela igreja. Em contrapartida os indivíduos de mais idade vinculados aos segmentos da classe dominante adquirem uma importância particular: eles simbolizam a unidade e a permanência da família, detêm e acumulam riquezas, propriedades e isso lhes garante prestígio econômico e social.

O termo *velho/a* mais utilizado para se referir aos indivíduos nas sociedades anteriores à capitalista começa a ser substituído pelo termo *idoso/a*. Este termo diferente do anterior

guardará uma associação explícita com o lugar de classe, uma vez que, a identificação do/da idoso/a está vinculada aqueles indivíduos pertencentes à classe burguesa e os que garantem sua reprodução ideológica. Com isso se percebe que o estudo da velhice enquanto uma categoria social leva em consideração a organização estrutural da sociedade e contribui para a regulação social e as relações de poder.

Considerando a mudança na terminologia, Peixoto (2006) ao analisar o caso francês, enquanto pioneiro na utilização do termo *idoso/a*, indica que na França no século XIX a questão da velhice se colocava fundamentalmente para caracterizar as pessoas que não possuíam meios para assegurar financeiramente seu futuro, ou seja, o indivíduo despossuído, o indigente (velho/vieux ou velhote/vieillard), já aqueles que detinham certa posição social, que tinham bens recebiam um tratamento diferenciado, mais respeitoso. “A noção de *velho* é, pois, fortemente assimilada à decadência e confundida com incapacidade para o trabalho: ser velho é pertencer à categorização emblemática dos indivíduos idosos e pobres” (PEIXOTO, 2006, p. 72, grifo da autora).

Percebe-se que na sociedade capitalista o que define a forma como os indivíduos serão tratados no meio social é a sua posição nos meios de produção, ou seja, quando estes são afastados das relações de trabalho ou quando suas forças não permitem mais continuar trabalhando, são considerados velhos/as, no entanto, essa associação do termo *velho/a* se faz mais com os indivíduos pertencentes às camadas pobres da sociedade.

Seguindo a mesma interpretação que reflete o envelhecimento no contexto das contradições do capitalismo, Barreto (1992) afirma que na sociedade capitalista o preconceito contra os/as velhos/as reflete desigualdades sociais, pois já está incorporado pela sociedade, assim como, na maioria das vezes passa a ser aceito pelos próprios velhos/as.

No mundo capitalista, vale o que produz: o velho é visto como menos produtivo, sendo providenciada sua substituição pelos mais jovens. A lei de oferta e procura, incidindo sobre a força de trabalho (uma mercadoria a mais), desvaloriza o idoso (BARRETO, 1992, p. 25).

Logo, a partir do momento em que os indivíduos mais velhos/as não se enquadram mais nos padrões de produção do sistema capitalista, são descartados do mundo produtivo, sendo relegados a uma nova fase dentro das relações sociais. Isso ocorre sem que eles tenham uma clara percepção do que está por trás de todo esse movimento, e nesse contexto a velhice assume uma perspectiva carregada de sutilezas, muitas vezes cheia de conotações negativas.

O uso da palavra *velho/a* no diminutivo, por exemplo, segundo Almeida (2003, grifo da autora) está cercado de ambiguidades, já que a sua forma afetiva e carinhosa contribui na

maioria das vezes para “[...] subverter a reciprocidade desejada nas inter-relações” (ALMEIDA, 2003, p. 41), ou seja, os/as *velhinhos/as* passam a uma condição de dependência como se os mesmos não tivessem a capacidade de se colocarem enquanto sujeitos da sua própria vida. Tal ideia predominou pelo menos até metade do século XX.

A partir dos anos de 1960 do referido século, em virtude das tecnologias criadas para melhorar a qualidade de vida e da mobilização política dos/das velhos/as em torno da criação de associações e movimentos pela garantia de direitos específicos pelo Estado (questões que vão expandir os estudos e pesquisas sobre a temática) começa a haver uma transformação nos termos classificatórios utilizados para a população envelhecida, sendo suprimidas dos textos oficiais, especialmente textos governamentais, certas terminologias identificadas como pejorativas, em particular a de *velho*. (PEIXOTO, 2006, grifo da autora).

Remir Lenoir, citado por Peixoto (2006), avalia a positividade do termo *idoso/a* a despeito de sua imprecisão conceitual:

[...] o termo idoso não é tão preciso quanto velho, mesmo que seja mais respeitoso [...] assim, trazendo consigo uma certa ambiguidade, o termo serve para caracterizar tanto a população envelhecida em geral, quanto os indivíduos originários das camadas sociais mais favorecidas. Para além do caráter generalizante desse termo, que homogeneiza todas as pessoas de mais idade, esta designação deu outro significado ao indivíduo velho, transformando-o em sujeito respeitado. A partir de então os problemas dos velhos passaram a constituir necessidades dos idosos (LENOIR *apud* PEIXOTO, 2006, p. 73-74).

Fica claro na intervenção da autora a necessidade de problematizar os termos, tendo como preocupação a qualidade das relações interpessoais, chamando atenção para o respeito que se deve ter com as pessoas mais velhas. Tal relação é que as tornam sujeitos de direito. Peixoto (2006, grifo nosso) reconhece que se o termo *idoso/a* atribuiu respeito às pessoas mais velhas, independente do vínculo de classe, a criação da categoria aposentado agrega mais valor, pois “[...] introduz melhorias nas condições de vida das pessoas envelhecidas: através de instrumentos legais elas passam a adquirir um estatuto social reconhecido [...]” (PEIXOTO, 2006, p. 74).

A referida autora enfatiza que a aposentadoria delimita contornos homogêneos neste novo recorte de idades, criando com isso uma identidade comum em torno do universo do envelhecimento, já que classifica as pessoas não produtivas segundo a idade cronológica. Assim, quando passa a ser estabelecido o direito à inatividade remunerada, ou seja, a aposentadoria, permite a uma geração uma nova situação de disponibilidade e ociosidade, que acaba se transformando em novos hábitos, em novos comportamentos e, conseqüentemente, em uma luta contra os estigmas de velho/a e velhote.

Neste sentido, começam a ser reproduzidas pelos novos aposentados práticas sociais de camadas médias assalariadas, isso porque a imagem de degradação que havia em torno das pessoas mais velhas estava muito associada às camadas populares, ou seja, os mais pobres, deste modo, “[...] o antigo retrato preto-e-branco de uma velhice decadente toma o colorido de uma velhice associada à arte de bem viver” (PEIXOTO, 2006, p. 75-76).

Nas sociedades ocidentais, segundo Barreto (1992, grifo da autora), os assim chamados idosos/as se remetem aqueles de *classe alta* que possuem condições de se vestirem dentro do que a lógica de mercado impõe e que acabam agindo como jovens, também sua sabedoria está muito mais associada com a bagagem intelectual que eles podem possuir pelo poder de compra. Em contrapartida, os/as velhos/as das camadas pobres não possuem os mesmos meios para disporem do que o mercado oferece, além disso, ainda que sejam considerados sábios, esse saber acaba não sendo tão valorizado já que se afasta demais da *ideia burguesa de sabedoria*.

A partir desta perspectiva, pode-se observar que há uma delimitação nessa nova forma de tratar as pessoas mais velhas, ou seja, o termo *idoso/a* faz associação aos indivíduos aposentados que têm condições de manter um padrão de vida que os permita consumir e reproduzir práticas de camadas médias e mais jovens, por outro lado, ainda que tal terminologia tenha sido colocada de forma generalizante, sabe-se que ela não contempla aqueles indivíduos das camadas mais pobres que não possuem os mesmos meios para sobreviver e que continuam sendo associados à imagem de degradação da velhice.

A máxima imposta pela lógica de consumo capitalista produz com frequência novos conceitos e imperativos para identificar aqueles indivíduos que dispõem de recursos compatíveis com os padrões de consumo desta sociedade. A substituição do termo *idoso/a* pelo de *aposentado/a*, como forma de garantir o respeito ao/a velho/a, também não convenceu, fazia necessário, segundo Peixoto (2006), na década de 1970, uma nova tentativa. Assim, surge a *terceira idade*.

## 1.2 A TERCEIRA IDADE

A expressão *terceira idade*, segundo Debert (1997, grifo da autora) foi criada recentemente e se popularizou muito rapidamente, inclusive no vocabulário brasileiro. Tal terminologia se originou na França na década de 1970, com a implantação da *Universités du T’roisième Âge*, sendo incorporada ao vocabulário anglo-saxão na década de 1981 com a

criação das *Universities of the Third Age* em Cambridge. A *terceira idade* passa a ser sinônimo de envelhecimento ativo e independente, transformando-se em uma nova etapa da vida em que a ociosidade ligada à saída do mercado de trabalho simboliza a prática de novas atividades e do dinamismo.

Esta autora pontua que o uso deste termo entre pesquisadores da área da velhice não é explicado pela referência a uma idade cronológica precisa, mas sim por indicar uma forma de tratamento às pessoas mais velhas, que não adquiriu uma conotação pejorativa. A invenção da *terceira idade* pode ser compreendida como o fruto do processo crescente de socialização da gestão da velhice, a qual durante muito tempo foi considerada como própria da esfera privada e familiar e também uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, se transformou assim em uma questão de ordem pública (DEBERT, 1997, grifo da autora).

Além disso, para Debert (2006, grifo nosso), este termo impõe uma nova imagem do envelhecimento, que se opõe a antiga forma de tratar os mais velhos/as, contudo, não se deve negar a indissociável relação entre o termo *terceira idade* e aposentados/as. A aposentadoria deixa de ser um momento de descanso e recolhimento e se torna um período de atividade, lazer, realização pessoal. Com isso, “[...] não se trata mais apenas de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas de proporcionar cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada” (DEBERT, 2006, p. 63).

Concretamente, observa-se que esta terminologia é colocada pelas autoras para se referir a um grupo social específico: os/as aposentados/as ou idosos/as de camadas médias e altas. Os/as idosos/as considerados respeitáveis se constituem naqueles que possuem condições econômicas que os possibilitem, mesmo que limitadamente, se igualar a outros segmentos etários, em relação a hábitos e costumes que os permitam continuar associados à ideia de juventude colocada pelo mercado de consumo, portanto, percebe-se que não há de fato uma universalização do acesso aos bens sociais que devem garantir a *terceira idade*.

Debert (1999) sustenta que o/a idoso/a, assim como outros grupos etários, se constitui em uma categoria privilegiada na produção de produtos voltados para a moda, vestuário, beleza, na criação de áreas específicas de saber e práticas profissionais, além de ser levado em consideração na definição de formas de lazer para esse segmento populacional. Torna-se oportuno enfatizar também a relação que há entre essa categorização da velhice com a lógica de consumo da sociedade capitalista.

Para Motta (2002, grifo nosso), a *terceira idade* começa ser bastante lucrativa para organizadores/gestores de atividades, produtos e serviços para esse segmento, os quais

começam a disponibilizar uma série de programas de lazer que incluem cursos, festas e viagens, com o discurso de proporcionar uma velhice saudável, colocando assim em circulação o dinheiro dos/das velhos/as, contribuindo com a manutenção da lógica de mercado, e em sentido contrário também colocam em circulação social os próprios velhos/as.

Neste contexto fica evidente a diferenciação que há entre os/as idosos/as que têm acesso a certos produtos e serviços através do poder de compra e os que não têm a mesma possibilidade. Para os ricos, de início a velhice surge como uma ameaça e para estes há toda uma indústria da juventude para que possam cuidar do corpo e retardar o envelhecimento, entre os serviços acessíveis, as academias de ginástica, os cosméticos e as cirurgias plásticas estão entre os itens que os/as *idosos/as* das camadas médias e altas recorrem na busca excessiva de cuidar da aparência e aliviar os sinais do envelhecimento (BARRETO, 1992, grifo da autora).

Já para as pessoas do campo, a velhice está mais relacionada com a questão da perda da força de trabalho e disposição do que com as preocupações relativas à aparência. Também no caso do trabalhador, há uma situação semelhante a do camponês, no entanto, é acompanhado de um conflito social decorrente da representação social dominante da imagem jovem através dos meios de comunicação, que propagam um ideal de beleza que é inatingível pela população idosa mais pobre (BARRETO, 1992).

A supervalorização da juventude vem sendo colocada como um estilo unitário na sociedade capitalista, essa questão incita o consumo exagerado pelas camadas da população na busca de se manter ou mesmo parecer mais jovem e estar dentro dos padrões de beleza incutidos seja pela mídia, publicidade. Isso leva a um esforço dos indivíduos em parecerem sempre jovem, porque o que apresenta aspecto jovial e belo possui muito mais valor em uma sociedade que preza o individualismo exacerbado e que necessita constantemente de mercado consumidor para garantir sua manutenção.

Neste sentido não se pode desconsiderar a função ideológica do Estado no que se refere não somente a produção, mas também ao consumo, pois:

Sua função retificadora acompanha a necessária e contínua afirmação ideológica da ordem estabelecida por meio do apelo ideológico ao consumo. Através da sua função política reguladora o Estado opera, justamente com o capital em expansão, na promoção de *apetites imaginários e artificiais*, ou seja, no consumo supérfluo de mercadorias que se expressam na alegada *soberania do consumidor* individual [...] (MÉSZÁROS *apud* ANDRADE, 2012, p. 22, grifo da autora).

De tal forma, o Estado cumpre o seu papel junto à ordem dominante de manutenção do sistema de produção e consumo, quando incorpora na agenda das políticas públicas o discurso

e a materialização de uma *terceira idade* que se garante acima de tudo pelo esforço individual, ofertando ações e programas centrados na *autoestima*.

A ilusão de poder propiciada pelo consumo leva a uma inversão de valores dos indivíduos, pois vale muito mais uma imagem construída que revela um aspecto aparentemente de acordo com os padrões impostos pela sociedade capitalista. Essa questão leva os indivíduos a um esforço que visa retardar o envelhecimento, já que, a beleza, o rejuvenescimento, ainda que produzido de modo artificial, possui um significado de poder que é acessado não somente pelo poder de compra, tão necessário a se parecer jovem, mas também por um poder simbólico que se revela no corpo que passou por modificações e que passa a ser aceito socialmente.

No entanto, conforme indica Debert (1999) em relação à velhice seria muito difícil supor que há uma democratização no que se refere às relações, assim como uma tolerância maior com o corpo envelhecido. Isso porque, quando o rejuvenescimento é transformado em um novo mercado de consumo, deixa evidente que não há um lugar para a velhice, pois esta passa a ser vista como uma consequência da falta de cuidados, da falta de atividades motivadoras e da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados. Em consonância a isso, a oferta constante de produtos que possibilitem a renovação do corpo, das identidades e auto-imagens, é uma forma de camuflar os problemas próprios das pessoas mais velhas, como se o declínio do corpo fosse fruto de transgressões do próprio sujeito.

Isso evidencia que aos indivíduos mais velhos/as são atribuídas as responsabilidades no que diz respeito a se enquadrarem nesse padrão unilateral de pensar as etapas da vida, padrão este que está associado com o que é jovem vigoroso e esteticamente apresentável, porque acima de tudo isso é o que importa para a sociedade capitalista, a venda de uma velhice que lhes dê lucro. Neste sentido, Debert (1999) pontua que em nossa sociedade no que toca à população envelhecida, estão envolvidos processos acirrados de hierarquias, assim como, a criação de novos padrões de desigualdade e intolerância.

A hipótese de trabalho reproduzida neste capítulo sobre a produção social da velhice não nega o avanço possibilitado pela tecnologia para o prolongamento da vida humana com qualidade. Todavia, fica evidente pela exposição do levantamento bibliográfico sobre a temática, que as terminologias criadas para identificar os/as velhos/as não necessariamente têm correspondido à qualidade do tratamento concreto dado ao conjunto dos sujeitos desta referida etapa de vida. Uma das explicações do hiato entre a mutação de conceitos e a vida real da maioria dos/das velhos/as está relacionada à estrutura desigual da sociedade. Neste

sentido, as categorizações que ideologicamente se autodefinem pela homogeneidade se fazem concretamente pela desigualdade. Desta forma, o que tem sido definido como *idoso/a*, *aposentado/a* e *terceira idade*, consiste numa minoria da estatística que aponta o crescimento exponencial dos/das velhos/as nos últimos anos, não permitindo observar o antagonismo entre elas. Assim, como as políticas de proteção social no Brasil fazem uso do termo *idoso/a*, optou-se por dar prioridade a ele nesta dissertação, tendo claro que para além das terminologias e categorizações, o que importa é a defesa de condições que favoreçam a real qualidade de vida para mulheres e homens de todas as idades.

## 2 AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL AOS/AS IDOSOS/AS NO BRASIL

O progressivo e contínuo aumento do segmento idoso/a conforme exposto na introdução desta dissertação de mestrado, vem emergindo como um fenômeno mundial, tornando cada vez mais imprescindível a discussão em torno deste, pois ele se coloca como um grande desafio não somente para o Estado, mas também para a sociedade como um todo, principalmente quando se pensa nas políticas específicas de atendimento a esse segmento. Para Camarano (2016), esse crescimento demandou novas necessidades sociais em todos os países do mundo, além do mais, a maneira e o ritmo de como o envelhecimento vem ocorrendo diferem de um País para o outro, o que leva a desafios distintos no trato desta questão.

Um ponto que esta autora destaca sobre o envelhecimento diz respeito às políticas públicas, se estas deveriam focar nas necessidades dos idosos/as ou na idade destes. Isso porque, a idade cronológica vem sendo usada para regular a participação dos grupos etários em vários eventos da vida social, a exemplo a entrada obrigatória na escola, o direito ao voto e a aposentadoria, incluso neste caso também a aposentadoria compulsória. No Brasil, o Estatuto do Idoso, assim como a Política Nacional do Idoso se constituem em reconhecimento por parte do Estado, de que o/a idoso/a possui necessidades particulares e, por tal razão, demanda políticas públicas específicas.

As políticas públicas destinadas aos/as idosos/as, segundo Camarano (2016), começaram a ganhar força na década de 1970 principalmente nos chamados *países desenvolvidos*, pois nesses países as condições socioeconômicas contribuíram no processo de envelhecimento da população. Essas políticas tinham como objetivo “[...] a manutenção do papel social dos idosos e/ou a sua *reinserção social*, bem como a prevenção da perda de sua *autonomia*” (CAMARANO, 2016, p. 15, grifo nosso).

Analisando a realidade brasileira, Camarano (2016) diz que a inclusão da questão do envelhecimento nas políticas, seja pública ou da sociedade civil, não é algo novo, estas foram acompanhando a trajetória de constituição do Sistema de Proteção Social no País. Neste sentido, Teixeira (2003) indica que as questões relativas ao processo de envelhecimento se deram de maneira lenta e diferenciada em relação aos sujeitos ou grupos de pressão envolvidos na luta pelos direitos dos/das idosos/as no País, sobretudo, às respostas dadas pelo Estado e quanto aos significados atribuídos ao envelhecimento.

A luta em torno da garantia ou estímulo ao envelhecimento no Brasil ganha maior visibilidade principalmente na década de 1980, apesar de as reivindicações sobre tal questão serem bem anteriores a esta década, isso pode ser percebido quando se resgata a trajetória histórica de implementação das políticas de proteção ao/a idoso/a no País.

## 2.1 LUTAS SOCIAIS E REINVINDICAÇÕES EM PROL DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AOS/AS IDOSOS/AS NO BRASIL

Historicamente, a questão da garantia de direitos aos/as idosos/as remonta às lutas e reivindicações de classes operárias que começaram a eclodir no País por volta dos anos 1930 e que visavam melhores condições de trabalho e os direitos da aposentadoria. Se por um lado, a velhice adquire dimensão pública mais acentuada no Brasil a partir do crescimento da população idosa na década de 1980, por outro, as condições de vida dos/das idosos/as enquanto expressões da questão social começam a surgir a partir das lutas de operários na busca de direitos enquanto trabalhadores em condições de envelhecimento (TEIXEIRA *apud* BERNARDO, 2016). Nesse contexto, o Estado pressionado pelas lutas e reivindicações dos trabalhadores passa a intervir frente às exigências através de políticas sociais, se distanciando da histórica relação com a filantropia frente às expressões da questão social.

Uma das conquistas que demarca esse período de lutas e protestos se dá no âmbito da previdência e segundo Teixeira (2003), o marco inicial da Política Previdenciária no País ocorre com a promulgação da Lei Elói Chaves em 1923, através do Decreto Lei 4.682 que institui as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP's) para atender uma categoria que era tida como expressiva naquela época, os ferroviários. Nos anos seguintes, as CAP's vão se estendendo a outras categorias profissionais. Entretanto, estas Caixas eram juridicamente sociedades civis e, somente de 1930 a 1938, a cobertura previdenciária foi se ampliando e se tornando objeto de atenção do Estado com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's), os quais se configuravam em instituições geridas pelo Estado, e que por muito tempo conviveram com as CAP's.

A primeira proposta de unificação e universalização da previdência social<sup>6</sup>, segundo Haddad (2001), foi suprimida com a revogação do Decreto-Lei 7.526 assinado por Getúlio

---

<sup>6</sup> A gênese dos sistemas previdenciários estaria ligada aos resultados das lutas dos trabalhadores que, coletiva e solidariamente buscaram formas de superar as péssimas condições de vida e de trabalho a que foram impostos pela ordem do capital, pressionando o Estado e a sociedade. Assim, direitos previdenciários e políticas sociais aos idosos têm uma trajetória vinculada à luta da classe trabalhadora, a qual o Estado procura fazer mediações de acordo com as forças presentes nas diferentes conjunturas (TEIXEIRA, 2003).

Vargas em 07 de maio de 1945, criando o Instituto de Serviços Sociais do Brasil. No entanto, tal unificação não se tornava realidade de fato, conforme indica a autora, e somente em 26 de agosto de 1960 é promulgado no Governo Juscelino Kubitschek a Lei 3.807, Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), uniformizando os direitos dos segurados, ampliando os benefícios de acordo com o padrão dos IAP's. Contudo, conforme indica Teixeira (2003), manteve a divergência no sistema de proteção social brasileiro, ou seja, continuavam excluídos da previdência social os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas e os trabalhadores autônomos.

Já no período da Ditadura Militar, a política previdenciária se transformou em um dos pilares da expansão e consolidação da intervenção social no pós-64, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1967. E em 1974 é aprovada a Lei 6.179 que aprova o amparo da Previdência Social para os velhos/as carentes com mais de 70 anos e para os inválidos, no valor de meio salário mínimo, contanto que estes estivessem dentro dos requisitos impostos pela lei, ou seja, não exercer atividade remunerada, não ser mantido por outra pessoa e não ter outra forma de subsistência (TEIXEIRA, 2003).

Cabe mencionar que antes da década de 1970, de acordo com Silva (*apud* PESSÔA, 2010), o trabalho voltado para os/as idosos/as no Brasil seguia uma linha caritativa, sendo desenvolvido principalmente por entidades religiosas e/ou filantrópicas, denotando uma prática puramente paliativa e caritativa. Destacam-se os trabalhos pioneiros realizados com os idosos/as no País, pela Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) e posteriormente os trabalhos desenvolvidos por instituições como o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Para Teixeira (2003), o envelhecimento humano que, há mais ou menos 40 ou 50 anos atrás, se constituía em um assunto que se limitava quase que exclusivamente à esfera privada e familiar e, que adentrou na cena pública inicialmente como objeto de políticas previdenciárias, passa a partir dos anos 60 a se transformar numa questão social e política em razão da organização dos idosos/as e de entidades civis em prol desta causa, principalmente de organizações multilaterais internacionais, as quais se constituíram em grupos de pressão, fundamentais na transformação da questão relativa ao envelhecimento em agenda pública.

As prioridades em políticas públicas surgem na sociedade e adentram a agenda do Estado quando se transformam em demandas vocalizadas, ou seja, quando grupos da sociedade civil se organizam e focalizam suas ações em torno de determinada demanda,

sensibilizando e mobilizando assim outros segmentos etários em torno de uma causa (BRANT DE CARVALHO *apud* TEIXEIRA, 2003).

Contudo, se faz necessário se ater ao caráter contraditório da política social, pois a mesma procura satisfazer as necessidades sociais, sem, no entanto, deixar de atender aos interesses e a legitimação da classe dominante, assim, ela lida com os interesses antagônicos das classes, visto que ela é resultante da pressão de sujeitos distintos (PEREIRA, 2009).

Assim, a política social pode ser entendida como a reivindicação da sociedade frente às relações de conflitos e contradições resultantes do modo de produção capitalista, sendo, de tal modo, uma intervenção condicionada pelo contexto histórico em que surge. Através da política social, o Estado passa a se envolver gradativamente numa abordagem pública, por meio de procedimentos de intervenção nas relações sociais, sendo, pois, formas institucionalizadas de ação estatal (YAZBEK, 2008).

Nessa perspectiva se pode dizer que a *participação social* dos/das idosos/as através de reivindicações se constituiu em ferramenta fundamental na viabilização de políticas públicas que garantissem seus direitos. Silva (2016) indica que o prolongamento da vida do ser humano traz ao cenário público a realidade do envelhecimento, situando os/as idosos/as como sujeitos de direitos e como eixo de preocupação e investimento de políticas, levando a necessidade de redimensionamento da agenda pública do Estado no que se refere às ações específicas para a população idosa no País.

Ao situar os/as idosos/as como sujeitos de direitos sociais<sup>7</sup> no País, faz-se necessário pontuar a participação efetiva destes na busca da conquista e viabilização de direitos, o que foi ocorrendo gradativamente. Para Teixeira (2003), as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela emergência do envelhecimento enquanto uma temática social e política relevante, isso quer dizer, enquanto um problema social objeto de políticas específicas.

Nesse contexto a autora indica que na década de 1980, frente à redemocratização do País e a efervescência dos movimentos sociais, vários movimentos em prol do/da idoso/a emergiram e outros se fortaleceram, a exemplo do movimento de aposentados e pensionistas, o qual desde o seu surgimento, marca o aparecimento de um novo modo de articular a defesa dos interesses dos beneficiários da Previdência Social, no qual os próprios idosos/as se

---

<sup>7</sup> A perspectiva dos direitos sociais enquanto anunciadores da relação Estado e sociedade se vincula a um projeto de Estado Social, constituindo-se em uma nova forma de enfrentamento da questão social, incorporando-se às conquistas dos direitos civis e políticos, os quais começaram a ser defendidos a partir dos séculos XVII e XVIII na luta contra o absolutismo. De todo modo, pode-se situar, segundo Marshall (*apud* COUTO, 2004), que os direitos civis foram conquistados que se efetivaram no século XVIII; os direitos políticos no século XIX; e os direitos sociais são conquistas do século XX (COUTO, 2004).

articulam em defesa dos seus interesses, transformando-se assim, em novos atores políticos capazes de se organizarem e lutarem em favor de sua causa.

[...] o Movimento de Aposentados e Pensionistas marcou o aparecimento de uma nova forma de articular a defesa dos interesses dos beneficiários da previdência social. Uma velha luta que foi sendo reelaborada e que assumiu novos contornos no âmbito da *Nova República* (HADDAD, 2001, p. 38, grifo do autor).

Este movimento adotou a Assembleia Nacional Constituinte como o principal interlocutor para as conquistas previdenciárias, nesse processo, idosos/as de todas as partes do País evidenciaram sua força política nas Galerias do Congresso, na Praça dos Três Poderes, nas passeatas, e em outras manifestações públicas que levaram a sensibilização da opinião pública, da mídia, dos constituintes, além disto, as emendas populares que assinaram, demonstrou o quanto eles estavam bem articulados em termos de mobilização e organização (TEIXEIRA, 2003).

As análises da autora apontam ainda que a luta dos/das idosos/as os evidenciou como um forte grupo de pressão, durante a Constituinte e depois desta, uma vez que continuaram participando ativamente dos embates judiciais e de atos públicos contra a política de arrocho nas aposentadorias e pensões. Essa participação na esfera pública revelou uma nova face da velhice, a qual rompia com as imagens históricas associadas à inatividade e passividade que eram associadas aos idosos/as, transformando estes em atores reconhecidos e respeitados.

Sob tais premissas, pode-se dizer que em meados da década de 1980, o maior avanço que se teve em relação às políticas de atenção aos/as idosos/as ocorreu com a Assembleia Nacional Constituinte, a qual aprova e institui em 1988 a Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Federal (CF) de 1988 foi denominada pelo então Deputado Ulisses Guimarães de *Constituição Cidadã*, pois incorporou reivindicações populares pautadas na busca pela democracia e direitos sociais, até então fragilizadas no País.

Nesta Constituição a proteção social ao/a idoso/a é inscrita para além dos que contribuem para a previdência social, já que se diferenciando das constituições anteriores nas quais a proteção socioassistencial de caráter não contributivo não existia. Antes da década de 1980 havia apenas a Proteção da Previdência Social que garantia aos/as idosos/as os direitos trabalhistas, baseados em critérios de contribuição.

Em contraponto a este cenário que valoriza o/a idoso/a apenas na medida em que contribui para a previdência social, a CF de 1988 traz providências que contemplam este segmento sem prévia contribuição. Assim, dispõe em seu Art. 229 que “os pais têm o dever

de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (BRASIL, 2011, p. 93).

Além da família, o Estado e a sociedade também passam a ter responsabilidade em relação ao idoso, conforme mostra em seu Art. 230, parágrafos 1º e 2º:

A família, a sociedade e o estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar garantindo-lhes o direito à vida. §1º os programas que amparam os idosos serão executados de preferência em seus lares; § 2º aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade nos transportes coletivos (BRASIL, 2011, p. 93).

Para Pessoa (2010) a CF de 1988 ampliou e consolidou direitos voltados aos/as idosos/as, garantindo proteção social através do tripé Previdência, Saúde e Assistência, assim como, garantiu a irredutibilidade do valor dos benefícios e o caráter democrático com participação da comunidade (trabalhadores, empresários e aposentados), reajuste de benefício pelo salário mínimo, diminuiu a idade para se aposentar por velhice, além de alterar a pensão vitalícia que passou a ter o valor de um salário mínimo, o que se configurou como um avanço no que diz respeito ao direito dos/das idosos/as.

Além dos avanços em decorrência da CF de 1988 não se pode passar despercebido que esta década também foi marcada pela mobilização por parte de organizações internacionais em relação às questões relativas ao envelhecimento. Esse esforço levou a uma série de normativas e diretrizes que contribuíram para a implementação de políticas públicas direcionadas aos/as idosos/as no mundo inteiro.

### 2.1.1 Diretrizes internacionais e rebatimento no Brasil

Nas décadas de 1980 e 1990, os/as idosos/as vinculados principalmente aos países com ofertas de serviços sociais de qualidade passam a ter atenção de organismos internacionais, os quais começaram a se mobilizar em torno do fenômeno do envelhecimento em decorrência do aumento desse segmento populacional e dos impactos que tal crescimento implicaria, tanto a nível econômico quanto social. Estas décadas foram marcadas pelas influências de organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) que começaram a se articular em torno das discussões relativas aos/as idosos/as e conseqüentemente influenciaram as medidas a serem adotadas em praticamente todos os países do mundo.

A partir destas iniciativas, tem-se em 1982 a I Assembleia Internacional sobre o Envelhecimento, realizada em Viena na Áustria, segundo Camarano (2016) esta foi o

primeiro fórum a nível mundial intergovernamental com foco na questão do envelhecimento e que culminou na aprovação de um plano global de ação. Este foi intitulado Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento (PAME), e segundo Teixeira (2003) teve como objetivo sensibilizar governos e sociedades participantes para a necessidade de direcionar políticas públicas para o segmento idoso/a. Esse traçado possibilitou a intensificação de estudos e pesquisas voltadas para a velhice, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, sendo um importante balizador no que diz respeito às políticas sociais voltadas para os/as idosos/as.

Outros objetivos também permearam o Plano, como bem aponta Camarano (2016), e se constituíram em garantir a segurança econômica e social dos/das idosos/as, assim como, identificar as oportunidades de integração destes ao processo de desenvolvimento dos países. Este plano teve como principal referência a Conferência dos Direitos Humanos que aconteceu em Teerã, em 1968.

A década de 1990, por sua vez, também trouxe recomendações de organizações internacionais em relação aos/as idosos/as, Teixeira (2003) afirma que a ONU promoveu nesta década vários eventos visando discutir questões relativas à velhice a nível mundial, oferecendo assim, diretrizes, princípios, fundamentos teóricos sobre o envelhecimento, assim como mostrou alternativas para a implementação de políticas públicas direcionadas às pessoas idosas.

Nesta década, segundo Camarano (2016), o debate sobre a questão do envelhecimento passou a ser bem mais insistente em fóruns das Nações Unidas, a exemplo das conferências mundiais sobre população, aspectos sociais, gênero, meio ambiente e outros. Isso contribuiu em uma mudança de percepção em relação aos/as idosos/as, pois estes passaram a ser vistos não mais como um grupo vulnerável e dependente, mas sim como um segmento ativo e atuante, e por tal razão, deveria ser incorporado na busca pelo bem-estar da sociedade. Esta década marca também a entrada mais expressiva do envelhecimento nas agendas políticas dos países em *desenvolvimento*.

Isso tudo foi considerado um avanço, já que antes das décadas de 1980 e 1990 a velhice não tinha atenção de assembleias gerais e nem era foco de nenhuma agência especializada das Nações Unidas, o envelhecimento era tratado de maneira marginal por organizações como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (CAMARANO, 2016).

Ainda segundo esta autora, dentre todos os avanços que se teve, pode-se afirmar que a Assembleia de Viena foi considerada um balizador em relação ao debate sobre o envelhecimento, pois a partir dela vários eventos sobre envelhecimento foram realizados nos anos seguintes. Tendo esta como referência, denota-se que um de seus principais resultados foi inserir na agenda internacional assuntos relacionados ao envelhecimento tanto a nível individual quanto populacional. Essa atenção toda se deu principalmente em decorrência das condições de vida dos/das idosos/as nos países *desenvolvidos*, pois havia a necessidade de reconhecimento destes como novos atores sociais, considerando as suas necessidades e especificidades.

Além disto, chamou atenção para a necessidade de se estabelecer um sistema de seguridade econômico-social para os/as idosos/as, assim como criar oportunidades de participação e contribuição destes para o desenvolvimento de seus países (MOTA, 2007). Neste sentido, Camarano (2016) diz que em parte as recomendações do Plano traçado a partir da Assembleia de Viena buscavam promover a independência e o fortalecimento das condições de saúde, física, cognitiva, mental e financeira visando garantir a *autonomia* dos/das idosos/as, mas também foi perceptível que o documento denotava um forte viés de estruturação, fundamentado em políticas que tinham relação com o mundo do trabalho.

É neste contexto que surge a ideologia do envelhecimento ativo, o qual encontra definições e conceituações a partir da OMS. O conceito de envelhecimento ativo surgiu a partir da Assembleia de Viena e foi adotado principalmente no final dos anos 1990 pela OMS, a qual buscava enfatizar que muito mais do que ter uma velhice saudável, ligada à questão da saúde, seria o reconhecimento de outros fatores que determinariam o modo como os indivíduos envelhecem. O mesmo é definido por esta Organização como um processo através do qual se otimizam as oportunidades de bem-estar físico, mental e social durante a vida, tendo como objetivo o aumento na esperança de vida saudável, na produtividade e na qualidade de vida durante a velhice (OMS, 2005).

Para Fonte (*apud* SILVA; SOUZA, 2010, grifo das autoras), as novas compreensões sobre a velhice deixam para trás um discurso que já foi muito comum sobre os/as idosos/as e que situava a velhice como *sinônimo de improdutividade e decadência*. Com isso atribuía-se:

[...] a segregação dos idosos como causa natural, como se eles não pudessem participar das atividades de uma sociedade, por não terem utilidade econômica nas sociedades que participam da expansão do capitalismo internacional (FONTE *apud* SILVA; SOUZA, 2010, p. 86).

Essa visão vem sendo substituída por uma mais *positiva* da fase que compreende a velhice, contudo não se pode passar despercebido o fato de que o discurso positivista por trás de determinadas colocações mascara sua real intenção que faz relação com os imperativos de produção, além disto, é interessante compreender que a velhice em si é uma fase complexa e como tal não garante a homogeneidade do segmento em questão.

No entanto, o que a OMS (2005) indica é que o envelhecimento ativo destina-se tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais. A ideia deste é que as pessoas que estão na fase da velhice compreendam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental no decorrer da vida, e que as mesmas participem da sociedade de acordo com suas necessidades, desejos e potencialidades, o envelhecimento ativo também supõe proteção, segurança e cuidados quando necessários.

O Centro Internacional de Longevidade (ILC-BRASIL) (2015, grifo nosso) diz que o conceito de envelhecimento ativo utilizado pela OMS, procura trazer uma visão mais *positiva e holística* do envelhecimento, buscando utilizá-la tanto como meta individual quanto de políticas públicas. Sua concepção inicial estava bem ligada à saúde, à participação e à segurança enquanto pilares do envelhecimento ativo, e além destes, outro componente foi adicionado, o da aprendizagem ao longo da vida.

Para o referido centro, as pessoas que estão envelhecendo ativamente tendem a aproveitar melhor as oportunidades que vão surgindo no decorrer da vida, visando alcançar e manter a saúde, fortalecer as relações sociais, adquirir novas habilidades, conhecimento e necessidades materiais. Tais recursos quando adquiridos ao longo da vida, passam a ser a base para o bem-estar físico, mental e social em todas as idades (ILC-BRASIL, 2015). Essa visão reforça a ideia de repasse de responsabilização dos sujeitos pelo seu próprio bem-estar, o que exime em grande parte o papel do Estado em relação a isso.

Além do mais, o termo *ativo*, segundo a OMS (2005, grifo do autor), diz respeito à participação contínua nas ações sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não apenas à capacidade física de estar ativo ou fazer parte da força de trabalho. Diz ainda que os mais velhos/as que se aposentam e aqueles que apresentam algum tipo de doença ou possuem alguma necessidade especial podem continuar contribuindo ativamente, seja no âmbito familiar, comunitário ou social.

A visão de Neri (2012, grifo nosso) é que uma velhice bem-sucedida mostra-se, especialmente, em idosos/as que conseguem manter *autonomia, independência e envolvimento ativo*, seja na vida pessoal, familiar, comunitária e social. O que se reflete em

reconhecimento social para os mesmos, pois isto lhes possibilita oferecer contribuições à sociedade ou à família, permitindo que sejam vistos como modelos de velhice boa, ativa e saudável. Entretanto, a autora destaca que nem todos os/as idosos/as conseguem atingir esse padrão, isso porque há fatores como a genética, o estilo de vida, e especialmente as condições socioeconômicas e culturais que afetam diretamente no alcance desse resultado.

Portanto, percebe-se que há fatores determinantes que contribuem fundamentalmente na maneira como os indivíduos envelhecem estes determinantes podem ser de ordem biológica, mas destaca-se que há uma indissociável relação entre fatores socioeconômicos e culturais e uma boa velhice. Neste sentido é imprescindível destacar estudos que trazem uma visão crítica em relação ao envelhecimento ativo, Silva e Souza (2010, p. 87), por exemplo, argumentam que há todo um discurso por trás da participação ativa do/da idoso/a na sociedade, já que o mesmo “[...] incita à produtividade e responsabiliza os idosos por sua situação, transformando-os ao mesmo tempo em saudáveis e produtivos, capazes de contribuir e muito para essa sociedade [...]”, elas sustentam que isso contribui para homogeneizar o segmento em questão sem levar em consideração as particularidades do mesmo, além de não avaliar os impactos das condições de vida em que estes viveram.

Para essas autoras esse conceito proposto por organismos internacionais tem objetivações bem implícitas em seus discursos, ou seja, o de que o/a idoso/a deve contribuir para o desenvolvimento dos países. Além do mais, elas afirmam que a ONU e OMS têm os mesmos interesses, os quais se constituem em:

[...] evitar despesas para os sistemas de saúde e eliminar qualquer entrave para o desenvolvimento dos países. Em consequência disso são elaboradas políticas generalizadas que não condizem com a realidade, apenas aprofundam mais as desigualdades da nossa sociedade [...] (SILVA; SOUZA, 2010, p. 89).

Em acordo a essa sustentação se pode considerar os escritos de Camarano (2016), os quais indicam que as postulações colocadas pela ONU e posteriormente adotadas pela OMS em relação à ideologia de uma velhice mais ativa, consideravam principalmente aquele idoso/a que era tido como independente financeiramente, o que lhe permitia poder de compra. Pois, a partir do momento em que o/a idoso/a é visto como um indivíduo com possibilidades de contribuições econômicas, suas necessidades passam a ser priorizadas, porque se percebeu que este se constituía em um segmento que agregava valor a economia e consequentemente permitia o desenvolvimento de um novo nicho de mercado, como bem aponta a autora.

Assim, para a referida autora a orientação era que a sociedade como um todo deveria adotar um conceito de envelhecimento positivo e ativo, tendo como norte o desenvolvimento

econômico e social, para tanto havia a necessidade de redefinição e mudança do papel do/da idoso/a na sociedade.

Não se pode negar que o aumento da população idosa reafirma o avanço de conquistas no campo científico, tecnológico e epidemiológico, assegurando qualidade e maior expectativa de vida aos indivíduos, entretanto, colocam em pauta as desigualdades no que diz respeito ao acesso às condições de produção e reprodução da vida dos mesmos (SILVA; SOUZA, 2010). Neste sentido, segundo Teixeira (2009), é preciso compreender que é a condição de classe do/da idoso/a no contexto das relações sociais de reprodução que se constitui na principal problemática do envelhecimento, quando se considera a indisponibilidade de reprodução social e de uma vida constituída de sentido e valor, na ordem capitalista, especialmente quando os/as idosos/as perdem o valor de uso para o capital, por causa da expropriação e do tempo de vida destes.

Essa perspectiva crítica acerca da particularidade envolvendo a questão do/da idoso/a, segundo Silva e Souza (2010), acaba indo de encontro com a perspectiva de envelhecimento saudável e ativo postulada pela ONU e OMS e pelas Conferências Intergovernamentais sobre envelhecimento, realizadas pela Cepal na América Latina e no Caribe neste começo de Século. Isso porque o envelhecimento ativo para a OMS compreende:

[...] a participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho. As pessoas mais velhas que se aposentam e aquelas que apresentam alguma doença ou vivem com alguma necessidade especial podem *continuar a contribuir ativamente para seus familiares, companheiros, comunidades e países* (OMS, 2005, p. 13, grifo nosso).

Para as diretrizes do Plano postulado pela ONU, o envelhecimento ativo indica que:

As pessoas idosas devem ser *participantes plenas no processo de desenvolvimento* e partilhar também os benefícios que alcancem. Não se deve negar a ninguém a possibilidade de beneficiar-se do desenvolvimento. Os efeitos do envelhecimento da população sobre o desenvolvimento sócio-econômico da sociedade, juntamente com as mudanças sociais e econômicas, que está acontecendo em todos os países, criam a necessidade de adotar medidas urgentes para garantir a constante integração e capacitação dos idosos [...] (ONU, 2003, p. 33, grifo nosso).

Esse discurso por mais que seja bem construído e que aparentemente tenha sido colocado visando o bem-estar dos/das idosos/as, evidencia sua real intenção que é a de que o envelhecimento da população venha a atrapalhar o desenvolvimento dos países. Desta forma, criam-se planos e políticas que incitam a produtividade e o retorno dos/das idosos/as ao mercado de trabalho ou outra ocupação de forma sutil, desconsiderando que este segmento já contribuiu e muito para a coletividade.

Isso fica bem claro, por exemplo, no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, quando se recomenda a contribuição e participação plena dos/das idosos/as no desenvolvimento da sociedade, para isso indicam a necessidade destes participarem ativamente na vida econômica, política e social de suas sociedades, indicando inclusive a possibilidade de um trabalho remunerado ou mesmo voluntário (SILVA; SOUZA, 2010).

Ainda segundo as autoras, essa orientação das políticas sociais direcionadas aos/as idosos/as pautadas no envelhecimento ativo, por mais que denotem ser uma estratégia positiva, mascaram na realidade a preocupação que há por parte dos legisladores em relação a essa questão, a qual está relacionada com o viés mercadológico de incentivo ao retorno dos/das idosos/as ao mercado de trabalho após a aposentadoria. Viés este que está bem de acordo com as políticas neoliberais<sup>8</sup> predominantes na sociedade nos últimos 30 anos, assim como fica evidente a inquietação que há em relação aos impactos que o crescimento desse segmento poderá trazer para a economia e o sistema de lucros.

Além do mais, para as autoras há uma homogeneização das ações voltadas para os/as idosos/as, uma vez que:

[...] como o objetivo central é fomentar o desenvolvimento dos países, tirando qualquer obstáculo que possa interferir nesse sentido, coloca-se o idoso aposentado para tomar parte nesse desenvolvimento, elaborando-se políticas de propagação de uma velhice saudável e estimulando o idoso aposentado a retornar ao mercado de trabalho (SILVA; SOUZA, 2010, p. 89).

Essa colocação evidencia que não são levadas em consideração as determinações que fazem do envelhecimento um fenômeno em expansão no contexto mundial, e consequentemente nacional. Em decorrência disso, são elaboradas políticas generalizadas que não se enquadram com a realidade vivida por grande parte dos/das idosos/as, pelo contrário, elas têm contribuído para o aumento das desigualdades na sociedade, pois o Estado acaba se eximindo do seu papel de provedor do bem-estar social de seus cidadãos, responsabilizando em primeiro lugar a própria sociedade pelo seu bem-estar (SILVA; SOUZA, 2010).

Isso fica claro quando se analisa as políticas que são direcionadas aos/as idosos/as no Brasil, as quais demonstram o caráter focalizado, assim como destacam o papel que é atribuído à família e à sociedade no que se refere aos cuidados com os/as idosos/as. Tais questões encontram materialidade nas predisposições legais encontradas, principalmente nas

---

<sup>8</sup> O Neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na Região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 9).

últimas décadas, na Política Nacional do Idoso (PNI), no Estatuto do Idoso e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

## 2.2 PNI, ESTATUTO DO IDOSO E PNAS

Como já destacado neste trabalho, o segmento idoso foi gradativamente conquistando direitos sociais, em decorrência principalmente da influência de organizações internacionais, da pressão da sociedade civil organizada em torno da garantia dos direitos dos sujeitos historicamente discriminados, dentre os quais se destacam os/as idosos/as vinculados à classe trabalhadora mais desprotegida. Para Rauth e Py (2016), no Brasil em especial após a instituição da CF de 1988, os idosos/as ganham mais expressividade nos espaços públicos, principalmente os/as aposentados/as que têm mais poder de consumo, que pressionam, ouvem, se fazem ouvir e passam a discutir sua situação em busca de reconhecimento enquanto cidadãos, junto aos profissionais das poucas instituições públicas e privadas que tinham como objetivo atender esse segmento em suas necessidades.

Em meio a toda essa efervescência duas conquistas demarcam avanço nos direitos aos/as idosos/as no País, a primeira é a promulgação da Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e a segunda é a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Ambas reconhecem que o segmento idoso é heterogêneo e que cabe a elas tornar reclamável o direito dos mais desprotegidos economicamente.

Para Rauth e Py (2016), essas duas políticas nascem para ratificar questões importantes, tais como os princípios de que o envelhecimento diz respeito a toda a sociedade e não só as pessoas que já são idosas; de que as transformações necessárias na estrutura social exigem que o/a idoso/a seja tanto o agente quanto o destinatário delas; e de que as pessoas idosas têm direito ao desenvolvimento de ações nas políticas setoriais. Além das políticas citadas, a PNAS também é relevante principalmente para os/as idosos/as empobrecidos.

A PNAS passou por duas edições, a primeira foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) no ano de 1998 através da Resolução 207, sua aprovação se deu em meio a lutas e retrocessos e veio para transformar as disposições e regulamentações referentes à assistência social na CF/1998 e na LOAS em ações diretas. A PNAS de 1998 traz como objetivo principal construir estratégias que visem enfrentar a exclusão social para além

do limite de ação estatal, com isso, percebe-se o esforço em construir uma relação Estado e sociedade (BRASIL, 1999).

A década de 1990, segundo Boschetti (2009), marca o avanço do neoliberalismo no País, o qual foi determinante para o desenvolvimento de uma política econômica voltada para o rendimento econômico em detrimento dos avanços em nível social, nesse contexto o Brasil passou por uma crise econômica que foi conduzida por um Estado que não se comprometeu com a redistribuição de renda. Sob essa perspectiva, a autora indica que os direitos que haviam sido conquistados pela classe trabalhadora e inseridos na carta constitucional foram contidos ao ajuste fiscal, o que levou a um quadro de retrocesso social e o consequente aumento da pobreza extrema.

Nesse cenário, a Assistência Social, segundo Mota *et al.* (2010), passou por um dos maiores retrocessos no âmbito da proteção social, em especial pela instituição do Programa Comunidade Solidária, o qual se sobrepôs à Política de Assistência. É evidente que isso não aconteceu sem a resistência categórica de assistentes sociais que naquele momento denunciaram a imposição do fisiologismo, de práticas voluntaristas e a refilantropização da assistência social, tal resistência encontrou espaços nas conferências, nos fóruns, na atuação dos conselhos, assim como em outros espaços de participação, o importante é que isso propiciou o surgimento de propostas que incidiram diretamente na redefinição das políticas de assistência e no seu modelo de gestão.

A Política de Assistência Social foi reeditada passando por transformações e em 2004 foi aprovada a nova PNAS e a Norma Operacional Básica (NOB/2005), sendo instituído assim o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), isso demonstra os avanços expressivos a que tal Política passou. O SUAS é um sistema público que organiza, de modo descentralizado, os serviços socioassistenciais no País, tem como base um modelo de gestão participativo destinado a articular apoio técnico e recursos financeiros dos três níveis de governo, complementando assim as competências dos entes federados na gestão, execução e financiamento da PNAS.

Os marcos regulatórios da criação do SUAS são as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e a LOAS. O SUAS vigora na prática desde 15 de julho de 2005, sendo que o mesmo foi aprovado em resolução pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sua aprovação e sanção estão dispostas na Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, a qual altera a Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, reestrutura a organização da assistência social e dispõe sobre a gestão das ações a serem organizadas de maneira

descentralizada e participativa, reafirmando a garantia de proteção social à família, à maternidade, à infância e à velhice que dela necessita, através de uma rede descentralizada.

Para Couto (2009, grifo nosso), o SUAS traz uma nova concepção de proteção socioassistencial, sendo um sistema orgânico que tem como principal desafio de gestão potencializar os espaços que atendem a população. As atividades devem proporcionar oportunidades aos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade social, trabalhando na perspectiva da *autonomia* e do *protagonismo dos usuários*, com a participação destes nos espaços de controle social, evidenciando-se assim que o SUAS organiza modos de democratizar a atenção aos direitos socioassistenciais.

Para tanto, se constituem em usuários da Assistência Social:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e de riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2009, p. 33).

A concepção da assistência social enquanto política pública de direitos voltada para a prevenção, proteção, inserção e promoção social, articulada a outras políticas públicas, em tese objetiva reverter o caráter clientelista, imediatista e assistencialista que historicamente a acompanha. Além do mais, a Política de Assistência assegura a qualquer cidadão brasileiro direito aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais sem caráter contributivo, a priori, isso possibilitaria eliminar ou reduzir situações de vulnerabilidade e/ou fragilidade social dos cidadãos, inclusive o idoso/a (BERZINS *et al.*, 2016).

O SUAS tem como base de atuação duas diretrizes que se constituem em um avanço no âmbito da Política de Assistência, no que se refere à execução dos serviços socioassistenciais, são elas a matricialidade sociofamiliar e o território, as quais objetivam uma maior articulação entre as redes de serviços com vistas a evitar ações isoladas, fragmentadas e focalizadas. Essa articulação, segundo Couto (2009), denota que a Política traz possibilidades no que se refere ao atendimento do usuário, uma vez que a partir de suas diretrizes busca-se compreender o mesmo, inserido em um contexto social multidimensional imbricado de expressões da questão social.

A família enquanto elemento central do atendimento evidencia que a Política de Assistência tenta romper com a lógica pautada na focalização e fragmentação. Pois, compreende que a família traz reflexos de desigualdades colocados na sociedade pela ordem

capitalista e, quando se pensa nesta enquanto um lócus de resistência e produto de uma realidade cruel, se evidencia que ela não pode ser expressa somente pelas necessidades econômicas, políticas e sociais, mas também pelas subjetividades que se constituem em resistência frente às necessidades (COUTO, 2009).

Já a territorialidade, ainda segundo a autora, torna-se relevante no âmbito desta Política, não somente pelo espaço geográfico que denota a concentração de pobreza, mas sim por se constituir em um espaço de vida, contradições, resistências, passividade, que necessita ser recuperado para que o trabalho realizado possa identificar não só as necessidades da população, mas também as formas de resistências que permeiam o espaço em que a população está inserida.

Logo, o SUAS ao antecipar uma gestão descentralizada e participativa da assistência social, leva em consideração as desigualdades socioterritoriais. Frente a este novo paradigma, a atuação da assistência social se faz a partir de duas categorias de atenção que considera a natureza ou o tipo de complexidade do atendimento, são elas: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE). Cada atenção dessas possui equipamentos que caracterizam o direito assistencial, assim como, espaços físicos públicos para o desenvolvimento de atividades de proteção à família e ao indivíduo. O equipamento da PSB é o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS); e o da PSE é o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) (BERZINS *et al.*, 2016).

Ponderando as colocações feitas até aqui, ressalta-se que a Política de Assistência reconhece que o aumento da população idosa na sociedade, principalmente dos sujeitos vinculados ao segmento mais fragilizado da classe trabalhadora, irá produzir impacto e levar a transformações nas políticas públicas, especialmente na saúde, previdência e assistência (BRASIL, 2004). Isso evidencia que seu texto denota duas preocupações, uma diz respeito à formulação de políticas aos/as idosos/as e a outra aos impactos a nível econômico e social que esse crescimento pode ocasionar inquietação, também identificada nos planos propostos por organizações internacionais.

De toda forma, na PNAS estão dispostas ações específicas a serem realizadas com idosos/as em situação de *vulnerabilidade social*, ou *fragilizações de vínculos de vivências*, neste caso as ações estão dispostas na PSB. Um dos serviços ofertados por esta proteção para o/a usuário/a idoso/a e destacado neste estudo é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o qual tem por finalidade fortalecer os vínculos deste segmento tanto no ambiente familiar quanto no comunitário.

As ações e serviços preconizados pela PNAS estão dispostos e organizados na Resolução 109, de 11 de novembro de 2009, que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Tal normativa possibilitou padronizar em todo o território nacional os serviços da PSB e PSE, estabelecendo para tanto os conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um dos serviços, assim como os resultados esperados no que se refere à garantia de direitos (BRASIL, 2013).

Segundo Couto (2009), os usuários da rede socioassistencial têm direito a ter garantida a convivência familiar, comunitária e social em todas as etapas do ciclo de vida, assim como, a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio da família, tanto na família biológica quanto na construída, e à primazia do convívio social e comunitário frente às soluções institucionalizadas.

Garantir a segurança de convívio significa incidir diretamente nas formas tradicionais de acolhimento das demandas assistenciais, tendo em vista que na maioria das vezes ainda trabalham os usuários de maneira isolada, retirando-se de suas comunidades e do convívio familiar. Ao endossar como direito socioassistencial a convivência familiar, comunitária e social, a Política de Assistência reafirma a compreensão de que as circunstâncias que levam a necessidade de atendimento não se vinculam somente a responsabilidade individual e familiar, mas são, antes de tudo, frutos de uma sociedade desigual que leva parte da população a viver em péssimas condições de vida (COUTO, 2009).

Logo, se há a necessidade de prevenir situações de risco, por meio do fortalecimento da função protetiva da família, importa pensar a vulnerabilidade<sup>9</sup> como a exposição de indivíduos a situações de tensões e as dificuldades que eles têm em superá-las. Para Bronzo (2009), a vulnerabilidade está ligada a ideia de risco, o que leva a uma abordagem conjunta desses termos. Na proteção social, o foco norteado pelo enfoque da vulnerabilidade e dos riscos se encontra nas estratégias utilizadas pelas famílias que tanto podem lhe possibilitar fugir da pobreza quanto contribuir para continuar nela. Isso leva a pensar na contribuição necessária das políticas públicas, na busca de fortalecer as capacidades de indivíduos, famílias e comunidades, no que se refere ao enfrentamento e superação de vulnerabilidades.

Como forma de contribuir no processo de superação das vulnerabilidades decorrentes do processo de envelhecimento, a Política de Assistência através da PSB oferece ao/a usuário/a idoso/a o SCFV, que tem por foco desenvolver atividades que venham a contribuir

---

<sup>9</sup> A vulnerabilidade pode ser entendida como “[...] a manifestação mais clara da carência de poder que experimentam grupos específicos, mas numerosos da humanidade, ou ainda [...] definida como exposição a contingências e tensões, e as dificuldades em lidar com elas” (BRASIL, 2013, p. 28).

no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, assim como busca fortalecer os vínculos familiares e comunitários atuando na prevenção de situações de risco social (BRASIL, 2013).

Observa-se que o Serviço ofertado pela Política de Assistência tem por base, objetivos que já haviam sido colocados anteriormente pela PNI e que tinham por finalidade assegurar os direitos sociais dos/das idosos/as, bem como criar condições que contribuam na promoção de sua *autonomia, integração e participação efetiva na sociedade* (BRASIL, 2010, grifo nosso). Segundo Camarano (2016), a PNI parte do princípio de que o/a idoso/a enquanto um sujeito com direitos necessita e deve ser atendido de forma diferenciada em todas as suas necessidades, sejam elas físicas, sociais, econômicas e políticas.

Levando as necessidades dos/das idosos/as em consideração, a intervenção através do SCFV deve ser pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária, compreendendo que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas podem se constituir em formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Além do mais, devem-se incluir vivências que valorizam suas experiências de modo que potencializem a condição de escolher e decidir do/a idoso/a (BRASIL, 2013). Ressalta-se que o Estatuto do Idoso, assim como a PNAS, também preconiza que ao/a idoso/a é garantido o “[...] direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (BRASIL, 2003, p. 18).

Para Paz (2013, grifo do autor), o Estatuto do Idoso, através de seus princípios e diretrizes busca preservar as relações sociais do/da idoso/a, seja na sociedade, na família, nas instituições, classes sociais, através de *ações integradas* que ajam diretamente nas expressões da questão social com uma maior participação social dos/das idosos/as na relação sociopolítica com o Estado, a sociedade, bem como nos espaços públicos.

Pode-se dizer que o direcionamento dado pelo Estatuto encontra materialidade nas predisposições da Política de Assistência quando ela indica que os serviços e programas voltados aos/as idosos/as na PSB objetivam contribuir no processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; assegurar espaço de encontro para os/as idosos/as e encontros intergeracionais a fim de promover a sua convivência familiar e comunitária; detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a

condição de escolher e decidir dos idosos/as, contribuindo assim para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos mesmos (BRASIL, 2013).

Além disto, os serviços ofertados pela PSB ao/a usuário/a idoso/a visam contribuir para melhorar sua condição de sociabilidade, bem como, reduzir e prevenir situações de *isolamento social e de institucionalização*.

As colocações acima descritas nos permitem perceber que as três políticas – PNI, Estatuto do Idoso e PNAS – têm um sentido de complementaridade e continuidade na busca de garantir o acesso dos/das idosos/as a direitos, programas e serviços e a concepção colocadas por estas visam especialmente contribuir no processo de superação de vulnerabilidades decorrentes de processos de exclusão. Considerando o texto da Política de Assistência, por exemplo, o mesmo dá o direcionamento para a execução de serviços e programas através de uma rede de serviços socioassistenciais, sendo de tal forma colocada como uma possibilidade de enfrentamento das vulnerabilidades em que se encontram seus/suas usuários/as, embora nem sempre esse enfrentamento se efetive de fato na prática. Os serviços, programas, projetos e benefícios disponibilizados na PSB deverão se articular às demais políticas públicas locais, de modo a garantir a sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas e o protagonismo dos/das usuários/as atendidos, buscando superar as condições de vulnerabilidade e prevenir as situações que apontam eventuais riscos (BRASIL, 2004).

### **3 O/A IDOSO/A NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ**

O município de Belém é a capital do Estado do Pará, este Estado segundo o IBGE (2015) possui uma população estimada em 8.175.113 habitantes, dos quais 549.470 são estimados como idosos/as. Em Belém a concentração de idosos/as se dá em torno de 131.517, dos quais aproximadamente 1.032 estão sendo assistidos regularmente pela Política de Assistência através do Serviço de Convivência ofertado nos CRAS's.

Considerando a natureza do Serviço, destaca-se que a socialização por meio da convivência vem se configurando em peça chave no trabalho desenvolvido através da rede socioassistencial com idosos/as em *situação de perda ou fragilização de vínculos*. Essa nova configuração no atendimento ao/a idoso/a demonstra um salto significativo quando se considera os trabalhos iniciais desenvolvidos com os/as idosos/as pela LBA fundada em 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas com a finalidade de prover as necessidades dos familiares dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, bem como, contribuir com o governo ditatorial, no conflito internacional (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012; CAMARANO, 2004).

Após a grande guerra esse trabalho se estendeu a outros grupos considerados vulneráveis, entre eles os/as idosos/as, contudo, o trabalho desenvolvido estava fortemente ligado às práticas filantrópicas e caritativas realizadas pela igreja com a forte presença do primeiro damismo. De acordo com Boschetti (2009) a LBA passou então, a ser a responsável pela coordenação e supervisão da Política Nacional de Assistência Social, porém suas ações se pautavam em serviços, nem sempre contínuos e focalizados, sendo que suas ações eram decorrentes de iniciativas tecnocráticas, e a execução das mesmas se dava mediante recursos orçamentários e doações. A LBA perdurou por 50 (cinquenta anos) e foi extinta no ano de 1995, em virtude especialmente, do questionamento de sua atuação, por parte do fortalecimento dos movimentos sociais que reivindicavam uma reconfiguração da política de assistência, mas como política pública com o direcionamento do Estado.

Frente às novas configurações da Política, o esforço na garantia de direitos aos/as idosos/as se torna relevante quando se considera os impactos que as estruturas sociais causam na vida das pessoas que estão na velhice, as quais “[...] diante de uma série de transformações em seu corpo, em suas relações pessoais e profissionais [...] experimentam uma *diminuição de*

*sua autoestima* e, alguns procuram o *autoisolamento*”, como bem aponta a Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade do SESC/SP (GETI, 2013, p. 9, grifo nosso).

Isso indica que a perda dos papéis sociais e do senso de pertença incide diretamente nos processos de exclusão dos espaços de participação e contribuem nas formas de *isolamento* dos/das idosos/as. Objetivando superar as mais variadas formas de exclusão social decorrentes de fragilização relacional, bem como fortalecer vínculos sociais e de afetividade, é que a Política de Assistência traz uma inovação no campo assistencial ao garantir a segurança de convívio através de um conjunto de serviços locais que tem por finalidade a convivência, a socialização e o acolhimento de indivíduos e famílias (BRASIL, 2013).

### 3.1 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DA PSB EM BELÉM

Como já sinalizado, os serviços disponibilizados pela PSB devem ser executados de forma direta nos CRAS's e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, assim como, de maneira indireta nas instituições e organizações da Política desde que sejam referenciados pelos CRAS's (BRASIL, 2004).

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência, sendo responsável pela organização e oferta de serviços da PSB do SUAS em áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Esta proteção é definida como a principal porta de entrada do SUAS, isso quer dizer, que ela possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção socioassistencial (BRASIL, 2009).

A PSB tem como objetivo prevenir situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios de abrangência, através do *desenvolvimento de potencialidades e aquisições*, do *fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*, assim como, da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. O CRAS, enquanto uma unidade de PSB se constitui em referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de abrangência desta Proteção. Estes serviços têm caráter preventivo, protetivo e proativo, podendo serem ofertados diretamente no CRAS, contanto que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente referenciados ao CRAS de área de abrangência (BRASIL, 2009, grifo nosso).

A oferta dos serviços no CRAS se dá de forma planejada e depende do conhecimento do território e das famílias que vivem nele, quais as necessidades e potencialidades destas,

assim como, do mapeamento da ocorrência das situações de risco e vulnerabilidade e das ofertas já existentes.

A pesquisa realizada teve como *locus* de observação os espaços da PSB que desenvolvem as atividades do SCFV com idosos/as no município de Belém. Neste sentido, considera-se que o espaço físico tem grande relevância no atendimento socioassistencial, pois o mesmo é o reflexo de uma concepção, de tal modo, necessita ser organizado para que as famílias que vivem no território de abrangência do CRAS o reconheçam enquanto uma unidade pública que possibilita o acesso a direitos. Por tal razão, tais Centros não podem ser instalados em locais inadequados e improvisados (BRASIL, 2009).

Durante o delineamento do estudo foi constatado que a maioria dos espaços da PSB localizados no município de Belém não possui sede própria, são alugados ou mesmo cedidos, para a execução dos serviços. As exceções foram identificadas em apenas três espaços: Zoé Gueiros e CRAS's Mosqueiro e Cremação, os quais são prédios da Prefeitura de Belém, sendo que os dois últimos se tratam de prédios bem antigos, conforme indicado por profissionais dos espaços, conforme as fotografias a seguir:

**Fotografias 1 e 2:** Fachadas dos Prédios dos CRAS's Mosqueiro e Cremação.



Fonte: Domínio público, 2016.



Fonte: Domínio público, 2016.

A modalidade de aluguel de prédios é uma realidade bastante encontrada e às vezes se constitui na única alternativa em locais de vulnerabilidade ou mesmo enquanto uma unidade pública é construída (BRASIL, 2009). Contudo, se faz necessário atentar para o tempo de duração do aluguel, uma vez que, a permanência do CRAS em determinada área é de fundamental importância para que este se torne referência de seus usuários/as. E mais, o espaço físico do CRAS seja alugado, cedido ou público, deve assegurar acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos/as. A prevalência de prédios alugados para execução de Política Social para idosos/as questiona e coloca em xeque os objetivos da Política, uma vez

que, imóveis nesta condição se caracterizam por instabilidade de contratos e muitas vezes impossibilidade de proceder modificações físicas por parte do inquilino.

Em relação às condições internas de funcionamento dos CRAS's, observou-se que a maioria possuía uma sala ou uma área ampla para a recepção do usuário, a qual dispunha de balcão para atendimento, cadeiras de plástico e/ou acolchoadas, uma mesa e um bebedouro; sala da coordenação na qual se podia ver mesas, cadeiras, um computador e uma impressora, ventilador e armário; sala pedagógica com uma ou mais mesas, dependendo do espaço, cadeiras, armários, ventilador e computador; sala de cadastradores, nesta geralmente havia duas mesas, cadeiras, dois computadores e armário; sala de arquivo com um ou mais armários; sala de atendimento psicossocial onde havia mesas, cadeiras, ventilador, computador e armário; banheiros de uso coletivo. A maioria, no período da observação, se encontrava limpa e em boas condições de higiene, porém, houve espaço em que o banheiro estava fisicamente deteriorado, sujo e sem água, no entanto estava sendo utilizado. A cozinha, no geral, era equipada com fogão, geladeira, armário, mesa, pia, balcão, refeitório com mesa, cadeiras e bebedouro.

Além desses cômodos, havia também os locais onde eram realizadas as atividades. No geral, as ações dos CRAS's ocorriam em salas que dispunham minimamente de materiais necessários para a realização de atividades, entre os instrumentos incluíam mesas de plástico, armários, cadeiras, ventilador (em alguns espaços), colchonetes (para a prática de yoga), papéis, revistas, canetas, tecidos, fitas, tesouras, cola, lápis, borracha, lápis de cor, etc., contudo não se passou despercebido o contraste existente entre esses locais. Exceção observada no Centro Zoé Gueiros, onde as salas contavam com uma estrutura diferenciada e adaptada para receber os/as idosos/as, a exemplo dos suportes de apoio nas paredes (como na fotografia abaixo), rampas de acesso, pisos antiderrapantes, além de aparelhos de condicionador de ar propiciando um ambiente mais agradável, isso demonstra a desigualdade existente quanto às estruturas e que é possibilitada pelo tratamento diferenciado oferecido pela gestão da Assistência Municipal:

**Fotografia 3:** Sala adaptada com suporte para apoio no Zoé Gueiros.



Fonte: Agência Belém, 2016.  
Imagem: Tássia Barros, 2016.

Os CRAS's Terra Firme e Aurá apresentaram algumas singularidades em relação ao acima descrito. No primeiro, Terra Firme, as atividades ocorriam em uma área a céu aberto<sup>10</sup> e tinham como recursos materiais cadeiras de plástico dispostas formando um círculo, além de haver uma caixa de som para complementar a atividade, no chão havia relevos decorrentes da deterioração de um piso de cimento que parecia ter sido feito ali, o que denotava risco de queda aos/as idosos/as durante os exercícios. Ressalta-se que o período de observação deste CRAS coincidiu com a mudança para um novo endereço, neste as atividades com os/as idosos/as passaram a serem realizadas em uma área coberta e com piso de cimento, porém isso não extinguiu a contradição existente entre as estruturas.

No segundo, Aurá, a atividade era realizada em uma área coberta, porém, pequena, cujo piso era composto por uma espécie de blocos semelhantes a paralelepípedos, o local era bem ventilado em razão da presença de muitas árvores ao redor do espaço. O recurso material que apoiava a realização das atividades no CRAS Aurá era alguns móveis como: bancos de madeira, cadeiras de plástico e mesa do mesmo material, além de uma caixa de som. Nos dois CRAS's não se identificou adaptações que auxiliassem nas limitações desses usuários, a exemplo de rampas e suportes para apoio visando prevenir possíveis quedas. Neste caso ao visualizar as fotografias abaixo, percebe-se a contradição quanto ao que predispõe a Política em relação à acessibilidade dos usuários/as, quando se identifica condições mínimas de estrutura para atender o público idoso/a:

<sup>10</sup> Por motivo de problemas no dispositivo eletrônico, não se pode fazer o registro das atividades neste local. No entanto, foram cedidas imagens do novo espaço de funcionamento do CRAS Terra Firme.

**Fotografias 4 e 5:** Área de realização de atividades dos CRAS's Aurá e Terra Firme.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Aurá, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2017.

Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Terra Firme, 2017).  
Imagem: Jaqueline Silva, 2017.

O CRAS Cremação também não foge à regra dos demais citados em relação à precariedade no espaço de realização de atividades com os/as idosos/as, neste caso, a observação apoiada pelo registro fotográfico do local permite a visualização desta realidade. Pode-se identificar que na sala para tal prática as janelas estavam quebradas em decorrência do apodrecimento da madeira, os quadros que serviam para adornar o local estavam úmidos e com fungos, o telhado também estava comprometido e isso se confirmava com a presença de goteiras em pontos distintos da sala deixando o piso molhado e liso, oferecendo sério risco de quedas para os/as idosos/as. Além disso, chamou atenção o fato do local, nas condições em que se encontrava também servir de depósito de alimentos e outros materiais de higiene, utilizados tanto pelos idosos/as quanto pelos profissionais. A socioeducadora em entrevista informou que este CRAS está aguardando reformas e como não há outra área pra realizar a atividade, os idosos/as acabam por ficar naquela sala mesmo:

**Fotografias 6 e 7:** Sala de atividades do CRAS Cremação.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Cremação, 2018). Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Cremação, 2018).  
Imagem: Adriana Silva, 2018. Imagem: Adriana Silva, 2018.

Ressalta-se, sobretudo, como bem evidencia a fotografia, a disponibilização de mesas para as idosas praticarem suas atividades, sejam estas educativas ou de pintura, prática recorrente nos CRAS's. Deste modo, identifica-se a contradição em relação ao espaço físico dos CRAS's quando se considera que “[...] é imprescindível que a infra-estrutura e os ambientes do CRAS respondam a requisitos mínimos para a adequada oferta dos serviços socioassistenciais de proteção social básica” (BRASIL, 2009, p. 48) e, neste caso o que se notou foi a frequência de ambientes inadequados para a prática de atividades e que chegavam a oferecerem riscos aos/as idosos/as.

Em relação ao enquadramento profissional, os CRAS's contam com uma equipe de referência composta por: Coordenador, Técnicos com formação em Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e em exceções raras foram identificados Técnicos em Desporto e Lazer e Fisioterapia, socioeducadores, arte educadores, além de apoios, de agentes administrativos, cadastradores, agentes de copa e cozinha e agentes de serviços gerais. No geral, a disponibilidade é de 02 (dois) técnicos de nível superior e 02 (dois) de nível médio para cada espaço. Os assistentes sociais estão presentes em todos. No CRAS em que a equipe técnica fora a regra do número de técnicos, esses são constituídos pelos socioeducadores<sup>11</sup>. A composição da equipe de referência do CRAS, segundo Brasil (2009), é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.

<sup>11</sup> As atribuições do socioeducador, de acordo com a Resolução N° 09/2014, são: desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização, atividades instrumentais, assegurar a participação social dos usuários, recepção dos usuários, apoiar e participar no planejamento das ações, organizar e facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas, entre outras.

Dentre os serviços ofertados no CRAS através da PSB estão: o PAIF e o SCFV, com destaque para o segundo o qual se constituiu em objeto da pesquisa. O Serviço de Convivência é realizado em grupos e sua forma de organização se dá a partir de percursos, na busca de garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, visando complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de risco social. Sua forma de intervenção é planejada, a qual cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências tanto individuais quanto coletivas, na família e no território (BRASIL, 2009).

A partir de informações obtidas através de entrevistas com coordenadoras, técnica e socioeducadores, identificou-se que a inserção dos/das idosos/as nos CRAS's se caracteriza pelas seguintes demandas: orientações para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família e pela participação nas atividades de convívio.

### 3.2 COTIDIANO DOS/DAS IDOSOS/AS NO SCFV OFERTADO NOS CRAS'S E NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE ZOÉ GUEIROS

O Serviço de Convivência está centrado na fomentação de práticas de convívio com vistas a reforçar ou criar laços sociais e de pertencimento dos/das idosos/as em situação de vulnerabilidade relacional, visando à promoção e desenvolvimento de potencialidades dos sujeitos envolvidos. Neste sentido, torna-se necessário destacar as características e particularidades identificadas nos/nas idosos/as demandatários do Serviço, na medida em que são motivados a convivência comunitária.

O Serviço destina-se a idosos/as acima de 60 anos. E nesse caso, identificou-se que a idade deles varia entre 60 até mais de 90 anos de idade, o que reitera estudos já mencionados nesta dissertação de mestrado de que há idosos/as que ultrapassam a expectativa de vida estimada (CAMARANO, 2002). Os dados obtidos em campo demonstraram que de um total de aproximadamente<sup>12</sup> 1.032 idosos/as atendidos no SCFV, 897 são mulheres, constituindo 86,9% do total e 135 são homens e somam 13,08% do total de idosos/as. A maioria está na faixa etária dos 60 a 69, seguido dos/das idosos/as com idade de 70 a 80 anos. A predominância no Serviço é de mulheres com idade entre 60 e 69 anos, as quais somam um

---

<sup>12</sup> Está se trabalhando com números aproximados em razão de se ter considerado apenas o SCFV como objeto desta pesquisa, bem como, por haver espaços em que foram repassados valores aproximados quanto ao número de idosos/as que frequentam o serviço.

valor aproximado de 486 senhoras, o que significa 47,1% do total de idosos/as. Esses dados reproduzem a situação das outras ações da Política de Assistência Social em que o perfil do usuário é majoritariamente constituído de mulheres como têm apontado vários estudos sobre a temática. Esses valores podem ser mais bem observados na tabela a seguir:

**Tabela 1:** Quantitativo de Idosos/as atendidos no SCFV por faixa etária e sexo.

Quantitativo de Idosos/as atendidos no SCFV por faixa etária e sexo							
Espaços Visitados	Faixa Etária						
	Sexo	60 – 69 anos	70 – 79 anos	80 – 89 anos	90 e mais	Total por Espaço	Porcentagem (%)
CRAS Aurá	Feminino	08	10	04	00	22	2,13
	Masculino	04	02	01	00	07	0,67
CRAS Barreiro	Feminino	13	07	02	01	23	2,22
	Masculino	00	00	00	00	00	00
CRAS Benguí	Feminino	26	07	02	00	35	3,39
	Masculino	00	00	00	00	00	00
CRAS Cremação	Feminino	*	*	*	*	96*	9,30
	Masculino	*	*	*	*	24*	2,32
CRAS Icoaraci	Feminino	*	*	*	*	40*	3,87
	Masculino	*	*	*	*	02*	0,19
CRAS Jurunas	Feminino	46	14	00	00	60	5,81
	Masculino	00	00	00	00	00	00
CRAS Pedreira	Feminino	32	17	03	00	52	5,03
	Masculino	04	03	01	00	08	0,77
CRAS Terra Firme	Feminino	48	19	00	00	67	6,49
	Masculino	09	03	00	00	12	1,16
CRAS Tapanã	Feminino	-	-	-	-	-	-
	Masculino	-	-	-	-	-	-
CRAS Guamá	Feminino	06	02	01	00	09	0,87
	Masculino	00	00	00	00	00	00
CRAS Mosqueiro	Feminino	25	33	09	00	67	6,49
	Masculino	00	01	00	00	01	0,09
CRAS Outeiro	Feminino	06	06	00	00	12	1,16
	Masculino	00	01	00	00	01	0,09
Zoé Gueiros	Feminino	213	164	34	03	414	40,11
	Masculino	35	34	10	01	80	7,75

Fonte: Pesquisa de Campo (Espaços da PSB do Município de Belém, 2017 – 2018).

Elaboração: Adriana Silva, 2018.

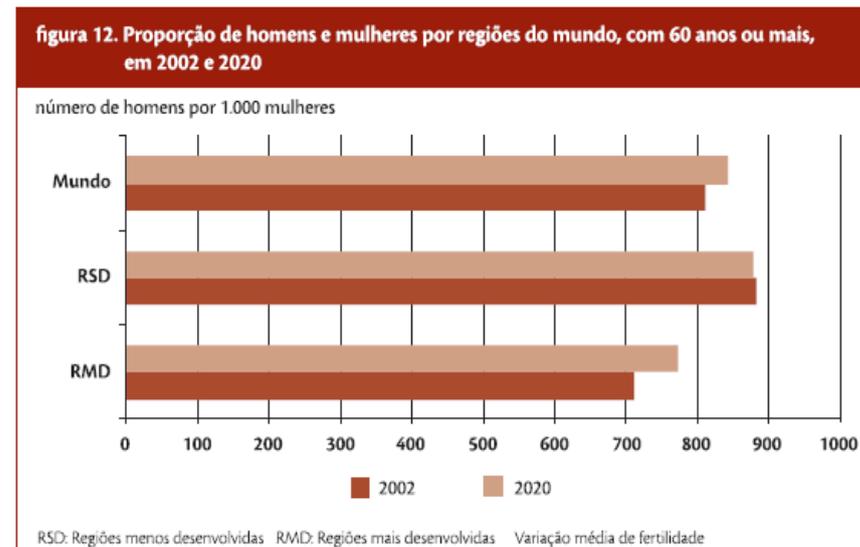
(\*) Dados disponibilizados de maneira geral, não sendo discriminados por faixa etária.

(-) Não há idosos/as em razão de não haver atividades específicas voltadas a estes.

A presença majoritária de mulheres no Serviço remete também a discussão sobre *feminização da velhice* ilustrada por estudiosas, dentre as quais Berzins (2003, grifo da autora) e por algumas fontes estatísticas, como a OMS (2005). Segundo estudos desta

Organização, as mulheres vivem mais que os homens em praticamente todos os lugares do mundo, por exemplo, na Europa no ano de 2002, havia 678 homens para cada 1.000 mulheres idosas, nas regiões menos *desenvolvidas* havia 879 homens para cada 1.000 mulheres, conforme indica o gráfico abaixo. Além do mais, as mulheres correspondem a aproximadamente dois terços da população idosa acima dos 75 anos em países como Brasil e África do Sul.

**Gráfico 1:** Proporção de homens e mulheres por regiões do mundo, com 60 anos ou mais, em 2002 e 2020.



Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2005.

Além disso, os dados mais recentes trazidos pela III Conferência Intergovernamental da América Latina e Caribe (2012) mostraram que em 2010 de um total de mais de 20 milhões de idosos/as 55,5% eram do sexo feminino. Essa diferenciação evidenciada através de estatísticas quanto ao número de mulheres idosas e homens idosos leva a compreensão de que para além dos números, existem determinantes sociais que indicam que a velhice é uma fase da vida que é vivenciada de maneira distinta entre homens e mulheres, isso não ocorre somente nos aspectos sociais, mas também no econômico, nas condições de existência, nas doenças e até mesmo nos aspectos subjetivos, conforme observa Berzins (2003). Para ela, “[...] ao se considerar os aspectos da velhice não podemos deixar de contemplar o recorte de gênero que é determinante inclusive do lugar que os idosos e as idosas ocupam na vida social” (BERZINS, 2003, p. 28).

Para Scott (1989, grifo da autora), o *gênero* delimita cortes de atuação para cada sexo, neste sentido o estudo sobre as mulheres implica no estudo dos homens, pois, para a autora, o mundo das mulheres é criado dentro do mundo dos homens nas sociedades estruturadas pela propriedade privada resultando em relações hierárquicas, identificada pela teoria feminista

como patriarcal, por se configurar pela ordem do macho. Assim, a desigualdade de poder entre os sexos na perspectiva marxista caracterizada pela imbricação das determinações sociais (classe social, gênero, raça/etnia) é reivindicada como contradição relevante nos estudos sobre envelhecimento.

As desigualdades promovidas na vida das mulheres idosas são decorrentes de determinantes sociais que incidem negativamente em suas vidas. Neste sentido, a partir do trabalho de campo se identificou que o *isolamento* é uma condição muito presente na vida das idosas atendidas no Serviço de Convivência. O relato de profissionais confirma tal premissa ao indicar que geralmente as mulheres idosas chegam ao CRAS com a mesma situação, ou seja, *isoladas do convívio tanto social quanto familiar*.

Muitas dessas *senhoras* elas moram sozinhas, não trabalham mais, *os filhos abandonaram, não vão visitar a mãe, porque estão no trabalho ou em outras atribuições e elas se sentem muito sozinhas*, em suas casas, então procuram pelo Serviço (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

Olha a *maioria que está aqui são senhoras* tá, elas vêm pro CRAS em busca de atividades, as danças que a gente oferece né, *porque elas se sentem só, muitas são viúvas, os filhos já tem famílias* e elas precisam dessa convivência (COORDENADORA B, 2018, grifo nosso).

A *maioria que participa aqui no Serviço são mulheres*, vamos dizer que mais ou menos uns 80%, por aí, por essa faixa, geralmente são *senhoras que se sentem sozinhas em casa*, então elas vem, elas buscam aqui, é, o Serviço (SOCIOEDUCADOR C, 2018, grifo nosso).

Isso reafirma a concepção de que a velhice traz consequências mais negativas às mulheres do que aos homens e tais resultantes são determinadas por fatores estruturais que incidem diretamente nas relações familiares e sociais contribuindo no processo de fragilização de seus vínculos, não por acaso, a matricialidade familiar se constitui em um dos eixos estruturantes do SUAS, em virtude da família ser caracterizada pela Política de Assistência como um lugar contraditório, no qual, a dinâmica de convivência é entremeada por conflitos, bem como, por desigualdades e nas sociedades capitalistas a mesma se torna de fundamental importância no âmbito da proteção social (BRASIL, 2004).

Além do mais, os dados demonstraram que a maioria das idosas atendidas pelo Serviço é de raça/etnia negra<sup>13</sup>. Essa condição é observada a partir dos indicadores destacados e analisados, os quais apontaram que de um total de aproximadamente 1.032 idosos/as, 524 eram negras do sexo feminino, sendo 50,2% do total e, 84 eram negros do sexo masculino, se constituindo em 8,1% do total. O percentual de brancos era de 11,7% entre as mulheres e

<sup>13</sup> Nesta dissertação está se utilizando a categoria *negra* como indicador de raça, em acordo com as atuais disposições do IBGE a partir das quais negros e pardos englobam um mesmo conjunto de raça/etnia.

1,6% entre os homens, isso afirma a prevalência no atendimento da Política de Assistência de mulheres negras pertencentes às camadas menos favorecidas. Os dados a seguir expressam os indicadores encontrados:

**Tabela 2:** Indicadores de Raça/Etnia dos/das Idosos/as no SCFV.

<b>Indicadores de Raça/Etnia dos Idosos/as no SCFV</b>						
<b>Espaços Visitados</b>	<b>Feminino</b>			<b>Masculino</b>		
	Branco	Negro	Indígena	Branco	Negro	Indígena
CRAS Aurá	04	18	00	00	07	00
CRAS Barreiro	01	22	00	00	00	00
CRAS Benguí	05	30	00	00	00	00
CRAS Cremação	*	*	*	*	*	*
CRAS Icoaraci	*	*	*	*	*	*
CRAS Jurunas	*	*	*	00	00	00
CRAS Pedreira	*	*	*	*	*	*
CRAS Terra Firme	27	39	00	02	10	00
CRAS Tapanã	-	-	-	-	-	-
CRAS Guamá	02	07	00	00	00	00
CRAS Mosqueiro	05	62	00	00	01	00
CRAS Outeiro	00	12	00	00	01	00
Zoé Gueiros	77	334	03	15	65	00
Total	121	524	03	17	84	00
Porcentagem (%)	11,72	50,77	0,29	1,64	8,13	00

Fonte: Pesquisa de Campo (Espaços da PSB do município de Belém, 2017 – 2018).

Elaboração: Adriana Silva, 2018.

(\*) Informações não obtidas.

(-) Não há idosos/as em razão de não haver atividades específicas voltadas a estes.

Os dados demonstram que tanto entre homens quanto entre as mulheres atendidas há a prevalência da raça/etnia negra se constituindo em maioria na demanda do Serviço, chamando atenção para outra questão que vem sendo ilustrada nos estudos sobre política social em geral e, de Política de Assistência Social em especial, de que a pobreza no Brasil é originária também do racismo negro. Segundo informações obtidas em cartilha (2016) sobre racismo, produzida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), as categorias de cor são necessárias quando se busca não somente fazer o registro de informações sobre a composição e perfil étnico-racial da população, mas sim, que tais categorias são imprescindíveis na formulação de políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para o enfrentamento das desigualdades, em especial as étnico-raciais.

Outra característica encontrada ao observar os/as idosos/as que participam frequentemente das atividades do Serviço de Convivência, diz respeito, a assiduidade quanto

aos horários, eles costumam chegar um pouco antes do horário previsto, vem com seus passos lentos já procurando um lugar para sentar, num ritmo que difere e que não está em sintonia com a rapidez e fluidez típicas do mundo pós-moderno<sup>14</sup>. São pessoas que do ponto de vista aparente, se mostram calmas, afetuosas, possuem um sorriso sincero e enquanto aguardam aproveitam para conversarem. Alguns por morarem próximo aos locais chegam a pé, outros utilizam o transporte coletivo, e neste caso, é bastante comum ouvir deles reclamações quanto à falta de respeito que sofrem nesse tipo de transporte, isso indica que a concepção preconceituosa em relação ao/a idoso/a ainda prevalece em nossa sociedade. Há ainda aqueles que possuem maiores dificuldades de locomoção e são acompanhados até o local por algum membro da família.

Merece destaque que no CRAS Aurá se observou haver um ônibus que é utilizado para o transporte dos/das usuários/as, assim a assistente social e dois socioeducadores, responsáveis pela atividade grupal, vão buscar cada idoso/a que participa com frequência do Serviço, em suas respectivas residências. Essa iniciativa demonstra um avanço na busca de viabilizar uma melhor qualidade de vida e de acesso aos/as idosos/as ao Serviço. O motivo desta preocupação, segundo o socioeducador, consiste em uma forma de garantir o acesso deles e evitar a evasão, pois, como eles no geral moram nas proximidades do CRAS o acesso é um pouco difícil, devido à intensidade do fluxo de carros na Rodovia BR-316 e a falta de sinalização para pedestres, além disso, há aqueles que moram mais afastados da rodovia e também têm dificuldade em chegar ao local.

Também foi observado que as idosas do Serviço aparentam não se importar com os sinais que há em seus rostos. Poucas mulheres usavam adornos, como colares, pulseiras, brincos, relógios, etc., ou uso de maquiagens para disfarçar as marcas que o tempo deixa. Por outro lado, esta forma de se apresentar necessariamente não permite afirmar que são desprovidas de vaidade. O ideal de beleza incutido pela sociedade depende de condições econômicas (BARRETO, 1992; DEBERT, 1997, 1999; PEIXOTO, 2006). Assim, ele condiz mais com a realidade de idosas das camadas médias e altas, do que com a maioria das idosas da classe trabalhadora mais desprotegida, como é o caso das usuárias da Política de Assistência Social.

As exceções, em especial entre as idosas, se expressam por vestimentas que ressaltam vestidos e saias de tecido florais, adornos regionais nos cabelos, uso excessivo de

---

<sup>14</sup> A Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação (EAGLETON, 1998, p. 7).

maquiagens, uso de bijuterias, cabelos pintados de cor preta e loura e vestuário esportivo, ou seja, calça e short colados no corpo, camisetas, tênis e bonés, conforme expressa a fotografia abaixo:

**Fotografia 8:** Senhoras com trajas esportivos no CRAS Mosqueiro.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Mosqueiro, 2018).

Imagem: Arquivo CRAS Mosqueiro, 2018.

Segundo Mucida (2006), a velhice gera processos de negação quando se tenta igualar a um padrão que se assemelhe ao da juventude, justificados pelo discurso e práticas de autocuidado, alcançados em especial através da venda de produtos que possibilitem se parecer com o ideal imposto, contudo, quando se trata do/da idoso/a essa ideologia esbarra em limites, pois, “[...] sua história não encontra lugar diante das novidades do mercado, sua imagem não pode acolher como antes as maquiagens [...] mesmo com o mercado das próteses e cirurgias plásticas o limite persiste” (MUCIDA, 2006, p. 86). Para Almeida (2003, p. 44, grifo da autora): “[...] os esforços *para retardar* a velhice, afastando-a de seus sinais aparentes, são enormes; com esta finalidade, é significativo o rol de bens e produtos colocados à disposição do consumidor”, o que reafirma a tese de que a velhice se tornou um novo nicho de mercado (DEBERT, 1999), porém, o acesso se dá de maneira desigual.

Em poucos espaços se viu idosos/as com dificuldades de locomoção mais complexas, a ponto de ser necessário fazer uso de muletas, por exemplo, talvez porque eram minoria. As que foram identificadas neste sentido, eram geralmente mulheres, havia uma, em especial, que estava com os pés enfaixados e só se locomovia com o auxílio de muletas e das pessoas, em ato de solidariedade, que ali se encontravam. A fotografia a seguir, deu destaque a senhora acima mencionada, a qual, apesar da dificuldade não deixa de ir ao CRAS nos dias de atividades, o que chama atenção para a necessidade de convívio que os/as idosos/as atendidos apresentam:

**Fotografia 9:** Idosa com dificuldade de locomoção no CRAS Aurá.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Aurá, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2018.

As longas conversas pelos corredores, as piadas e brincadeiras são características relevantes observadas nos/nas idosos/as que frequentam o Serviço. Observou-se satisfação e prazer em poder participar das atividades e de estreitarem a cada dia os vínculos e vivenciarem e compartilharem outras experiências. Isso pode ser visto na foto ilustrada abaixo, que demonstra não somente a alegria e a afetividade das idosas após atividade realizada no Zoé Gueiros, mas também se pode identificar a estrutura física do espaço. Nota-se ser uma sala que obedece aos requisitos de acessibilidade para receber este público:

**Fotografia 10:** Idosas em momento fraterno após atividades no Zoé Gueiros.



Fonte: Pesquisa de Campo (Zoé Gueiros, 2017-2018).  
Imagem: Tainah Souza, 2018.

Já em CRAS como o do Barreiro, as idosas que participam do grupo de Convivência apesar de conversarem bastante, se mostravam insatisfeitas com o Serviço que vinha sendo

ofertado, evidenciaram que há alguns anos atrás havia *atividades como passeios*, que era uma coisa do agrado delas e que atualmente faz falta, além disso, reclamavam da carência de alimentos após a atividade. Era um grupo bem informado quanto a questões relativas aos direitos dos/das idosos/as, elas relatavam em suas conversas as violações que sofrem no cotidiano, nos transportes coletivos ou em repartições públicas, como: bancos, postos de saúde, etc. Observou-se um pouco mais de seriedade nestas, eram pessoas que sorriam pouco, não se notou nelas a mesma harmonia que havia em outros/as idosos/os observados, esse traço encontrado nestas senhoras pode ser identificado através da fotografia a seguir:

**Fotografia 11:** Idosas no CRAS Barreiro.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Barreiro, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2017.

A insatisfação das idosas quanto à oferta de atividades foi identificada não somente no CRAS Barreiro, mas também no CRAS Guamá onde se identificou situação semelhante, as idosas deste CRAS também reclamavam da falta de outro tipo de atividade, bem como evidenciavam a falta que sentiam dos *passeios* e das *apresentações artísticas* que eram ofertadas em outro período. Isso evidencia que há uma fragilidade quanto às práticas fomentadas por estes CRAS's incidindo diretamente na concepção que as usuárias têm dos espaços, neste sentido, segundo Brasil (2013, grifo do autor), quando os encontros reduzem a vitalidade nas pessoas, há o estabelecimento de *paixões tristes*, o que pode gerar revolta ou insatisfação, deste modo, as emoções não estão dadas, nem são pré-definidas por características pessoais, mas sim, são produzidas nos encontros e se constituem em força motriz de ações. Deste modo, questiona-se se as práticas adotadas por estes dois espaços estão conseguindo atender aos objetivos da Política, ou seja, de incentivar experiências potencializadoras aos/as usuários/as.

Com base neste objetivo da Política de incentivar novas experiências aos/as idosos/as que contribuam no processo de *desenvolvimento de potencialidades, autonomia e autoestima*

destes, a PSB oferece as *atividades de convívio*. Este tipo de atividade é geralmente coordenado por socioeducadores, arte-educadores e (em exceções) por técnicos em desporto e lazer. Os/As idosos/as observados demonstraram boa aceitação e respeito pelos profissionais que desenvolvem as atividades, também se identificou atenção e cuidado dos profissionais para com os/as idosos/as. O vínculo profissional-usuário é ressaltado, por considerar que o mesmo se torna fundamental no desenvolvimento de práticas de convívio, pois “[...] os modos de convivência afetam as pessoas e fazem um efeito na razão e no entendimento que elas têm de si e do mundo em que vive, podendo mobilizá-la ou não, para enfrentar as condições de existência” (BRASIL, 2013, p. 19).

Cada profissional tinha a sua maneira em particular para desenvolver seu trabalho, mas era comum antes de cada atividade ser realizado um *acolhimento* com boas-vindas aos/as idosos/as, no qual havia a *escuta* de possíveis situações que eles levam para o espaço sobre seu cotidiano e compartilham com os socioeducadores. Este tipo de situação reforça a ideia de confiança no profissional, pois, os/as idosos/as demonstram segurança em partilhar suas histórias a eles, isso foi enfatizado como crucial por socioeducadores entrevistados, pois é uma forma de conhecer um pouco mais da realidade desses/as idosos/as:

Aqui quando eles chegam eu procuro ficar aqui na porta, abraço cada um dou bom dia (risos), sempre tem aquele/a idoso/a que quer *contar* algo que está acontecendo em sua vida, às vezes são problemas, outras vezes são só coisas mais do dia a dia mesmo como *a visita de alguém da família ou amigo* e por aí vai, mas que tem significados pra eles né. E isso contribui no meu trabalho porque eu acabo conhecendo mais a realidade deles né e desenvolvendo maneiras para desenvolver meu trabalho (SOCIOEDUCADORA D, CRAS, 2018, grifo nosso).

Eu busco tá *escutando* os/as idosos/as, eles gostam de *contar* suas histórias, suas experiências pra gente e isso acaba me ajudando né, a conhecer um pouco mais da vida deles o que ajuda um pouco no meu trabalho (SOCIOEDUCADOR C, CRAS, 2018, grifo nosso).

Essas falas permitem o entendimento de que *acolher* e conseqüentemente conhecer a realidade dos/das idosos/as, para além do aparente, se constitui em uma ferramenta que contribui em novas formas de atuação e desempenho do trabalho realizado e na própria valorização do/da idoso/a enquanto sujeito de direitos. Desta maneira, este tipo de abordagem indica uma concepção colocada por Brasil (2013, grifo nosso) que enfatiza a relevância das emoções/afetos na atividade humana, as quais podem se constituir em uma ferramenta no trabalho das políticas sociais, uma vez que, a necessidade de reconhecimento e expansão da vida manifestada na felicidade, no *acolhimento* são tão relevantes e concretas quanto à sobrevivência física e material.

Contudo, esta não foi a única forma de *acolhida* identificada, neste caso, destaca-se também os *alongamentos* realizados com os/as idosos/as, visando o bem-estar destes durante as ações. Foi notório que tal prática demonstrava a necessidade de auxílio por parte dos/das idosos/as, pois, durante a sequência de exercícios se evidenciava a dificuldade de equilíbrio e mesmo de execução de determinados movimentos que eles apresentavam, nesse caso, era comum os *alongamentos* serem realizados aos pares. As fotografias que seguem retratam esta prática:

**Fotografias 12 e 13:** Acolhida com Alongamento nos CRAS's Aurá e Terra Firme.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Aurá, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2017.

Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Terra Firme, 2017).  
Imagem: Jaqueline Silva, 2017.

No decorrer das atividades os/as idosos/as estavam sempre atentos às informações e às instruções que lhes eram repassadas, não raro havia aqueles que possuíam um pouco mais de dificuldades em executar determinado exercício sendo, portanto, auxiliados tanto pelos profissionais quanto pelos demais idosos/as, também se via interação e participação de todos, não se identificava idosos/as apáticos, *isolados* ou sem vontade de realizar atividade. No entanto, isso não quer dizer que seja uma situação inexistente nos espaços, pois, em ocasiões não tão eventuais, como bem relataram profissionais, há idosos/as que preferem por algum motivo ficar quietinho em um canto, o que pode significar uma reprodução de situações já existentes em seu âmbito familiar:

Às vezes há idosos/as que chegam e não se sentem bem para fazer atividades e ficam por ali sentados, a gente não obriga a realizar a atividade, mas a gente busca ir *ouvir* esse/a idoso/a, saber o que tá acontecendo, sabe, motivar ele a participar (SOCIOEDUCADORA D, 2018, grifo nosso).

Os/As idosos/as se sentem tão bem acolhidos aqui por nós que muitas das vezes [...] não é o dia de atividades deles, mas eles por se *sentirem sozinhos* em casa preferem vim pra cá sentar por ali, jogar um baralho, dominó sabe. Já outros vêm e às vezes

não querem fazer atividade ficam por ali sentados e aí a gente percebe já vai bate um papo, *ouve* esse/a idoso/a né pra tá sabendo o que tá acontecendo (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Essas colocações confirmam a necessidade de *escuta*, de *acolhida* e de *observação* dos/das idosos/as, pois, esse tipo de reação do/da idoso/a seguido da *escuta* dos profissionais, possibilita apreender outras situações que perpassam o cotidiano deles. Isso torna imprescindível a percepção do profissional a certos traços de comportamentos dos/das idosos/as atendidos, pois, permitirá uma atuação mais eficaz junto a esse público.

Outro momento que mereceu ser destacado a partir das observações, diz respeito ao lanche que é servido aos/as idosos/as nos espaços. O momento de alimentação possibilitou apreender que não se trata apenas do ato de comer, mas sim, dos significados que aquele alimento tem para os referidos/as idosos/as. Percebeu-se, reações distintas quanto ao que era ofertado, para alguns havia insatisfação ao tipo de alimento que era servido, em especial, aos alimentos processados como sucos e embutidos, para outros não havia reclamações, se demonstravam satisfeitos e era comum haver a repetição da alimentação, bem como, a solicitação para levar um pouco para casa, o que era permitido. Essa ocorrência leva ao questionamento de que esse lanche pode se constituir em uma das principais refeições do dia de grande parte desses/as idosos/as, daí a relevância observada na ansiedade deles por este momento.

Também não passou despercebido o fato deste momento ser de alegria, descontração, de conversas, de risos. Isso remete a ideia de que a hora da alimentação para os/as idosos/as é um momento de partilha, de intensificação dos laços de convívio e que acaba por remeter ao ambiente familiar. A fotografia a seguir demonstra as senhoras no momento de alimentação no CRAS Mosqueiro:

**Fotografia 14:** Momento do Lanche no CRAS Mosqueiro.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Mosqueiro, 2018).  
Imagem: Arquivo CRAS Mosqueiro, 2018.

Quanto à qualidade dos alimentos servidos, observou-se que são priorizados produtos industrializados com alto teor de açúcar, gorduras, sódio, entre outros, a exemplo de sucos e achocolatados em caixa, embutidos como salsichas, além de pães, biscoitos, etc., que acabam por não contemplar uma alimentação mais balanceada. Raras vezes se observou sopas de legumes, porém, nesta a salsicha era a combinação, além de arroz, feijão, ovos, carne, frango e mingau, estes últimos foram observados com mais frequência no Zoé Gueiros.

Além dos CRAS's também se realizou observação no Centro de Convivência da Terceira Idade Zoé Gueiros, tendo em vista que este passou a se constituir em espaço da PSB, por ser um espaço diferenciado, apesar de objetivar a questão da convivência e fortalecimento de vínculos, optou-se por discorrer sobre as características encontradas no cotidiano, deste, separadamente, uma vez que, em relação aos demais este oferece uma série diferenciada de atividades.

### 3.2.1 Centro de Convivência da Terceira Idade Zoé Gueiros

O Centro de Convivência da Terceira Idade Zoé Gueiros está vinculado ao CRAS Tapanã, localizado no Conjunto Cordeiro de Farias. Apesar de estar localizado neste bairro o Zoé Gueiros recebe idosos referenciados de todos os CRAS de Belém. O mesmo se configura em uma unidade descentralizada de PSB e está sob a gestão da FUNPAPA.

Diferentemente dos demais espaços, este Centro foi implantado no ano de 1994, atendendo as demandas colocadas na época pela *terceira idade*, ou seja, emerge com a pretensão de tornar-se um modelo de atendimento para os *novos velhos*. Foi criado durante a administração do então prefeito Hélio da Mota Gueiros e o traçado metodológico do Centro neste período seguia a linha do trabalho realizado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), as atividades realizadas estavam baseadas na prática de atividades físicas, culturais, esportivas e de lazer, as quais buscavam dar um significado mais *positivo* para a velhice, segundo consta em seus documentos de fundação.

Com o passar do tempo, a perspectiva do Centro passou a ser fundamentada na concepção de vivência e produção, por meio de atividades socioeducativas e a organização para a vivência de direitos. Deste modo, com o processo de implantação da Política de Assistência Social e do SUAS, o Centro tornou-se foco da atenção da FUNPAPA, onde houve a disposição de transformá-lo em um CRAS. Entretanto, com base nas Orientações Técnicas

da PSB do SUAS, é possível a execução de serviços de convivência descentralizados em territórios de abrangência do CRAS, contanto que a ele seja referenciado.

Em informações obtidas no Relatório de Gestão da FUNPAPA (2005-2010), o Zoé Gueiros iniciou no ano de 2010 uma experiência fundamentada na PNAS e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, rompendo assim com o modelo anterior que trabalhava de maneira fragmentada e tinha como base a participação dos/as idosos/as em atividades, físicas, culturais e de lazer. Para tanto, o Centro se adequou as provisões do SUAS e da Política de Assistência trabalhando na perspectiva da convivência e fortalecimento de vínculos.

Durante as observações de campo, o Centro estava atendendo<sup>15</sup> 494 idosos/as entre homens e mulheres com predomínio de mulheres na faixa etária de 60 a 69 anos. Foram identificadas 414 mulheres dentre as quais 213 possuem idade entre 60 a 69 anos, 164 têm entre 70 e 79 anos, 34 têm entre 80 a 89 anos e 03 possuem mais de 90 anos. Em relação aos homens há nesse espaço 80 homens dos quais 35 estão na faixa etária de 60 a 69 anos, 34 possuem idade entre 70 a 79 anos, 10 têm entre 80 a 89 anos e 01 tem mais de 90 anos. Os dados evidenciam que este Centro concentra quase a metade dos usuários do Serviço de Convivência ofertado no município de Belém, pois, dos 1.032 idosos/as identificados/as, 494 estão no Zoé Gueiros constituindo 47,8% do percentual total.

Esses/as idosos/as são provenientes de todos os bairros do município de Belém, em razão deste espaço ser descentralizado, ele realiza esse atendimento desde que os/as usuários/as sejam referenciados pelo CRAS do território de abrangência. Atualmente o Centro realiza exclusivamente o SCFV, o qual é desenvolvido através de encontros de *grupos de convivência e atividades de convívio físicas, de arte, cultura e lazer*, as quais em acordo com os objetivos da Política para este/a usuário/a *priorizam a vivência em grupo e possibilitam experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, visando potencializar a autonomia e protagonismo social de cada idoso/a*, contribuindo para a redução e prevenção de situações de *isolamento* social, assim como, contribuir para o processo de envelhecimento ativo e saudável.

O traçado metodológico do Centro tem sido elaborado em conjunto com os/as usuários/as com a finalidade de potencializar as ações de acordo com as particularidades dos/das idosos/as. As atividades desenvolvidas seguem a seguinte linha, reuniões de convivência tendo ao todo 20 grupos de convivência e outras atividades de convívio dispostas

---

<sup>15</sup> É provável que estes valores estejam alterados atualmente, em virtude de ser constatado lista de espera para inclusão no Centro no primeiro semestre do ano de 2018.

da seguinte forma: 01 (uma) de canto coral, de seresta, de dança de salão, de dança coreografada, de dança rítmica, de alongamento e de turismo cidadão; 04 (quatro) de memória, e 02 (duas) de atividade física funcional, de jogos e de brincadeiras, 01 (uma) oficina de como usar o celular e 01 (uma) de atividade aquática.

As reuniões dos grupos de convivência são executadas uma vez ao mês e objetivam trabalhar temas diferenciados conforme dados do Planejamento do Centro (2017), por exemplo, de setembro-novembro foram trabalhadas palestras que tiveram como eixo estruturante *Envelhecimento Ativo e Saudável*, nas quais se esclareceu quanto à saúde do idoso/a, objetivando produzir espaços de reflexão, debate e vivências que permitam *ressignificar experiências*, desenvolver habilidades e *favorecer o autocuidado*. Elas ocorrem a partir de acolhimento com dinâmicas de boas-vindas, desenvolvimento com as palestras temáticas e encerramento com mensagens reflexivas. Essas atividades são divididas em grupos, iniciantes e avançados, sendo coordenadas por técnicos com formação em Serviço Social e Psicologia.

Já as demais atividades de convívio são realizadas semanalmente por um período de dois meses, e está sendo feito um rodízio dos/das idosos/as nas atividades em razão do grande quantitativo desta demanda. A partir de informações obtidas no Planejamento do SCFV (2017), as atividades que vêm sendo ofertadas pelo Centro e seus respectivos objetivos e forma de desenvolvimento são:

➤ *Atividade física funcional*, a qual objetiva desenvolver a coordenação motora através da mobilidade multiarticular e da ativação do CORE. Desenvolve-se a partir de ginástica, caminhada, exercícios de coordenação, força e equilíbrio, etc. O encerramento se dá com atividades de relaxamento, massagens feitas em duplas, jogos, etc.

➤ *Atividade aquática*, esta visa o desenvolvimento geral do praticante a partir de atividades que vislumbrem a ludicidade, e não o treinamento das capacidades físicas. Seu desenvolvimento ocorre por meio de explicações breves sobre segurança e higiene, adaptação ao meio líquido, atividades de deslocamento, exercícios respiratórios, entre outros. O encerramento ocorre com massagens em duplas, atividades de relaxamento, rodinhas com músicas.

➤ *Seresta*, o objetivo desta atividade é promover a socialização e a integração dos idosos/as a partir da prática musical, oferecendo a oportunidade de expressarem-se pela execução das músicas que marcaram momentos importantes de suas vidas. No desenvolvimento da atividade os idosos/as tocam e cantam a partir de repertório criado por

eles. A música propicia um ambiente de descontração e interação social. O encerramento ocorre por meio de relaxamento e respiração e leitura de mensagens reflexivas.

➤ *Canto coral*, esta atividade tem por finalidade promover a integração da pessoa idosa através da música. O desenvolvimento se dá a partir de ensaios periódicos com repertório antigo. O encerramento se dá a partir de relaxamento corporal e vocal.

➤ *Dança de salão*, tal atividade visa proporcionar uma atividade física, com os domínios motores, cognitivos e socioafetivos. O seu desenvolvimento prioriza danças que não carecem de parceiros para sua execução. O encerramento ocorre por meio de relaxamento e exercícios de respiração.

➤ *Dança coreografada*, objetiva representar o Estado do Pará em festivais, encontros, congressos, comemorações, conferências, seminários e outros tipos de eventos. O desenvolvimento ocorre por meio de ensaios das coreografias para apresentações. O encerramento se dá através de exercícios de respiração e desaceleração do corpo.

➤ *Memória*, esta visa propiciar através do convívio, uma melhor qualidade de vida aos idosos/as. O desenvolvimento ocorre por meio de informes sobre a atividade, dinâmicas de apresentação, entender como funciona a memória, técnicas para memorização, exercícios de fixação, rodadas de jogos, exercícios de raciocínio e concentração. O encerramento acontece com mensagens reflexivas.

➤ *Como usar o celular*, visa propiciar através do convívio, técnicas e ferramentas que facilitem o cotidiano dos idosos/as de forma prática. O seu desenvolvimento ocorre através de dinâmicas que auxiliem no aprendizado de como utilizar o celular. O encerramento ocorre com textos e mensagens para reflexão.

➤ *Turismo cidadão externo*, busca reconhecer o turismo como prática social, bem como, contribuir para a construção de novas experiências de vida. Assim, são realizados passeios a pontos turísticos, onde são trabalhadas dinâmicas de grupo e interação e conhecimento.

➤ *Turismo cidadão interno*, visa reconhecer o turismo como prática social, assim como, contribuir para a construção de novas experiências de vida. São realizados encontros quinzenais, assim como reuniões prévias as visitas monitoradas para possíveis orientações.

➤ *Dança rítmica*, tem como objetivo estimular as relações pessoais e interpessoais dos idosos/as a partir da exploração das diversas experimentações de movimentos, acelerados e desacelerados, bem como, fortalecer os vínculos socioafetivos. Inicia-se com alongamentos, em seguida são trabalhados vários ritmos como: funk, arrocha, sertanejo entre outros.

➤ *Alongamento*, onde se utiliza como prática de treinamento físico a chamada ginástica laboral, visando causar relaxamento nos corpos, bem como contribuir para as condições psicológicas dos indivíduos. Para tanto o trabalho se desenvolve a partir de técnicas de relaxamento, alongamento, respiração, reeducação postural e percepção corporal. A atividade se encerra com relaxamento.

Como bem identificado, este Centro se diferencia dos CRAS pela diversidade de ações desenvolvidas no espaço. As fotografias a seguir trazem algumas das atividades que são ofertadas aos idosos/as no Zoé Gueiros:

**Fotografias 15 e 16:** Atividades com os/as idosos/as do Zoé Gueiros.



Fonte: Agência Belém, 2016.  
Imagem: Tássia Barros, 2016.



Fonte: Pesquisa de Campo (Zoé Gueiros, 2017).  
Imagem: Arquivo Zoé Gueiros, 2017.

**Fotografias 17 e 18:** Atividades com os/as idosos/as do Zoé Gueiros.



Fonte: Pesquisa de Campo (Zoé Gueiros, 2017).  
Imagens: Arquivo Zoé Gueiros, 2017.



Fonte: Pesquisa de Campo (Zoé Gueiros, 2017).  
Imagens: Arquivo Zoé Gueiros, 2017.

Durante as observações *in loco* se notou que os/as idosos/as que participam das atividades são ativos, alegres, comunicativos, respeitosos, solidários uns com os outros e também demonstram aceitação e carinho com os profissionais, bem como, das atividades que

realizam, contudo, tais características não extinguem outras que não foram observadas, mas que podem permear a realidade dos/das idosos/as fora do ambiente institucional. Eram em sua maioria oriundos de segmentos da classe trabalhadora mais desprotegida como nos demais espaços. As exceções foram percebidas naqueles/as idosos/as que possuíam poder aquisitivo um pouco elevado, estes denotavam se preocupar com a aparência, as mulheres principalmente estavam sempre com os cabelos pintados, usavam roupas um pouco mais formais, também estavam sempre pintadas e com bijuterias demonstravam um pouco mais de vaidade.

As salas são estruturadas e geralmente se encontram lotadas de idosos/as para realização de atividades, a variação etária era bem perceptível, apesar de o predomínio ser da faixa de 60 a 69 anos, se conseguia fazer uma distinção em relação à idade deles, conforme se observa na fotografia abaixo:

**Fotografia 19:** Idosos/as em atividade física no Zoé Gueiros.



Fonte: Pesquisa de Campo (Zoé Gueiros, 2017-2018).  
Imagem: Luciana Nogueira, 2017.

No Centro, assim como nos demais CRAS, se observou idosos/as com necessidades de locomoção e de comunicação, estes recebem uma atenção especial tanto por parte dos profissionais quanto dos outros idosos/as. É perceptível que há um vínculo forte entre eles no espaço, o relato da coordenadora deste Centro evidencia que isso é resultado das ações promovidas pelo Centro:

A maioria chega aqui em situações de *isolamento* e a equipe consegue desenvolver um trabalho com eles visando à *autonomia* e o *empoderamento*, eles geralmente conseguem superar essa questão do *isolamento*, eles encontram motivação no espaço, nas pessoas, *se consideram como uma família* mesmo e aprendem a se cuidar e a aproveitar a velhice (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Essa fala evidencia a relevância dos *laços de convívio* e da *família* enquanto uma representação social, pois, o que se apreende é que o *isolamento* identificado entre os/as idosos/as, se apresenta, especialmente, pelo desgaste nas relações familiares e nesse caso há a necessidade de suprimento dessas relações, não por acaso, eles têm esse sentimento de pertença e de identificação de uma *nova família* que eles jugam ser construída no próprio espaço.

Para a execução das ações o Centro conta com uma equipe composta por: 01 (uma) coordenadora/assistente social, 02 (duas) assistentes sociais, 01 (uma) pedagoga, 01 (uma) técnica em desporto e lazer, 01 (uma) psicóloga, 03 (três) arte educadoras, 03 (três) educadores sociais, 01 (um) orientador social, 01 (um) agente administrativo, 01 (um) agente de serviços gerais, 02 (duas) agentes de copa e cozinha. Ressalta-se que, em acordo com o que dispõe a NOB-RH/SUAS a equipe mínima de referência para atendimento de famílias nos CRAS é de 02 (dois) técnicos de nível médio e 03 (três) técnicos de nível superior, de preferência 02 (dois) assistentes sociais e 01 (um) psicólogo, para até 2.500 famílias referenciadas. Ao observar os dados percebe-se a diferenciação quanto ao quadro profissional dos espaços, pois, enquanto nos CRAS se trabalha com essa concepção de equipe mínima para atendimento e que foi constatada nas observações, no Zoé se percebe uma distinção quando se identifica 05 (cinco) profissionais de nível superior e 07 (sete) profissionais de nível médio para a execução do Serviço.

Identificou-se também que o espaço passou por reforma e por adaptações necessárias para atender aos/as idosos/as, adquirindo assim uma estrutura que atende aos requisitos necessários para atendimento desta demanda. Atualmente o Centro conta com uma praça que dispõe de um coreto e bancos, onde os idosos/as costumam sentar para conversar, jogar dominó e baralho (conforme pode ser observado na fotografia abaixo); área para recreação com móveis como: cadeiras, mesas, ventilador e dois bebedouros; auditório amplo e que possui cadeiras acolchoadas, mesas, caixa de som, Datashow, barras de apoio na parede e centrais de ar, sala de coordenação com alguns móveis como: mesa, cadeiras, armário, ventilador, sala pedagógica que dispõe de quatro mesas, cadeiras, dois computadores, impressora, telefone, armários e central de ar, 03 salas para atividades as quais são rodeadas por espelhos e barra de sustentação na parede, sendo que uma possui também cadeiras, mesa e armário; cozinha adaptada com armários, fogão, freezer, geladeira, louças; piscina coberta e com aquecedor, corredor o qual dispõe de cadeiras e barras de sustentação em toda a sua extensão, neste também se localizam os arquivos do centro, almoxarifado ao qual não se teve

acesso e os banheiros os quais se encontravam limpos e em boas condições de uso nos dias de observação. Essas informações confirmam as contradições estruturais existentes entre os espaços, como já delimitados anteriormente.

**Fotografia 20:** Idosos em Praça de Recreação no Zoé Gueiros.



Fonte: Agência Belém, 2016.  
Imagem: Tássia Barros, 2016.

A partir da exposição das observações feitas durante o trabalho de campo e dispostas neste capítulo se pode identificar que os/as idosos/as se constituem em número expressivo no SCFV, bem como, em sua maioria demonstram aceitação ao que oferece o Serviço. Contudo, as contradições estruturais existentes nos espaços e a visível distinção feita pela Política Municipal de Assistência em relação ao Centro Zoé Gueiros, não puderam passar despercebidas, uma vez que, essas distinções incidem diretamente nas práticas adotadas nos espaços pelos profissionais que mesmo diante das precariedades que permeiam o cotidiano, buscam desenvolver um trabalho que venha a contribuir no estreitamento de vínculos relacionais, na prevenção de situações de *isolamento e na autonomia* dos/as idosos/as, objetivo do Serviço.

#### 4 O SCFV PARA IDOSOS/AS NO MUNICÍPIO DE BELÉM E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A *segurança ao convívio* quer seja no âmbito familiar ou comunitário está colocada pela Política de Assistência como uma estratégia frente às diversas formas de violência e/ou privação no âmbito da convivência, de tal forma, os serviços ofertados pela PSB vêm se tornando um importante balizador neste processo, já que objetiva segundo a Política prevenir situações de risco.

Neste sentido é necessário compreender que situações de risco a Política entende que necessitam ser prevenidas ou impedidas de ocorrer, neste caso, são aquelas provenientes da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, sejam estes, relacionais ou de pertencimento social. Para tanto, a Política indica que se podem prevenir riscos sociais e vulnerabilidades através do *desenvolvimento de potencialidades e aquisições*, bem como, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004, grifo nosso).

Assim, a Política de Assistência oferta ações e serviços que venham a contribuir no processo de *autonomia*, de *realização pessoal* e *desenvolvimento de potencialidades* dos sujeitos, com a finalidade de fortalecer os vínculos tanto familiares quanto sociais dos/das usuários/as atendidos. O texto da Política assegura que a segurança do convívio “[...] supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situação de perda das relações [...]” (BRASIL, 2004, p. 26). E mais, ela considera que todas as barreiras relacionais surgidas por motivos individuais, grupais, sociais por discriminação ou inaceitações e intolerância estão no campo do convívio.

Deste modo, verifica-se que a *segurança de convívio* é colocada como uma estratégia de superação frente às diversas situações que ocorrem tanto no ambiente familiar quanto social e que ocasionam a *fragilização dos vínculos familiares, sociais e de pertencimento*. Logo, o entendimento da Política é pautado na concepção de que as situações necessitam ser superadas e/ou trabalhadas para que não venha a ocorrer, para isso, é oferecida uma rede de serviços no âmbito da proteção social com o intuito justamente de prevenir tal ocorrência, ou mesmo, contribuir no fortalecimento de vínculos. Para Sposati (2007, p. 17) “[...] estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão/precarização venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição”, essa concepção está dentro do que a PNAS objetiva em relação aos seus usuários.

E mais, a *segurança de convívio* deve estar apoiada na “[...] oferta pública de *serviços continuados e de trabalho socioeducativo* que garantam a construção, a restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança, societários [...]” (SPOSATI, 2009, p. 212, grifo nosso).

Para Sposati (2009, grifo nosso), as situações que agridem a vida relacional em algum momento do ciclo da vida irão reduzir as possibilidades dos sujeitos e a presença delas na vida dos indivíduos agrava a sobrevivência e a existência em momentos da vida em que as fragilidades se apresentam de modo mais intenso, a exemplo da infância, adolescência e velhice. Em contraponto a estas situações está a centralidade na convivência abrangendo todas as expressões de pertencimento, desde o âmbito familiar até o comunitário. Com isso, ainda segundo a autora, quando *a convivência ultrapassa o contexto familiar* e se expande para esferas mais amplas *presume o desenvolvimento da autonomia, da liberdade, da representação e da cidadania*.

A proposta do Serviço de Convivência para o/a idoso/a disposta pela Política de Assistência está justamente centrada no *desenvolvimento de potencialidades e capacidades humanas*, a exemplo da *autonomia, da liberdade, da participação social*. Contudo, há que se atentar que este direcionamento retifica o papel do Estado ao incorporar nas políticas públicas um discurso e materialização de uma *Terceira Idade* que se consegue acima de tudo, pelo esforço individual, oferecendo para tanto ações e programas centrados na *autoestima e autonomia* dos/das idosos/as.

Considerando estas premissas identificou-se que uma parcela significativa dos/das idosos/as atendidos ao ingressar no Serviço se encontrava/encontram em situações de vulnerabilidade, seja por exclusão familiar ou social, precariedade quanto à renda e em alguns casos por vivências de violências, e o principal exemplo identificado foi o *isolamento*, essas situações justificam a inclusão no Serviço por situação prioritária. Também são consideradas prioridades de atendimento idosos/as com deficiência, pessoas com deficiência, usuários de programas de transferência de renda como o BPC e o Programa Bolsa Família. Os indicadores quantitativos dessas situações se encontram expressos na tabela a seguir:

**Tabela 3:** Indicadores de Situação Prioritária dos/das Idosos/as no SCFV por variação de sexo

<b>Indicadores de Situação Prioritária dos/das Idosos/as no SCFV por variação de sexo</b>												
<b>Espaços visitados</b>	<b>Feminino</b>						<b>Masculino</b>					
	BPC*	PCD*	BF*	Isolamento*	Vivência de Violência*	Nenhum Fator	BPC	PCD	BF	Isolamento	Vivência de Violência	Nenhum Fator
CRAS Aurá	07	01	00	06	00	08	01	00	01	03	00	01
CRAS T. Firme	14	05	00	11	03	47	03	03	00	04	00	05
CRAS Benguí	03	00	00	00	00	32	00	00	00	00	00	00
CRAS Barreiro	03	00	02	00	00	17	00	00	00	00	00	00
CRAS Pedreira	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
CRAS Tapanã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRAS Guamá	00	00	01	00	00	08	00	00	00	00	00	00
CRAS Jurunas	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
CRAS Cremação	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
CRAS Icoaraci	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
CRAS Outeiro	02	00	01	01	02	07	00	00	00	01	00	00
CRAS Mosqueiro	10	00	00	57	00	00	00	00	00	01	00	00
Zoé Gueiros	64	04	21	92	04	248	12	01	03	14	00	50
Total	103	10	26	167	09	367	16	04	04	23	00	56
Porcentagem (%)	9,98	0,96	2,51	16,18	0,87	35,56	1,55	0,38	0,38	2,22	00	5,42

Fonte: Pesquisa de Campo (Espaços da PSB do município de Belém, 2017 – 2018).

Elaboração: Adriana Silva, 2018.

(\*) Houve indicadores que se alteraram em razão de haver idosos que apresentaram mais de uma situação prioritária.

(\*\*) Informações não obtidas.

(PCD) Pessoa com Deficiência.

(BPC) Benefício de Prestação Continuada.

(BF) Bolsa Família.

(-) Não há idosos/as em razão de não haver atividades específicas voltadas a estes.

Os indicadores expostos na tabela acima permitem a constatação de que há um predomínio de situações de *isolamento* tanto entre as mulheres quanto entre os homens em relação às demais ocorrências, isso indica que “[...] as limitações e restrições causadas pelo envelhecimento muitas vezes leva os familiares a limitar e restringir ainda mais os relacionamentos e a comunicação destas pessoas” (BRASIL, 2013, p. 32). Daí a importância do trabalho realizado para fortalecer vínculos ou mesmo prevenir a incidência de fragilização.

Merece destaque para análise a incidência de *isolamento* dos/das idosos/as atendidos no Serviço, identificado nos dados quantitativos e confirmado nas falas dos profissionais entrevistados. Para os profissionais o *isolamento* é um dos principais motivos dos/das idosos/as procurarem o Serviço e por mais que haja outros fatores, este se sobressai e justifica inclusive outros não identificados, a exemplo da demanda espontânea que por si só já é indício de algum tipo de fragilização:

A maioria desses/as idosos/as que chegam pra nós, eles estão numa situação, na situação de *isolamento*, esse/a idoso/a geralmente *vive em casa sozinho, não está trabalhando, os filhos construíram outra família ou então trabalham*, aí o/a idoso/a ele vem se sente acolhido aqui, ele se fortalece, ele consegue *superar* essa questão do isolamento, através da convivência, das atividades, se mostra com mais *autonomia* inclusive [...] (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Todo o/a idoso/a que chega aqui ele vem por *demanda espontânea*, nós não fazemos busca dos/das idosos/as né, eles chegam até nós porque estão *sentindo falta da convivência, se sentem sozinhos, abandonados em suas casas*, então vem para fazerem as atividades aqui no CRAS e isso é porque estão *isolados* (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

Grande parte dos/das idosos/as atendidos aqui eles se sentem *isolados* essa é a *principal razão* deles procurarem o Serviço, *eles se sentem muito sós e precisam dessa convivência* (SOCIOEDUCADOR C, 2018, grifo nosso).

Ao considerar o *isolamento* para análise, atenta-se primeiramente ao significado da palavra, segundo o dicionário de língua portuguesa condiz com o estado da pessoa que vive isolada, que se pôs ou foi posta à parte. Essa definição não foge da realidade identificada nas falas dos profissionais, neste caso, compreende-se que o *isolamento* na velhice se trata de uma condição que não é autodefinida, mas sim pré-determinada pelos processos contraditórios da sociedade capitalista geradores de desigualdades que acabam por relegar aos indivíduos mais velhos/as um papel de improdutividade e inutilidade em face da diminuição de seu papel social.

Tal reflexão, já sustentada por estudiosos nesta dissertação de mestrado, indica que a saída das relações de trabalho e a consequente aposentadoria, acabam por gerar sentimentos de desvalorização e de inutilidade nos/nas idosos/as, bem como, os colocam em um patamar

de marginalidade ante os adultos ativos (BEAUVOIR, 1990; MERCADANTE, 1998; PEIXOTO, 2006). Além disso, o encerramento de atividades como o cuidado com os filhos e netos contribui neste processo. Por conseguinte, essa “[...] nova condição ressuscita *as tristezas da separação*, o sentimento de *abandono*, de *solidão*, de *inutilidade*” [...] (BEAUVOIR, 1990, p. 333, grifo nosso), comumente identificados durante a velhice.

Para Brasil (2013, grifo nosso), o *isolamento* decorre de várias restrições, que vão desde as *relações familiares* até as *relações de trabalho* as quais incidem significativamente nas percepções do/a idoso/a em relação ao mundo e as experiências. Neste caso, a necessidade de se sentir útil na velhice precisa encontrar formas de compensação das perdas dos papéis sociais e de pertencimento, assim, “[...] para se defender de uma inércia em todos os sentidos nefasta, é necessário que o velho conserve atividades; seja qual for a natureza dessas atividades, elas trazem uma melhoria ao conjunto de suas funções” (BEAUVOIR, 1990, p. 333).

É neste sentido de desenvolvimento de atividades que estimulem o aumento de potencialidades, de participação social, de experimentação de novas experiências por meio do convívio, que o Serviço de Convivência firma estratégias de superação frente às situações de fragilização de vínculos, a exemplo do *isolamento*. Nesse contexto há que se concordar com Sposati (2007, p. 17) ao indicar que “[...] ter proteção e/ou estar protegido não significa meramente portar algo, mas ter uma capacidade de enfrentamento e resistência”. Essa aptidão de persistência indicada por ela pressupõe que não é algo que parte tão somente do plano individual, mas também, de ações fomentadas por terceiros.

Ressalta-se que a procura espontânea pelo Serviço por parte dos/das idosos/as pode ser considerada uma real evidência de formas de *isolamento*, e neste sentido enfatiza-se que essa é uma condição que se dá muito mais pelo afastamento das pessoas das relações de convívio do que por fatores econômicos, portanto, esta é uma situação que pode acometer qualquer indivíduo independente de sua situação econômica. Essa questão é aqui destacada em decorrência de ser identificada uma fragilidade no entendimento de situação prioritária *versus* demanda espontânea nos espaços observados.

A análise dos dados cadastrais apontou que grande parte dos/das idosos/as estão classificados como em *situação não prioritária*, conforme mostrou os dados da *tabela 03*. As justificativas para isso encontram-se em dois fatores: primeiro pelo fato dos/das idosos/as chegarem aos locais por demanda espontânea e por outro a questão da renda. Contudo, o fato do/da idoso/a procurar pelo Serviço já indica alguma alteração em suas relações de convívio e

nesse caso, possuir melhores condições econômicas não impede as pessoas de sofrerem processos de exclusão gerados pela fragilização de vínculos, pois “[...] mesmo os velhos abastados são vítimas de sua *inutilidade* [...]” (BEAUVOIR, 1990, p. 337, grifo nosso), do contrário eles não demandariam o Serviço.

*A gente sabe que têm idosos/as aqui que teriam condições de tá em outros espaços, pagando outra hidroginástica, pagando outra atividade, tá, mas eles vêm, procuram o serviço e como a gente não é critério de exclusão, essa questão da renda, o/a idoso/a permanece até porque a política ela é universal a gente entende dessa forma, apesar de que o SUAS aponta na Tipificação quem é o público alvo, mas essas pessoas que chegam aqui permaneceram, ninguém excluiu, ninguém disse: olha você não é público alvo (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).*

*Eu sempre digo pra eles que isso aqui é um espaço de agregação, é um espaço de agregar as pessoas, de forma respeitosa, de forma harmoniosa e eu acho que é isso que eles se sentem bem, uma vez um senhor farmacêutico bioquímico a esposa dele pedagoga, eles já tinham passado por vários centros de convivência e eles vieram conhecer o Centro [...] eles ficaram encantados, eles tão e continuam aqui, eles tem uma renda boa na hora à gente consegue refletir com eles tem outros espaços, onde o senhor pode tá se oportunizando, uma melhor qualidade, assim de serviços, mas eles falaram [...] nos outros espaços a gente não consegue achar o que a gente encontra aqui, eles dizem eu não sei o que é que quando a gente não vem pra cá a gente sente falta [...] então não tem como não inseri-los no Serviço (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).*

Isso evidencia que a *renda* dos/das idosos/as vem sendo avaliada no processo de inclusão destes ao Serviço e mesmo que tenha sido apontado pela profissional o entendimento de *universalização* da Política de Assistência, sabe-se que esse conceito ainda encontra falta de clareza, pois, segundo afirmação de Sposati (2007), a assistência social se dedica às pessoas que não possuem meios necessários a sua sobrevivência e olhando por este viés, ela se ocuparia dos dependentes, das pessoas com deficiências, das crianças em abandono e perigo, dos/das idosos/as.

Neste sentido a autora segue fazendo duas pontuações, a primeira seria a de que estaria se tratando de pessoas interditas crônicas, ou seja, em plena dependência e por outro se tem a situação de pessoas *isoladas*, sem relações, sem alguém que se responsabilize em prover seus cuidados. Nesse caso a necessidade está em se atentar para o contexto que determina tal análise, ou seja, o modo como as pessoas acessam cuidados pessoais. Assim, quando cuidados pessoais são acessados como mercadorias, ou seja, pelo poder de compra, se constituem em ações de âmbito privado e lucrativo, a proteção social só é ofertada desde que a pessoa não tenha poder de compra (SPOSATI, 2007, grifo nosso).

Contudo, se a análise partir somente por esse viés de que a proteção social é destinada a quem não possui poder de compra, levará a consequências quanto ao atendimento do público a ser assistido pela assistência, pois, ainda segundo Sposati (2007), se adotam formas

ou seleção por *renda* para identificar se a pessoa deve ser atendida sem pagamento. Esse posicionamento demonstra que não se está considerando um direito pleno de quem tem uma necessidade que independe da renda, não importa o âmbito, mas sim uma concessão por possuir baixa renda, tal questão acaba por fragilizar a concepção de política pública fundada no direito.

Mesmo frente a essa fragilização de entendimento quanto à *universalização de acessos*, os profissionais buscam a primazia ao atendimento não somente aqueles que são considerados pobres, ressaltando aqui principalmente o fator *renda*, mas também se estende para aqueles/as idosos/as que buscam o Serviço porque sentem a necessidade de interagirem e conviverem com outras pessoas, em razão de estarem se sentindo *isolados*.

Para que se possa confirmar esta situação foram avaliados os indicadores de *renda* dos/das idosos/as que frequentam o Serviço regularmente, a partir dos dados quantitativos se identificou que uma parcela expressiva deles é aposentada ou pensionista, possui em geral um salário mínimo, alguns recebem até bem mais de três salários. Considerando este último caso, subentende-se que se fosse pelo viés concessão do Serviço por *renda* se teriam idosos/as que não se enquadrariam no perfil dos usuários a quem a Política se destina, contudo, o fator *universalização no acesso* aos serviços e a compreensão de que fragilizações de vínculos não decorrem necessariamente de possuir *renda*, possibilita a inclusão deste público. Além disto, também se identificou que uma parcela significativa se encontra fora do mercado de trabalho e sobrevive de auxílio de familiares, e de benefícios de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e o BPC, tais situações justificam a necessidade de inclusão deles no Serviço.

Os indicadores avaliados confirmam exatamente o perfil destacado pela Política de Assistência para atendimento do/da idoso/a nos espaços de proteção social básica, ou seja, possuir ou ter idade igual ou superior a 60 anos de idade; ser beneficiário do BPC; idosos/as de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; idosos/as com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário, onde as necessidades, interesses e disponibilidade destes indiquem a inclusão no serviço (BRASIL, 2013). Portanto, observa-se que o objetivo da Política abre uma lacuna para o acesso daqueles que não são considerados vulneráveis economicamente, ou seja, a ausência de oportunidades de convívio garante acesso desse grupo ao Serviço.

A tabela a seguir expressa os dados quantitativos sobre os indicadores de *renda* dos/das idosos/as que vêm sendo atendidos no SCFV, a partir da qual se pode identificar a variação que existe em relação a este fator:

**Tabela 4:** Indicadores de Renda dos/das Idosos/as no SCFV.

Indicadores de Renda dos/das Idosos/as no SCFV																				
Espaços Visitados	Variação Feminina (F) e Masculina (M)																			
	Aposentado						Pensionista		Não Declarou		Recebe ajuda		Sem Renda		Recebe de 1 a 2 SM*		Recebe BPC		Recebe BF	
	1 a 2 SM		Até 03 SM		Mais de 05 SM		1 a 2 SM		F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
CRAS Aurá	05	00	00	00	00	00	03	00	05	04	01	00	02	00	00	00	06	01	00	01
CRAS Terra Firme	25	07	02	00	00	00	14	00	00	00	06	00	00	00	00	00	12	05	22	00
CRAS Benguí	28	00	00	00	00	00	00	00	00	00	04	00	00	00	00	00	03	00	00	00
CRAS Barreiro	04	00	00	00	00	00	04	00	08	00	02	00	00	00	00	00	03	00	02	00
CRAS Pedreira	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
CRAS Tapanã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRAS Guamá	04	00	00	00	00	00	03	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00
CRAS Jurunas	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
CRAS Cremação	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
CRAS Icoaraci	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
CRAS Outeiro	07	00	00	01	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02	00	01	00
CRAS Mosqueiro	**	01	**	**	**	**	**	**	00	00	00	00	01	00	00	00	10	00	00	00
Zoé Gueiros	127	33	07	06	10	04	63	01	29	11	31	00	35	04	32	08	65	12	17	02
Total	200	41	09	07	10	04	89	01	43	15	44	00	38	04	32	08	101	18	43	03
Porcentagem (%)	19,37	3,97	0,87	0,67	0,96	0,38	8,62	0,09	4,16	1,45	4,26	00	3,68	0,38	3,10	0,77	9,78	1,74	4,16	0,29

Fonte: Pesquisa de Campo (Espaços da PSB do município de Belém, 2017 -2018).

Elaboração: Adriana Silva, 2018.

(\*) Renda oriunda de mercado informal e outras fontes não obtidas no trabalho de campo.

(\*\*) Informações não obtidas.

(SM) Salário Mínimo.

(BPC) Benefício de Prestação Continuada.

(BF) Bolsa Família.

(-) Não há idosos/as em razão de não haver atividades específicas voltadas a estes.

A tabela demonstra que em sua maioria os/as idosos/as são aposentados, pensionistas com renda de um salário mínimo, ou beneficiários de programas de transferência de renda, como BPC e BF. Aqui, cabe destaque especial para o BPC, enquanto um dos principais programas de atendimento ao/a idoso/a e que está previsto na CF de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), bem como pelo Estatuto do Idoso e pela PNI. O mesmo prevê a transferência de um salário mínimo mensal ao/a idoso/a e à pessoa com deficiência, desde que comprove sua condição de vulnerabilidade.

Para Pereira (2005), esse benefício embora represente um alívio material para os beneficiários extremamente necessitados, o mesmo padece de fragilidades e irracionalidades intrínsecas às políticas sociais focalizadas na pobreza, isso indica:

[...] uma caminhada, que não é só brasileira, em direção a um sistema de proteção social que, a despeito de minorar a situação social de penúria de idosos e deficientes, não prioriza a sua condição de cidadão particular [...] mas, a pobreza sobre posta à velhice e a deficiência. E isso, apesar de meritório, não livra esses segmentos de dois produtos perversos das políticas sociais focalizadas: o estigma de assistido, como um socialmente incapaz; e a periódica submissão desse assistido a constrangedoras e dispendiosas comprovações de necessidades, em nome do controle de possíveis fraudes (PEREIRA, 2005, p. 5).

Para Sposati (2007, grifo nosso), a discussão da velhice se amplia ainda mais quando se pensa na extensão da longevidade e juntamente com ela o aumento de pessoas dependentes de cuidados pessoais e de garantia de sobrevivência. É necessário garantir que os/as idosos/as tenham direito a sobrevivência e, nesse caso, segundo esta autora, uma das seguranças propostas pela Política de Assistência é a *segurança de sobrevivência*, a qual supõe um rendimento básico para aqueles que se encontram fora da relação de trabalho.

Para Berzins *et al.* (2016) a LOAS acabou transformando a Renda Mensal Vitalícia em um benefício condicionado às necessidades econômicas de caráter não contributivo e temporário, sendo o piso constituído de um salário mínimo. Contudo, isso denota que há uma contradição ao se adotar que a pobreza de idosos/as seja conjuntural, já que, no momento da vida em que se encontram e na sociedade de mercado em que se vive dificilmente alguém com mais de 65 anos que depende de um benefício para manter suas necessidades básicas conseguirá superar a condição de vulnerabilidade.

Isso demonstra que possivelmente o/a idoso/a das camadas mais pobres da população não deixará de ser assistido pela assistência, obviamente esse processo irá ocorrer justamente porque se o indivíduo chega à velhice em situações de vulnerabilidade em razão de fatores econômicos e sociais provavelmente continuará nela, o que o levará a ser constantemente público-alvo de políticas públicas, em especial, dos programas de transferência de renda, sem

deixar de mencionar que estes são passíveis de fraudes e cortes, o que pode se configurar em um fator importante no processo de exclusão dos idosos/as em relação ao acesso a renda tão necessária a sua subsistência.

Tal processo pode justificar a permanência do/da idoso/a no Serviço por tanto tempo, questão que evidencia uma contradição em relação ao texto da Política, pois, se o direcionamento dado por esta é de viabilização de serviços que possibilitem a superação de vulnerabilidades e leve a *autonomia* do usuário, que justificativa pode ser encontrada para os dados obtidos em trabalho de campo que indicam que a maioria dos/das idosos/as permanece no Serviço por muitos anos?

A permanência do/da idoso/a nos espaços é algo que suscita preocupações por parte dos profissionais, pois o *desligamento* que deveria ocorrer após a suposta superação de vulnerabilidades não consegue ser firmado. Para os profissionais isso é algo que necessita ser mais bem avaliado e trabalhado, não somente por parte deles que lidam cotidianamente com os/as idosos/as nos espaços, mas sim, há que haver uma articulação com outras instâncias responsáveis pelos serviços socioassistenciais. As falas dos entrevistados delineiam as dificuldades que eles encontram em relação a esta situação:

Olha essa é uma grande questão porque *esse Serviço ele já existe há 22 anos e há idosos/as que estão aqui desde esse período*, assim é um grande nó, uma grande questão [...] porque eu tenho uma visão da questão do envelhecimento, tinha que ter uma discussão maior envolvendo até mesmo o próprio Ministério, a própria SEASTER, a FUNPAPA, sobre esse olhar do/da idoso/a, porque o Serviço de Convivência ele estabelece um período que seriam de *dois anos* pra esse idoso/a vim, participar, mas, após esse período não conseguimos fazer esse desligamento (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Mais de dois anos? *Eu tenho idoso/a comigo há mais de dez anos* participando comigo de atividades, desde quando o Serviço inaugurou (SOCIOEDUCADORA D, 2018, grifo nosso).

[...] aqui inclusive uma assistente social teve uma vez que já chegou a me questionar, de como é que seria pra abrir vaga pra novos usuários já que é de *dois anos o prazo*, eu disse: pois é, nós sabemos que temos as normas, que poderia se seguir dessa forma, mas a gente trabalha com eles, pra eles se desenvolverem, então eles, se eles acharem que sim, tudo bem, se não, você não tem também como chegar e dizer olha você não pode vim porque vamos abrir vagas pra outro e essa pessoa cair numa *depressão*, ficar de novo no seu *isolamento* que é tudo o que a gente não quer (SOCIOEDUCADORA D, 2018, grifo nosso).

A gente tenta oferecer pra ele outras bases de apoio que não seja o Centro, que seja outros locais, mas, eles reportam pra gente, mas nos outros espaços a gente não encontra o que a gente encontra aqui, que é a questão da convivência, essa harmonia esse entrosamento, esse respeito, que vocês têm com a gente, essa relação à gente não consegue ver lá fora (COORDENADORA A, 2018).

Analisando o *não desligamento* dos/das idosos/as desses espaços, as colocações acima confirmam que tal processo não acontece de fato e que mesmo a Política de Assistência indicando o prazo de dois anos para a permanência no Serviço de Convivência, o que vem ocorrendo é a permanência e conseguinte *institucionalização* dos/das idosos/as no Serviço. Neste caso, reiteram-se estudos de Camarano (2016), a qual indica que o/a idoso/a por razões de ordens estruturais acaba sendo constantemente sendo assistido pela Política de Assistência. Ou seja, o fato dos/das idosos/as não quererem sair dos espaços não se relaciona somente com questões de ordem subjetivas, mas, sobretudo, por outros fatores de ordem estrutural da sociedade que contribuem decisivamente no processo de *isolamento*.

O entendimento dos profissionais neste sentido é de que o envelhecimento é um processo complexo e que não se trata apenas de promover ações que potencializem a condição de ser e decidir dos/das idosos/as, mas sim, entender que na velhice as forças sociais incidem negativamente na vida deles, portanto, desligá-los implicaria na perda do trabalho desenvolvido no Serviço de Convivência. Na realidade esse trabalho de convívio, de estreitamento de laços evidencia ser um ciclo que necessita ser constantemente alimentado na velhice. Além disso, eles avaliam que a desvinculação partindo do âmbito institucional pode gerar novamente a ocorrência de *isolamento*, já que as vivências e os ganhos relativos a fortalecimento de vínculos poderão ser enfraquecidos, o que potencializa a necessidade de um trabalho continuado com redes de apoio que deem o suporte necessário à fomentação das práticas de convívio, como bem indica Sposati (*apud* BRASIL, 2013, p. 9) “[...] eliminar/minimizar situações de privação material e discriminação negativa, requer serviços continuados, capazes de desenvolver potencialidades e assegurar aquisições [...]”.

Concepção divergente, também foi observada quando em uma das falas se identificou que há por parte de alguns profissionais a aparente preocupação de ordem tecnicista e operacional em desligar os/as idosos/as que já extrapolaram o tempo de permanência no Serviço, com a finalidade de abrir vagas para a demanda que chega, sem considerar os impactos que tal desvinculação provocaria na vida destes/as idosos/as.

Esse posicionamento reproduz as premissas das políticas sociais de cunho neoliberal observadas na sociedade nas últimas décadas, como já apontadas por Silva e Souza (2010), e que se sustentam na responsabilização centrada no próprio sujeito, nesse caso, o/a idoso/a, desresponsabilizando com o isso o papel do Estado, isso se sustenta quando se observa que no Estado neoliberal “[...] a desregulamentação, privatização e o abandono pelo Estado de muitas áreas da provisão social tem sido generalizada” (HARVEY, s/d. p. 9, tradução nossa). Assim,

identifica-se a real necessidade de apreender a velhice em toda a sua processualidade histórica, para que as intervenções dos profissionais sejam complexas e duradouras, como bem aponta Bronzo (2009) e que se pautem na garantia de direitos dos sujeitos e não nos interesses do Estado.

Além disso, também se identificou através dos relatos dos profissionais que nas raras vezes em que se observa o *desligamento* institucional dos/das idosos/as, isso é por solicitação do próprio idoso/a ocasionado por motivos pessoais ou mesmo de doenças e não parte do âmbito profissional, porém, ainda assim há a reincidência do/da idoso/a aos espaços, o que leva a confirmar a avaliação já indicada pelos profissionais de que o *desligamento* dos/das idosos/as pode significar o retorno ao *isolamento*.

Esse/a idoso/a por algum motivo se *desliga* do Centro, não demora dois meses ele está de volta efetivamente, então é um processo que a gente não consegue firmar (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

É difícil tu fazer um *desligamento* [...] na realidade, como a gente foca muito na convivência, elas ficam nessa convivência elas gostam da tua atividade e elas permanecem, a grande maioria delas só se *desliga* quando morrem ou quando elas ficam adoecidas aí elas não vem por um tempo [...] (SOCIOEDUCADORA D, 2018, grifo nosso).

Aqui no Centro nós não fizemos nenhum *desligamento*, quando acontece ele é por solicitação do próprio usuário/a, porque ele vai se afastar, vai viajar ou ele perdeu o interesse mesmo, são poucos, mas a maioria é porque vai viajar, vai morar em outro município ou por falecimento, nós mesmos como avaliação técnica de chegar e colocar que o idoso/a tem que ser *desligado* não fazemos [...] (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Aqui no CRAS a gente não faz esse *desligamento* às vezes por algum motivo as senhoras se afastam e aí pela lista de presença a gente consegue identificar isso e vai na casa faz a busca ativa, pra saber né o que tá acontecendo. Inclusive uma senhora se afastou fomos lá e detectamos que ela estava se *sentindo sozinha, depressiva, o filho mora próximo mais dificilmente vai visitar ela*, então a gente foi conversou com ela e conseguimos trazer ela de volta para as atividades, tanto que agora ela vem e se mostra melhor (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

Apoiado nos depoimentos se identifica o perceptível distanciamento que existe entre o que prevê a Política em relação ao *desligamento* dos/das idosos/as e as práticas adotadas pelos profissionais, pois o que se observa é que na avaliação destes a relação *usuário/desligamento* pode desencadear novos processos de vulnerabilidades no âmbito relacional e por mais que sejam dados direcionamentos para o tempo de permanência na instituição, tal questão encontra limitações. Além disso, apreende-se que *desligar* os/as idosos/as atribuindo a ele uma carga de responsabilidade que também é própria do Estado, acaba por contribuir em um processo de privatizar o enfrentamento de suas vulnerabilidades.

Neste sentido, torna-se oportuno enfatizar ainda a fragilidade que há em relação a uma rede de apoio ao Serviço, pois conforme as indicações dos profissionais o *desligamento* dos/das idosos/as se torna ainda mais difícil de proceder quando se identifica que não há outras políticas que deem um suporte no acolhimento desses/as idosos/as. A rede de apoio é de crucial relevância, pois como bem destaca Sposati (2009), ela não se constitui na união de entidades presentes em dado território, mas sim, é a pulsação conjunta das respostas frente às desigualdades sociais identificadas, visando à eficiência e eficácia na superação das vulnerabilidades. Isso requer uma ação de gestão consistente que seja firmemente monitorada e avaliada.

[...] é o grande nó pra gente, a gente não sabe ainda sinceramente como é que a gente vai fazer com relação a esse *desligamento*, a gente tá criando *estratégias* as demandas tão aumentando, mas é algo que a gente precisa tá vendo com a gestão porque se a gente faz o *desligamento* esse/a idoso/a volta pra sua casa porque infelizmente a gente não tem a *rede de apoio* (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

A gente não tem a *rede* principalmente com relação ao/a idoso/a funcionando de maneira adequada, então esse/a idoso/a ele chega aqui por uma atividade física, ele poderia sair daqui e ir, porque a gente sabe, por exemplo, que o/a idoso/a tá vindo só pela prática da hidroginástica não pela convivência então esse espaço não é o adequado, então olha o senhor quer só atividade física, então tem essa secretaria lá na praça tal, funciona tá funcionando um polo de atenção a saúde do/da idoso/a, um clube funcionando, só que isso não acontece, aí fica totalmente descoberto (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

A gente sabe que não tem como *desligar* o/a idoso/a do Serviço porque se ele sai daqui, ele vai pra onde? Infelizmente a gente não tem outros *locais* que deem a *continuidade* no Serviço de Convivência, então eles vão ficando (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

Assim, verifica-se que o referenciamento não consegue proceder, pois, se os/as idosos/as saem desses espaços o mais provável é que não encontrem outra política pública ou espaço que ofereça um serviço de continuidade e gratuito. Além disso, confirma-se a real dificuldade que há em relação à questão do *desligamento* dos/das idosos/as e como essa é uma situação frequente os profissionais buscam *estratégias* para enfrentamento. Essas *estratégias* foram identificadas nas falas dos profissionais e visam não somente oportunizar a demanda que chega, mas, também permitir que aquele/a idoso/a que está há muito tempo ligado ao Serviço continue fazendo suas atividades de convívio.

A equipe tenta montar *estratégias* no sentido de atender a nova demanda [...] quando os idosos/as chegavam aqui eles não tinham vagas, porque o/a idoso/a que tá aqui ele tá fazendo 20 anos hidroginástica, memória etc., 20 anos ele tá com aquela vaga dele lá e ele só quer fazer aquilo, não estava aberto a passar por outra atividade e quando chegava o idoso/a ele não tinha oportunidade [...] a *estratégia* que nós encontramos foi tá trabalhando como preconiza a Política por percursos [...] tem a

grade de atividades a gente dividiu o semestre em dois períodos [...] o idoso/a ele escolhe as atividades que ele quer fazer no primeiro período e no segundo só que elas não podem ser as mesmas por período [...] aí esse idoso/a vai ter que começar a percorrer vivenciar as outras atividades e liberar a vaga [...] foi à única *estratégia* que a gente conseguiu ver nesse momento de tá oportunizando que todos tenham acesso as atividades, sem ter que *desligar*, tanto que agora temos vagas (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

O *desligamento* não é frequente ao contrário elas não querem sair né, aí a gente precisa dizer que tem que *renovar* né de um ano pra outro, e elas vem e fazem à *renovação*, pra *atualizar*, a gente precisa dizer que o grupo vai aumentar, pra *desligar* é mais difícil, eles vem mesmo participar e eles gostam (COORDENADORA B, 2018, grifo nosso).

Conforme se observa, as *estratégias* estão sendo buscadas de maneiras diferenciadas para dar conta desta eminente situação e inserir o novo público que solicita a inserção no Serviço sem acarretar no *desligamento* da demanda reprimida. Chamou atenção à renovação anual do cadastro, enfatizada na fala da profissional, ser utilizada como uma *estratégia* para o *não desligamento*, essa atualização é uma das saídas encontradas para lidar com tal questão, pois ela permite avaliar os/as idosos/as a partir deste novo período e assim o ciclo vai se perpetuando, não por acaso, se encontra idosos/as vinculados ao Serviço por mais de duas décadas.

Isso também pode ser identificado na análise dos documentos cadastrais desses/as idoso/as, quando o que se observava era que existia tanto o tempo de inserção quanto o período de renovação para permanência no espaço e, neste caso a data de recadastramento atual é o que vem alimentando o Sistema de Informações da Assistência. Ou seja, os/as idosos/as frequentam o lugar por mais de dez anos, por exemplo, porém, sua situação de acompanhamento demonstra o contrário. Há, portanto, um esforço dos próprios profissionais em encontrar artifícios que possibilitem a permanência dos/das idosos/as no Serviço. Isso leva ao questionamento da própria concepção de *universalização de acesso* colocado pela Política quando o que se observa na realidade é uma contradição, quando ela estipula um tempo de permanência dos usuários demandantes do Serviço de Convivência.

Para que se possa ter uma dimensão da situação acima discutida, a tabela a seguir expressa dados referente à média de tempo que os/as idosos/as costumam passar frequentando o Serviço de Convivência no município de Belém:

**Tabela 5:** Indicadores de Tempo de Vínculo dos/das Idosos/as no SCFV por variação de sexo.

<b>Tempo de Vínculo dos/das Idosos/as no SCFV por variação de sexo e ano de inclusão</b>												
<b>Espaços Visitados</b>	<b>Feminino</b>						<b>Masculino</b>					
	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	21 a 22 anos	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	21 a 22 anos
CRAS Aurá	11	03	08	00	00	00	05	01	00	00	00	00
CRAS T. Firme	41	25	00	00	00	00	08	04	00	00	00	00
CRAS Benguí	09	19	07	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRAS Barreiro	10	10	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRAS Pedreira	00	10	37	00	00	00	00	05	03	00	00	00
CRAS Tapanã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRAS Guamá	05	03	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRAS Jurunas	11	40	09	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRAS Cremação	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
CRAS Icoaraci	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
CRAS Outeiro	07	05	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00
CRAS Mosqueiro	08	35	24	00	00	00	00	01	00	00	00	00
Zoé Gueiros	113	124	81	47	30	19	27	23	17	08	03	01
Total	215	274	170	47	30	19	40	34	21	08	03	01
Porcentagem (%)	20,83	26,55	16,47	4,55	2,90	1,84	3,87	3,29	2,03	0,77	0,29	0,09

Fonte: Pesquisa de Campo (Espaços da PSB do município de Belém, 2017 – 2018).

Elaboração: Adriana Silva, 2018.

(\*) Informações não obtidas.

(-) Não há idosos/as em razão de não haver atividades específicas voltadas a estes.

A tabela acima confirma a permanência regular dos/das idosos/as no Serviço de Convivência *muito além dos dois anos* estipulados pela Política. Este é o tempo que a Política entende ser necessário para se desenvolverem ações que possibilitem a superação de vulnerabilidades e o fortalecimento de seus vínculos. No entanto, identifica-se que tal fenômeno não se firma quando se constata que há limites quanto ao *desligamento* com a instituição.

Nesse contexto, o *não desligamento* do/da idoso/a leva ao questionamento da própria validade dos objetivos da Política em relação ao/a usuário/a idoso/a no Serviço de Convivência, ou seja, de desenvolvimento de capacidades através de ações de prevenção e proteção pautadas na “[...] defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social” (BRASIL, 2009, p. 14).

Identificou-se que o direcionamento que a Política dá nesse sentido leva a compreensão por parte dos profissionais de que a promoção desses fatores na vida dos/das idosos/as leva ao *empoderamento*, não por acaso se percebeu o uso frequente deste termo pelos profissionais para avaliar a situação dos/das idosos/as na instituição. Nota-se que este termo, apesar de bastante utilizado pelos profissionais, encontra-se implícito no texto da Política:

Se trata muito da questão de *empoderar* os/as idosos/as sabe com as atividades de convívio, com essa convivência aqui com a gente, a gente consegue trabalhar e desenvolver essa *autonomia* do idoso/a, ele se torna mais *participativo*, se sente com mais vontade de realizar as coisas e aqui pra gente é muito bom observar que a gente consegue ter esses resultados (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Aqui a gente trabalha no sentido de desenvolver, de levar os/as idosos/as a se sentirem capaz de realizarem outras coisas, atividades sabe, bem nesse sentido e eles gostam, depois que começam a frequentar as atividades, eles *participam* é muito essa coisa de fazer ele se sentir *empoderado* (SOCIOEDUCADOR C, 2018, grifo nosso).

É difícil tu fazer um *desligamento* eu sei que isso teria que ser um trabalho né que passasse, quando a pessoa se sentisse *empoderada*, saísse daqui, isso acontece, mas, um percentual bem pequeno (SOCIOEDUCADORA D, 2018, grifo nosso).

As atividades do Serviço de Convivência, por elas propiciarem esse convívio, por se trabalhar questões do dia a dia desses/as idosos/as contribui muito na questão da *autonomia* deles, eles passam a ser mais incisivos, *participativos* sabe se mostram mais *empoderados*, e isso resulta de todo o trabalho que é realizado com eles (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

As colocações dos profissionais confirmam a premissa identificada de que eles entendem o *empoderamento* como o resultado do trabalho desenvolvido com os/as idosos/as, por tal razão, este termo também será destacado para análise. De início torna-se relevante

indicar o significado de tal termo, neste caso, *empoderamento*, segundo Kleba e Wendausen (2009, grifo do autor) é um termo que tem sua origem do inglês (*empowerment*) e apesar dele ser apresentado na literatura com “[...] *uma abordagem voltada para melhorar a situação e a posição dos grupos mais vulneráveis* [...]” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 735, grifo dos autores), na concepção anglo-saxônica do liberalismo civil e religioso este termo se associa mais com uma concepção de concessão que se observa através da palavra *empower* que tem como tradução os verbos: autorizar, habilitar ou permitir.

Neste sentido, de acordo com as colocações de Gohn (2004, p. 23, grifo do autor), “[...] o significado da categoria *empowerment* ou empoderamento como tem sido traduzida no Brasil, não tem um caráter universal [...]”, sendo que no País ele acaba tendo dois significados:

Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu *crescimento, autonomia, melhoria gradual e progressiva de suas vidas* (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (GOHN, 2004, p. 23, grifo nosso).

Vasconcelos (*apud* KLEBA; WENDAUSEN, 2009, grifo nosso) indica que para além destes dois significados, a concepção de *empoderamento* por ter sofrido influência teórica de diferentes contextos, a exemplo do europeu, do anglo-saxônico e brasileiro, acabou por tornar este um *termo multifacetado* e seu entendimento varia de acordo com o contexto em que os atores sociais estão inseridos. E mais, para as autoras *empoderamento* significaria aumento do *poder*, da *autonomia* tanto pessoal quanto coletiva de indivíduos e grupos nas relações interpessoais e institucionais estabelecidas, em especial daqueles submetidos a diferentes formas de opressão, discriminação e dominação social.

Nesse caso quando os profissionais entendem o *empoderamento* como o resultado de promoção de *autonomia* e outras *potencialidades* dos/das idosos/as, na realidade estão reproduzindo concepções de políticas públicas, em especial, as de caráter neoliberalistas de repasse de responsabilidades para os próprios sujeitos.

O *empoderamento* da comunidade, para que ela seja protagonista de sua própria história tem sido um termo que entrou para o jargão das políticas públicas e dos analistas, neste novo milênio. Trata-se de processos que tenham a capacidade de gerar processos de desenvolvimento *auto-sustentável*, com a mediação de agentes externos – os novos *educadores sociais* – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos [...] (GOHN, 2004, p. 23, grifo nosso).

A concepção da autora contribui ainda para ratificar os principais profissionais identificados no desenvolvimento do trabalho com idosos/as no Serviço de Convivência, ou seja, os socioeducadores. São estes os agentes mediadores nesse processo de alteração das relações de *poder* dos/das idosos/as com a finalidade de contribuírem na *promoção de capacidades* que os possibilitem ter um maior controle de suas vidas.

Contudo, *empoderar* os/as idosos/as acompanhados pelo Serviço e que se encontram em situações de perda ou fragilização de vínculos para após dois anos fazer a desvinculação com a instituição por considerar que suas vulnerabilidades foram superadas, é um forte indício de que o direcionamento que a Política vem dando é de preparar os sujeitos para enfrentarem suas adversidades sozinhos eximindo com isso o próprio papel do Estado de provedor e cuidador daqueles indivíduos mais desprotegidos.

Além disso, também há outros fatores que merecem ser mais bem avaliados neste processo, pois conforme Bronzo (2009, grifo nosso), processos fomentadores de *empoderamento* requerem uma estrutura de oportunidade que possibilite às pessoas a efetivação das escolhas. Ou seja, a decisão de sair do Serviço de Convivência requer não somente que o/a idoso/a se sinta com *autonomia*, mas, depende também como aponta a autora, da existência de outros serviços e condições de suporte nas redes sociais que permitam e firmem a escolha de decisão dos/das usuários/as. Para ela não adianta aumentar a capacidade de decisão das pessoas se não existirem estruturas de oportunidades que possibilitem efetivar escolhas e transformar a capacidade de agir em ação efetiva, neste caso, em resultados.

Essa promoção de *autonomia* é muito presente nas falas dos profissionais, como já identificado nas passagens já transcritas e, esta se constitui em um objetivo da Política que reitera inclusive direcionamentos já indicados por Organizações Internacionais, a exemplo da OMS, para quem “[...] manter a *autonomia e independência* durante o processo de envelhecimento é uma meta fundamental para indivíduos e governantes” (OMS, 2005, p. 13, grifo nosso).

A *autonomia* se refere segundo a OMS (2005), à habilidade dos indivíduos em controlar, lidar e tomar decisões pessoais sobre o direcionamento de suas vidas de acordo com as suas próprias regras e preferências. Para a Política de Assistência a *autonomia* diz respeito à “[...] capacidade de lidar com sua rede de dependências, de eleger objetivos e crenças, atribuir-lhes valor com discernimento e coloca-los em prática com a participação e apoio de outros [...]” (BRASIL, 2013, p. 14), nesse caso, a *autonomia* estaria relacionada com o acesso

dos indivíduos a informações e a capacidade e *poder* de tomada de decisões destes. Isso reafirma a compreensão de que o direcionamento da Política neste sentido é de *empoderar* os/as idosos/as com a finalidade de prepará-los para enfrentar as situações que ocorrem com eles cotidianamente fora do âmbito institucional.

No entanto, como já indicado por Neri (2012, grifo nosso), manter a *autonomia* dos indivíduos requer condições socioeconômicas, culturais e estruturais que os permitam alcançar resultados positivos. Deste modo, quando se identifica nas falas dos profissionais que os/as idosos/as atendidos pelo Serviço conseguem promover sua *autonomia*, mas permanecem por muitos anos frequentando o Serviço, confirma a compreensão de que o problema não está no/na idoso/a, mas sim, nas estruturas sociais que contribuem nos processos de exclusão que levam a fragilização de vínculos. Portanto, em relação ao/a idoso/a esse trabalho necessita ser contínuo.

Bronzo (2009, grifo nosso) considera que o duplo caráter da pobreza enquanto um fenômeno que inclui aspectos mais e menos sensíveis, dimensões objetivas relativas à falta de recursos e também as subjetivas que se referem a valores, comportamento, *autonomia*, requer estratégias que visam superar a pobreza necessariamente, e isso tem que incidir nas pessoas. Desta forma, para se desenvolver técnicas sustentáveis e efetivas, é preciso alterar as condições limitadoras e investir no *empoderamento* dos indivíduos, através do aumento de sua *autonomia*, de suas competências, e na sua capacidade de autodesenvolvimento.

Apreende-se que a perspectiva da Política de “[...] proteção que pretende minimizar riscos ou eliminar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas pessoas, famílias e grupos sociais traz a centralidade da proteção e desenvolvimento da vida humana (BRASIL, 2013, p. 15)”, se pauta na forma de incentivo e desenvolvimento de capacidades humanas por meio de práticas de convívio, isso está de acordo com concepção indicada por Kleba e Wendausen (2009, grifo nosso) de que o *empoderamento* de pessoas diz respeito ao desenvolvimento de um dado modelo de autorreconhecimento, por meio do qual os indivíduos adquirem ou fortalecem o sentimento de *poder*, de *competência*, *autovalorização* e *autoestima*.

É por este viés que a Política de Assistência busca incentivar a capacidade dos/das idosos/as em lidar com sua situação de vulnerabilidade, propondo que as ações do Serviço de Convivência incluam vivências que valorizem suas experiências, bem como, estimule e potencialize a condição de escolher e decidir do/a idoso/a (BRASIL, 2004).

Portanto, este é o direcionamento dado e que busca ser incorporado no trabalho desenvolvido nos espaços da PSB de Belém pelos profissionais, contudo, levar a *autonomia* dos/das idosos/as através da indução de práticas de convívio, conforme já observado, requer o desenvolvimento de ações planejadas e continuadas que levem em consideração suas particularidades, além de outras formas de apoio, pois, segundo Bronzo (2009) o panorama da pobreza necessita, não somente de uma estrutura de oportunidades adequada, mas requer também, a atenção aos laços sociais, às condutas e ações que grupos, famílias, indivíduos e comunidades utilizam para lidar com a sua situação de pobreza e/ou vulnerabilidade.

#### 4.1 ATIVIDADES OFERTADAS AOS/AS IDOSOS/AS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

As ações desenvolvidas no Serviço de Convivência têm por finalidade contribuir no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da *autonomia* e de sociabilidades, além do fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. Deste modo, as intervenções a serem realizadas com os/as idosos/as necessitam considerar as características dessa demanda, bem como, a vivência em grupo e as manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, as quais se constituem em formas de interação, expressão e proteção social (BRASIL, 2009). Este objetivo da Política atende ao que predispõe o Estatuto do Idoso em seu Art. 20 que garante o acesso do idoso/a à educação, cultura, esporte, lazer e outros serviços desde que seja respeitada sua condição de idade.

Considerando essas premissas e apoiado nas falas dos profissionais se identificou que as principais ações ofertadas nos espaços para o/a usuário/a idoso/a belenense se constituem em *atividades culturais, esportivas/físicas, de lazer e de convívio*, com objetivo de fortalecer vínculos nos mais diferentes âmbitos.

Olha a principal atividade que a gente promove hoje com as idosas aqui no CRAS é a *dança*, tá, onde eles dançam ritmos diferenciados como *carimbó, forró* e outras *danças típicas* aqui da região. Além disso, a gente também oferece pra elas o *artesanato* que é algo que elas gostam bastante inclusive (COORDENADORA B, 2018, grifo nosso).

Aqui no CRAS nós temos dois grupos de *memória*, dois grupos de *yoga*, dois grupos de *alongamento*, um grupo de *artesanato* e também fazemos *passeios turísticos* com eles. Essas são as atividades que são desenvolvidas aqui com os idosos/as (SOCIOEDUCADORA D, 2018, grifo nosso).

A gente oferta aqui no Centro o Serviço de Convivência e as nossas principais atividades são as *atividades físicas* onde eles fazem *hidroginástica, atividade física funcional, alongamentos, as danças, as atividades culturais como peças teatrais, passeios turísticos* e outras *atividades de convívio*, objetivando essa convivência

esse estreitamento de laços mesmo dos idosos/as (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

As atividades que a gente oferece para as idosas aqui no CRAS e que buscam estimular o convívio são as *danças* com vários ritmos, inclusive elas se apresentam em outros locais, temos o *artesanato* onde elas confeccionam vasos, flores fazem pinturas em tecidos, também temos *atividade física* funcional como *alongamentos* e *passaios turísticos*, pra elas conhecerem outros pontos turísticos aqui da região (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

Como bem destacado, as *atividades* ofertadas através do Serviço de Convivência buscam valorizar a relação de convívio dessa demanda. A promoção de *atividades* identificadas nos espaços pode ser articulada a estudos, a exemplo de Pinto e Neri (2017, grifo nosso) que demonstram o desenvolvimento de uma teoria que discute os resultados das relações que os/as idosos/as estabelecem nas interações promovidas por *atividades*, dando um sentido mais *positivo* a velhice quando promovem ações que visam substituir ou mesmo compensar a perda de papéis sociais dos/das idosos/as:

[...] A *teoria da atividade* reúne uma extensa quantidade de dados empíricos que corroboram aplicações práticas, tais como, as *políticas de incentivo* à promoção da saúde por meio da prática de *atividades físicas*, do voluntariado e mais recentemente, da política de *envelhecimento ativo* proposta pela [...] OMS (PINTO; NERI, 2017, p. 261, grifo nosso).

Deste modo, destaca-se que as *atividades* trabalhadas no Serviço estão apoiadas nas orientações dadas pela Política através da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, grifo nosso) a qual indica que as ações ofertadas devem ser pautadas em *práticas culturais, esportivas, de lazer e de convívio*. Contudo, não se pode passar despercebida a relação destas com as ações que historicamente eram dirigidas pra esse grupo, só que nesse caso havia outro discurso e traçados metodológicos, “[...] esse trabalho era caracterizado pela *oferta de atividades culturais, esportivas e recreativas desconectadas e desarticulada*, justificadas como necessidade de *ocupação do tempo*” (BRASIL, 2013, p. 12, grifo do autor; grifo nosso). Atualmente, a concepção da Política possui outra diretriz e suas ações estão no campo da proteção e antecipação de situações de riscos sociais, sendo um avanço na nova configuração da Política, a inovação no campo da convivência, mas, isso não impede a *reiteração de velhas práticas*, as quais puderam ser claramente observadas, mesmo frente aos avanços.

As ações identificadas através do depoimento dos profissionais foram mapeadas e estão dispostas na tabela abaixo, para que possa ser visualizado as atividades ofertadas, bem como, os espaços que se sobressaem nas ofertas de atividades com os/as idosos/as:

**Tabela 6:** Atividades ofertadas aos/as Idosos/as no SCFV.

Atividades ofertadas aos/as Idosos/as no SCFV							
Espaços Visitados	Roda de Conversa	Atividade Física	Atividade Cultural/Turística	Reunião de Convivência	Dança	Atividade Artesanal	Atividades de Memória
CRAS Aurá	X			X			
CRAS T. Firme		X		X			
CRAS Benguí				X		X	
CRAS Barreiro	X			X			
CRAS Pedreira			X	X			
CRAS Tapanã	-	-	-	-	-	-	-
CRAS Guamá		X		X			
CRAS Jurunas	X	X	X	X	X	X	
CRAS Cremação	X	X	X	X		X	X
CRAS Icoaraci	X		X	X	X	X	
CRAS Outeiro	X		X	X	X	X	
CRAS Mosqueiro		X	X	X	X	X	
Zoé Gueiros		X	X	X	X		X

Fonte: Pesquisa de Campo (Espaços da PSB do município de Belém, 2017 – 2018).

Elaboração: Adriana Silva, 2018.

(-) Não há atividades direcionadas aos idosos neste espaço.

Conforme se observa há diferenciações quanto à oferta de atividades nos espaços, enquanto no Zoé Gueiros e nos CRAS's Jurunas, Mosqueiro e Cremação são desenvolvidas uma série diferenciada de atividades, nos demais CRAS o que se observa são apenas as *reuniões de grupo*, que os profissionais chamam de *rodas de conversa*, e *alongamentos*, os quais são coordenados principalmente pelos socioeducadores. Neste caso, o que se identifica é que as ações ofertadas na maioria dos espaços respondem minimamente ao que indica a Política e mais as observações realizadas em campo, permitiram verificar que há muito imprevisto na execução das atividades em razão principalmente da escassez de recursos materiais e da falta de capacitação profissional para a materialidade das mesmas. Considerando os elementos acima identificados, cada ação será destacada em particular a fim de demonstrar as diferenciações observadas nos espaços.

Os dados resultantes das entrevistas com os profissionais, bem como, de documentos consultados registraram a ocorrência das *reuniões de convivência* em todos os espaços. Tal *reunião* tem como objetivo realizar o debate com os/as idosos/as de temas considerados relevantes, e que fazem articulação com a realidade deles, entre os temas identificados estavam: Drogas, DST's, Ética e Cidadania, Câncer de mama e de próstata, Respeito e

Valorização da Pessoa Idosa entre outros. Os temas alvos de discussão têm vigência de três meses. Nessas reuniões também é realizado o *acolhimento* da nova demanda.

A *reunião* ocorre da seguinte forma: acolhimento, apresentação e discussões de assuntos relacionados ao tema proposto com objetivo de contribuir no processo de *empoderamento* e na viabilização de informações aos/as idosos/as sobre cuidados com a saúde, direitos socioassistenciais, participação social dentre outros, além disso, elas buscam levar a reflexão do/da idoso/a em relação às diversas situações tanto em nível de subjetividade, quanto de informações sobre o acesso a direitos sociais e deveres enquanto cidadãos. Identificou-se nos documentos consultados, que ao término da *reunião* é colocada uma mensagem para reflexão junto aos participantes. A coordenação das *reuniões* é de responsabilidade de técnicos com formação em Serviço Social e Psicologia:

Sim, a gente *realiza reunião de convivência* aqui no CRAS, inclusive agora a gente tá trabalhando o tema das drogas nesses três meses né, porque é uma realidade muito comum aqui na ilha de mosqueiro e que a gente consegue identificar junto aos/as idosos/as, tem até idosos/as aqui que sofrem com netos e seus filhos que usam drogas [...] (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

As *reuniões de convivência* realizada aqui no CRAS elas buscam, né, além de tá realizando discussões com os/as idosos/as, também tá fazendo o acolhimento não somente deles, mas das famílias deles e de outros usuários também, a nossa *assistente social* é que é a responsável pela reunião (COORDENADORA B, 2018, grifo nosso).

Essas *reuniões* elas geralmente ocorrem aqui, mas nesse último mês acabou não tendo porque as salas aqui do CRAS estão bem precárias e como estamos aguardando a reforma, é provável que elas fiquem suspensas por um período, mas depois retornem (SOCIOEDUCADORA D, 2018, grifo nosso).

A nossa *reunião de convivência* aqui ela é diferenciada e é realizada por grupos, como a gente tem muitos grupos aqui no Centro elas são divididas entre os grupos iniciantes e pelos avançados, sendo que cada grupo desse recebe o nome de uma árvore ou fruta típica da região para que os idosos/as memorizem o grupo ao qual pertencem (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Como se percebe, as falas dos profissionais confirmam a realização desta *reunião* nos espaços, além disso, destaca-se que a escolha dos temas das *reuniões* é feita em conjunto entre *profissionais e idosos/as*. Tal postura permite trabalhar situações que fazem parte da realidade dos/das idosos/as no território em que estão inseridos e, sobretudo contribuir no processo de desenvolvimento e fortalecimento de *participação social*:

O nosso *planejamento* semestral é feito em conjunto com os/as idosos/as, tá, isso ajuda a equipe a tá trabalhando atividades que vão de acordo com as necessidades deles, e eles *participam, opinam* mesmo sabe (risos) (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Todo o nosso *planejamento*, é um *planejamento participativo*, parte deles né, os temas, a organização do espaço o que é que tá faltando, é claro que a instituição, ela tem assim poucos recursos, então às vezes a gente se limita né. Mas a partir das *sugestões* que eles dão a gente procura sempre melhorar (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

Neste sentido, identifica-se que os profissionais em suas ações buscam contribuir no processo de desenvolvimento de *participação social* dos/das idosos/as, em acordo com o que predispõe a Política e o Estatuto do Idoso, a *participação social* dos/das idosos/as na família, na comunidade e na política. Para tanto, os profissionais buscam estimular os/as idosos/as à “[...] vivenciar experiências potencializadoras da *participação social*, tais como, espaços de livre expressão de opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas [...]” (BRASIL, 2009, p. 18, grifo nosso), tais experiências puderam ser identificadas não somente no *planejamento participativo*, mas também nas *interações artísticas e culturais* promovidas pelos espaços.

Tal prática se torna relevante quando se articula esse engajamento social em compensação a diminuição e/ou perda dos papéis sociais dos/das idosos/as. A *diminuição da participação social* deste segmento é observada, especialmente, segundo Pinto e Neri (2017, grifo nosso) na *diminuição das atividades sociais*, na *redução ou perda de contato com os amigos*, na *saída do mercado de trabalho*, bem como, na *diminuição dos laços familiares*. Ainda segundo os autores, isso incide tanto nos homens quanto nas mulheres, só que com características diferenciadas, pois, enquanto os homens tendem a se afastar das atividades políticas e do trabalho, as mulheres interrompem as atividades comunitárias.

Neste caso, quando se identifica que o maior público no Serviço de Convivência são as mulheres, se pode confirmar segundo Neri e Pinto (2017, grifo nosso) que na velhice os indivíduos tendem a continuar práticas que faziam parte de suas vidas na vida adulta. Ou seja, as mulheres encontram maior estímulo para entrarem e *participarem* dos grupos sociais de convívio, pois são práticas que faziam parte da sua realidade social, bem mais do que na vida dos homens.

Neste contexto, reitera-se segundo GETI (2013), que as ações que possibilitam novos arranjos no cotidiano dos/das idosos/as, que estimulem a criação de laços afetivos, o sentimento de pertença e de identidade com um grupo, podem desencadear processos positivos na vida dos envolvidos, visto que, contribui com o desejo destes se reinventarem nessa nova fase da vida, bem como, abrir-se a novas e desafiadoras experiências.

Outro tipo de *atividade* presente como ações dirigidas aos/as idosos/as nos espaços são as *rodas de conversas*, os dados obtidos através de documentos, de entrevistas e das

observações em campo, identificaram que este tipo de *atividade* busca, em especial, levar a reflexão dos/das idosos/as sobre assuntos relacionados ao seu cotidiano, bem como, às suas vivências:

Assim o grupo que eu tomei iniciativa de formar aqui com os/as idosos/as e que se chama feliz idade, às vezes a gente senta com eles e busca ta *conversando*, discutindo sobre *temas relacionados à saúde*, a como envelhecer com mais qualidade, eu busco ta lendo livros pra me ajudar assim nesse sentido (SOCIOEDUCADOR C, 2018, grifo nosso).

Sim, às vezes eu costumo fazer esse tipo de atividade aqui com os/as idosos/as dos meus grupos. Mas eu abro espaço pra essas *rodas de conversas* geralmente pra *fazer articulação com outra atividade*, por exemplo, quando a gente faz *passeios* com eles eu peço sempre pra eles observarem os locais, as coisas, o que chama atenção deles e depois em outro momento eu sento com eles e aí a gente abre espaço pra conversar sobre o que eles viram. Isso é muito interessante, porque contribui pra *estimular a memória* deles e também me ajuda conhecer os *significados que eles dão a esses passeios*, olha, com isso eu consigo identificar muita coisa da realidade deles (SOCIOEDUCADORA D, 2018, grifo nosso).

Conforme se observa, as *rodas de conversas* contribuem no conhecimento da realidade dos/das idosos/as, bem como estimulam práticas *participativas*. Durante as observações se conseguiu identificar que a realização deste tipo de *atividade* ocorre da seguinte maneira: dinâmica de *acolhimento*, na qual lhes são dadas boas-vindas, pode ser realizado *alongamento* com o objetivo de lhes proporcionar sensação de relaxamento e em seguida se inicia a *reunião* que pode ser um debate sobre determinado tema, ou música para reflexão, fica a critério do profissional.

Em dois espaços em específicos, CRAS Aurá e CRAS Barreiro, se pode observar o desenvolvimento da *roda de conversa*. No CRAS Aurá ela foi realizada a partir de uma música intitulada “Triste, louca ou má”, a letra da música foi disponibilizada impressa aos/as idosos/as para que pudessem acompanhar, havia umas duas idosas no grupo que liam pouco e, por isso, foram auxiliadas pelas demais. Quando iniciou a canção todos se puseram atentos a escutá-la, a mesma foi repetida para que eles pudessem assimilar melhor a letra.

Em seguida um dos socioeducadores iniciou a discussão e abriu espaço para que aqueles/as idosos/as que quisessem manifestar seu entendimento sobre o que haviam escutado o fizessem. A música pode ser considerada um meio que permite reflexões diferenciadas a partir da experiência ou vivência de cada um, esta em especial falava da mulher e do papel que é definido a ela pela sociedade. Várias idosas se pronunciaram relacionando a canção com suas experiências de vida, posicionamento que ratifica a fala dos entrevistados de que estas atividades possibilitam identificar as experiências que permeiam a realidade dos/das

idosos/as. Observou-se que havia respeito e atenção dos demais participantes em relação aos relatos.

A dinâmica proposta pelo profissional propiciou um momento de *debate*, no qual as participantes não se sentiram reprimidas em expressar fatos que ocorreram em suas vidas e que de certa forma as oprimia. Neste sentido, identifica-se que a interação do profissional com os/as idosos/as, bem como a sua forma de desenvolver a atividade desencadearam um processo positivo de aceitação e compartilhamento por parte dos/das idosos/as, isso ocorre justamente porque quando as propostas didáticas utilizadas nesses encontros conseguem fortalecer as pessoas e os vínculos, há muito mais possibilidades de partilhamento de experiências, assim como, de se terem resultados positivos junto aos/as idosos/as (BRASIL, 2013). Nas fotografias abaixo estão ilustrados esses momentos:

**Fotografias 21 e 22:** Momento de Roda de Conversa no CRAS Aurá.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Aurá, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2017.

Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Aurá, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2017.

Ao fim das exposições orais, o socioeducador finalizou o momento com uma mensagem para reflexão e em seguida colocou uma música mais alegre para que o grupo pudesse relaxar, dançar, pois, segundo informação deste profissional, esse tipo de interação mais descontraída também é importante, é uma forma deles não se sentirem enfadados em somente discutir assuntos, etc. A dança também contribui na sensação de prazer e alegria e, realmente isso pode ser constatado, pois, este foi um momento bem divertido em que todos demonstravam contentamento em dançar uns com os outros e com os profissionais também. A foto abaixo ilustra essa concepção:

**Fotografias 23 e 24:** Idosos/as dançando no CRAS Aurá.

Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Aurá, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2017.

Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Aurá, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2017.

Perspectiva de trabalho diferenciada desta foi observada no CRAS Barreiro. Não se identificou um *acolhimento* significativo dos/das idosos/as, uma saudação mais calorosa ou mesmo uma *escuta*, o profissional responsável pela atividade apenas iniciou a *conversa* indicando que o assunto a ser discutido seria *Os direitos fundamentais de cidadania*, destaca-se que este profissional é técnico em Desporto e Lazer e também é estudante do curso de Direito. Também se percebeu que não foi feito uso de outros recursos materiais de apoio mais específicos como disponibilização impressa do que estava sendo discutido, a exemplo do CRAS Aurá, o responsável por coordenar a *roda de conversa* fez uso somente do Estatuto do Idoso de onde ele destacou pontos para a discussão.

Durante as colocações do profissional as idosas se mostraram bem *participativas* nas discussões, trouxeram *exemplos do cotidiano* e eram incisivas em seus questionamentos sobre como elas poderiam estar se articulando para garantir ou viabilizar seus direitos. Alguns dos exemplos que foram citados diziam respeito a: violações nos transportes coletivos, em repartições públicas, bancos. Isso reitera a afirmação de profissionais entrevistados de que essas *rodas de conversas* ajudam a identificar as experiências cotidianas dos/das idosos/as.

A atividade foi encerrada sem nenhuma dinâmica, assim como, se iniciou também não se identificou nenhuma mensagem para reflexão, ou qualquer outra forma de despedida. Simplesmente se encerrou e cada idosa se dispersou para lanche e não se percebeu um estreitamento mais forte de laços neste espaço, deixando evidente que há certo imprevisto na realização da atividade. Em vista do observado neste CRAS, importa atentar que práticas fomentadoras de convívio requerem um estabelecimento de vínculos entre profissionais e usuários, pois, tal relação pode se constituir em importante balizador no desenvolvimento e

ampliação de novas práticas e contribuir no objetivo proposto pelo Serviço. De tal forma, mais do que estabelecer *diálogo de natureza informativa educativa*, é a forma de envolvimento do profissional para com os envolvidos. A fotografia a seguir ilustra o que foi identificado na *roda de conversa* desenvolvida no CRAS Barreiro:

**Fotografia 25:** Roda de Conversa no CRAS Barreiro.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Barreiro, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2017.

As *atividades físicas* também merecem destaque entre as ações e estão entre as mais procuradas pelos idosos/as. Elas foram identificadas em sete espaços: CRAS Terra Firme, CRAS Guamá, CRAS Jurunas, CRAS Icoaraci, CRAS Cremação, CRAS Mosqueiro e Centro de Convivência Zoé Gueiros. Essas *atividades* são coordenadas em geral por socioeducadores, com exceção do Zoé Gueiros e do CRAS Mosqueiro, que são administradas por técnicos em Desporto e Lazer. Observa-se que há uma contradição e mesmo distinção para o desenvolvimento de *atividades físicas*, pois as mesmas requerem profissionais capacitados com formação adequada para desenvolver tal atividade contudo, o que se identifica é que dos sete espaços apenas dois cumprem esse requisito, sendo nos demais desenvolvidos por socioeducadores, os quais em muitas situações e, pela aparente falta de capacitação acaba improvisando as formas de desenvolver seu trabalho, isso demonstra o real descompromisso da gestão de Assistência Municipal em relação à oferta de capacitações para os profissionais:

A gente chega aqui *sem nenhuma instrução* basicamente sem saber o que fazer [...] a gente *precisa de uma formação de uma capacitação, coisa que não foi ofertada* [...] fui pela minha experiência, eu pratico *yoga* há quase cinco anos, fora outros cursos que venho fazendo por fora, por minha conta mesmo, pra esse lado de terapia, eu venho aprendendo e sentindo como isso melhora nossa vida, então pensei, porque não levar alguma coisa nesse sentido para os/as idosos/as? Porque acho que é bem a cara deles mesmo, *o/a idoso/a precisa mexer o corpo, se acalmar mais, precisa aprender a envelhecer com saúde* [...] e aí eu comecei a estudar a questão do

envelhecimento por esse lado [...] mais *holístico* (SOCIOEDUCADOR C, 2018, grifo nosso).

Aqui no Centro nós temos a nossa *atividade física funcional, a hidroginástica* tá, que inclusive é a *atividade* mais procurada pelos/as idosos/as. Quem trabalha essas *atividades* com eles é nossa *técnica em Desporto e Lazer* (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Nós temos dia de terça e quinta *atividade física* que é *aeróbica, alongamento*, tá, que é um dos grupos que elas mais procuram, são essas atividades [...] para as nossas *atividades físicas* nós temos o *técnico em Desporto e Lazer* (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

Conforme se identifica através das falas de profissionais tais atividades são as que mais são procuradas pelos/as idosos/as, contudo, pela falta de capacitação dos profissionais e de uma estrutura de apoio adequada, algumas atividades são inseridas mesmo a partir das experiências dos próprios profissionais, um desses exemplos é o *Yoga*, identificado nos CRAS's Cremação e Guamá. Identificou-se que nesta atividade os profissionais buscam trabalhar dentro de uma visão mais terapêutica, voltada pro bem-estar da saúde, como se pode observar na fala já destacada de um dos profissionais. Esse tipo de visão holística, como ele bem destacou, reproduz as postulações colocadas pela OMS (2005) em relação ao envelhecimento ativo, no entanto essa visão demonstra limites e fragilidades, pois acaba sendo desenvolvido um trabalho sem articulação com o que indica a própria Política, além disso, para lidar com tal público se faz necessário compreender o que é o envelhecimento, o que a velhice representa e além de tudo qual a realidade desses idosos/as, e isso requer um trabalho continuado com cursos de formação e capacitação que deem o suporte necessário para os profissionais.

Neste sentido, considerando a natureza do Serviço de Convivência, toda e qualquer *atividade*, seja ela qual for, necessita fazer a mediação com a questão do convívio e para isso eles precisam encontrar meios que façam essa ponte entre atividade e fortalecimento de vínculos, porém, ainda há limites quanto a essa questão, há a necessidade de entendimento de como a realização desta atividade pode fomentar a ampliação dos laços de convívio dos/das idosos/as como evidenciou um dos profissionais:

O que é que eu faço com eles aqui? A gente faz um *trabalho corporal* trazendo as *frentes terapêuticas* e tudo, aí faço eles se mexerem, relaxarem aqui visando *promover a sua saúde*. Mas, assim eu venho descobrindo que não é, bem como to te falando, essa foi à forma que eu fui descobrindo, que eu *fui adaptando*, mas agora eu já to começando a entender que o trabalho que o *educador* tem que fazer não é só nesse sentido, mas sim que a assistência social tem que trabalhar a própria *comunidade*, buscar trabalhar eles dentro de sua *comunidade* como um *protagonista* da *comunidade* e tudo e eu to descobrindo cada vez mais (SOCIOEDUCADOR C, 2018, grifo nosso).

Em relação ao processo de condução da atividade como nas demais, o responsável dá as boas-vindas aos/as idosos/as, faz uma *escuta* quando necessário e posteriormente inicia um trabalho de respiração e relaxamento com eles, esta é uma atividade que exige silêncio e concentração e isso faz com que eles interajam pouco, não havia conversas ou risos durante a execução dos exercícios, também se pode observar que esta atividade era realizada em áreas que contavam minimamente com recursos materiais para seu desenvolvimento, o que se pode identificar foi a disposição de colchonetes no chão, conforme ilustra a fotografia abaixo:

**Fotografia 26:** Atividade de Yoga realizada no CRAS Guamá.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Guamá, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2018.

Além do *yoga* e como já identificado pelas falas dos profissionais, em sua maioria são realizadas *atividades físicas funcionais, alongamentos, atividades aquáticas e aeróbicas* com alguns exercícios mais específicos. As observações em campo permitiram identificar que antes de iniciar as *atividades*, são dadas boas-vindas aos/as idosos/as e em seguida é colocada uma música bem agitada para deixá-los animados e receptivos à *prática de exercícios*, durante a execução se notava a atenção dos profissionais em auxiliar alguns/algumas idosos/as. É evidente que as contradições estruturais puderam ser apreendidas nos espaços, no CRAS Terra Firme, por exemplo, os exercícios físicos tinham como instrumentos de auxílio garrafas pets com água e cabos de vassoura que cada idoso/a levava de sua casa, realidade diferente da observada no Zoé Gueiros onde se notou haver estruturas e objetos de apoio mais adequados para este tipo de *atividade*. Tal distinção chama atenção para a desigualdade da execução da Política nos espaços. As fotos a seguir são ilustrativas da distinção, enquanto as ações do Zoé Gueiros são executadas em salas confortáveis, as do CRAS Terra Firme, ocorrem em área de chão batido:

**Fotografias 27 e 28:** Atividade Física Funcional no Zoé Gueiros e no CRAS Terra Firme.



Fonte: Pesquisa de Campo (Zoé Gueiros, 2018).  
Imagem: Luciana Nogueira, 2018.

Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Terra Firme, 2017).  
Imagem: Jaqueline Silva, 2017.

Considera-se que a precariedade identificada no espaço não atende os requisitos necessários indicados pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais em relação aos recursos materiais socioeducativos para o desenvolvimento de atividades, nesse caso se identifica a fragilidade encontrada nos espaços em relação ao que diz a Política quando indica que “[...] é imprescindível que a infra-estrutura e os ambientes do CRAS respondam a requisitos mínimos para a adequada oferta dos serviços socioassistenciais de proteção social básica [...]” (BRASIL, 2009, p. 48).

Outras *atividades* recorrentes e identificadas nos CRAS’s: Pedreira, Jurunas, Cremação, Icoaraci, Outeiro, Mosqueiro e no Zoé Gueiros, são as *atividades culturais e artísticas*. Conforme indicado pelos profissionais estas também estão entre as mais procuradas e apreciadas pelos/as idosos/as, identificou-se que no geral são *performances, canto coral, teatro, danças folclóricas e passeios turísticos* e todas visam *estimular a convivência*, propiciar o aprendizado sobre costumes, lugares, além de *estimular a saúde e a participação social*.

A gente também sempre quando tem eventos assim, a gente busca uma coisa a mais assim, como um *canto*, uma *dança*, uma coisa que deixe eles assim alegres sabe (SOCIOEDUCADOR C, 2018, grifo nosso).

O grupo dos idosos/as aqui do CRAS é para que eles façam *danças*, não é um grupo de carimbó específico, então elas dançam várias músicas tá, que vai do *bolero ao forró*, e isso foi fundamental para que elas não entrassem em casa em *depressão*, se sentissem *isoladas* né, tudo aquilo que o idoso/a com a idade passa a adquirir, então elas gostam muito, são bem *participativas* ta, o socioeducador é o responsável pela atividade com elas (COORDENADORA B, 2018, grifo nosso).

A *dança* que a gente oferece pra elas é o *carimbó*, o *lundum*, que é uma *dança típica* aqui da região, é um grupo que é bem conhecido, bem tradicional aqui do CRAS, e aí a gente já vai trabalhar com elas né essa *sociabilidade*, o *alongamento* do corpo, essa *expressão corporal*. Temos também o *teatro*, o nosso socioeducador que trabalha com eles tem um bom currículo de formação continuada e ele já ta aqui desde o início, na realidade há mais de 20 anos, então ele consegue desenvolver um bom trabalho com elas, também temos os *passeios turísticos* onde a gente leva elas pra estarem conhecendo os pontos turísticos e é bom porque muitas das vezes são lugares que elas nem conheciam (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

Aqui no Centro nós trabalhamos as *danças* com os/as idosos/as, é, sempre considerando os ritmos que eles gostam, temos a *seresta* também onde eles mesmo tocam os instrumentos, temos o *turismo cidadão* onde a gente leva eles pra tá conhecendo outros lugares fora do município isso ocorre geralmente uma vez no mês, também temos as nossas *peças teatrais* em períodos festivos e eles *participam* bastante, os arte-educadores são os responsáveis né em ta é desenvolvendo isso tudo com eles (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Identificou-se a partir das observações realizadas nos espaços e das entrevistas, que as *performances*, as *peças teatrais* e o *canto coral* são atividades que se realizam em cumprimento ao calendário anual festivo, a exemplo da festa religiosa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, do carnaval, período natalino, semana da páscoa, festa junina, semana do folclore, entre outras datas. Neste sentido, os profissionais trabalham com eles, através de ensaios, das encenações teatrais, das aulas de canto, bem como confeccionam materiais a serem usados pelos idosos/as nas apresentações dos festejos, a exemplo, a confecção de fantasias, destaca-se que os idosos/as geralmente fazem suas apresentações também em outros espaços. A fotografia abaixo ilustra o desenvolvimento deste trabalho, na qual se observa tanto a aula de canto quanto a confecção de materiais pelos/as idosos/as, assim como, se identifica a disponibilização de recursos materiais para o desenvolvimento do trabalho:

**Fotografias 29 e 30:** Atividades preparativas de festejos realizados nos CRAS's Pedreira e Jurunas.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Pedreira, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2017.

Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Jurunas, 2018).  
Imagem: Adriana Silva, 2018.

As *danças* também ganham destaque neste sentido e os vários ritmos trabalhados com idosos/as contribuem, como já destacado pelos profissionais, no processo de desenvolvimento de sociabilidades. Observou-se, que as danças se constituem em um momento alegre, a aceitação ocorre principalmente pelas idosas, neste ponto, foi comum identificar a maior participação delas nos grupos de danças e nas apresentações fora dos espaços, também se verifica a utilização de trajes de danças típicas da região pelas idosas, isso pode ser constatado nas fotografias a seguir:

**Fotografias 31 e 32:** Idosas dos CRAS's Outeiro e Mosqueiro em Apresentações de Dança.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Outeiro, 2018).  
Imagem: Val Almada, 2018.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Mosqueiro, 2018).  
Imagem: Arquivo CRAS Mosqueiro, 2017.

**Fotografias 33 e 34:** Idosas dos CRAS's Outeiro e Mosqueiro em Apresentações de Dança.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Outeiro, 2018).  
Imagem: Val Almada, 2017.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Mosqueiro, 2018).  
Imagem: Arquivo CRAS Mosqueiro, 2017.

As *peças teatrais* também são atividades que sobressaem nesses espaços, neste tipo de atividades os/as idosos/as têm a possibilidade de desenvolverem novas potencialidades através da expressão corporal, das encenações, desta forma, entende-se que a promoção de *práticas artísticas* vem respondendo o que predispõe a Política quando indica que um dos

objetivos do Serviço de Convivência é justamente “[...] possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas potencialidades” (BRASIL, 2009, p. 16). As fotografias a seguir trazem exemplos de apresentações teatrais promovidas pelo CRAS Mosqueiro e pelo Zoé Gueiros, quanto aos recursos materiais utilizados nas apresentações não se identificou tanta diferenciação:

**Fotografias 35 e 36:** Apresentação Teatral realizada no CRAS Mosqueiro e no Zoé Gueiros.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Mosqueiro, 2018).  
Imagem: Arquivo CRAS Mosqueiro, 2017.

Fonte: Pesquisa de Campo (Zoé Gueiros, 2018).  
Imagem: Arquivo Zoé Gueiros, 2018.

Também se faz necessário destacar os *passeios turísticos* identificados através das falas dos profissionais, estes visam promover o acesso dos/das idosos/as a espaços culturais possibilitando a ampliação do conhecimento cultural e partilhamento de novos momentos. Contudo, durante as observações em campo se identificou que nem todos os espaços vêm possibilitando a prática do turismo e isso tem gerado insatisfação por parte dos/das idosos/as, pois, se apreendeu que esta é uma prática que eles gostam e, que, sentem falta. As fotografias a seguir registram a promoção da *prática de turismo* por alguns espaços:

**Fotografias 37 e 38:** Passeios Turísticos promovidos pelo CRAS Outeiro e Zoé Gueiros.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Outeiro, 2018).  
Imagem: Val Almada, 2017.



Fonte: Pesquisa de Campo (Zoé Gueiros, 2017).  
Imagem: Norma Azevedo, 2017.

Outra atividade identificada foi a *memória*, esta ocorre em dois espaços em particular, Zoé Gueiros e CRAS Cremação. Identificou-se através das falas de profissionais e de documentos consultados, que este tipo de exercício objetiva minimizar problemas causados pelo esquecimento, através de estímulos mentais e da prática de exercícios de fixação como jogos de memorização, dentre outras técnicas que contribuam no processo de fortalecer a *memória*. A observação de campo permitiu identificar que havia idosos/as com dificuldades de raciocínio bem como demonstravam esquecer rapidamente algumas instruções que lhes eram repassadas, as quais eram novamente repetidas pelos profissionais. Isso reitera estudos de que com o tempo as pessoas vão tendo um declínio de suas capacidades funcionais, o que se acentua ainda mais na velhice (ILC-BRASIL, 2015; BEAUVOIR, 1990).

Os dois grupos que eu tenho aqui são de *memória*, tá, são grupos grandes até geralmente vem de 15 a 20 idosos/as por grupo e essa atividade ela é desenvolvida porque a gente sabe que quando as pessoas né vão envelhecendo, *elas vão perdendo um pouco dessa capacidade de raciocínio, tem o esquecimento* e os exercícios que eu trabalho com eles é nesse sentido de fortalecer a *memória* deles. Por exemplo, a gente tava nesse período de recesso né então como tu podes ver, eu dei para eles resolverem coisas simples que eles já haviam resolvidos em outro momento, mas como eles ficaram todo esse tempo sem vim acabam tendo dificuldades de novo, então eu sempre procuro quando eles retornam trazer coisas mais simples, porque eu sei da dificuldade que eles apresentam (SOCIOEDUCADORA D, 2018, grifo nosso).

A atividade de *memória* aqui do Centro é tão procurada quanto a nossa hidroginástica, são uma de nossas maiores turmas aqui, na realidade a gente chega a ter fila de espera pra participar nessa atividade, então, a gente sempre procura formas de tá oportunizando os idosos/as a se inserirem nesse grupo, porque a gente sabe das dificuldades, é, que elas apresentam nesse sentido (COORDENADORA A, 2018, grifo nosso).

Durante a execução dos exercícios se pode perceber a concentração, bem como as dificuldades que estes tinham em resolvê-los, deste modo, o auxílio profissional a todo o momento foi notório. Também se identificou o uso de recursos materiais para a realização da atividade, como: lápis, canetas, borrachas e exercícios disponibilizados em versões impressas. As fotografias a seguir retratam esta prática, bem como as diferenciações quanto à estrutura nos espaços para a realização das atividades, pois, enquanto no Zoé Gueiros os/as idosos/as fazem as atividades em um ambiente climatizado com cadeiras mais confortáveis, no CRAS Cremação os/as idosos/as realizam esta atividade em uma sala com estrutura precária que ainda serve de almoxarifado:

**Fotografias 39 e 40:** Atividade de Memória realizada no CRAS Cremação e no Zoé Gueiros.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Cremação, 2018).  
Imagem: Adriana Silva, 2018.

Fonte: Agência Belém, 2016.  
Imagem: Tássia Barros, 2016.

Ademais, outra ação encontrada foi o *artesanato* realizado nos CRAS's Benguí, Mosqueiro e Icoaraci. Tal atividade é considerada pelos profissionais um *estímulo à memória* e à *coordenação motora* das idosas, além de contribuir com a convivência comunitária e prevenir possíveis situações de *isolamento*:

Elas fazem esse *artesanato* mais pra poder *desenvolver a coordenação motora fina, grossa*, que elas vão perdendo com o tempo né e também para elas se *socializarem* porque elas ficam em grupo, batem um papo (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

Aqui a gente também trabalha com *artesanato* e as idosas elas gostam disso, a gente trabalha com esse grupo com confecção de materiais, onde elas aprendem a confeccionar objetos elas se *socializam* e também né elas podem confeccionar o que aprendem aqui fora da instituição (COORDENADORA B, 2018, grifo nosso).

Conforme se identifica o artesanato também é uma atividade que está voltada para o estímulo à socialização e o fortalecimento das *funções cognitivas* das idosas. Observou-se que

elas confeccionam os materiais com atenção e paciência, mesmo encontrando dificuldades, realizam a atividade sem problemas. Geralmente são confeccionadas tiaras, laços, enfeites para a cabeça, flores, vasos, etc., o recurso material utilizado para isso são: fitas, tecidos, papéis, miçangas, plásticos, cola, tesouras, garrafas pet, etc., os quais são disponibilizados pelo espaço, bem como, há idosas que levam seu próprio material. A fotografia abaixo ilustra as idosas confeccionando materiais no CRAS Benguí e Mosqueiro:

**Fotografias 41 e 42:** Confeção Artesanal nos CRAS's Benguí e Mosqueiro.



Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Benguí, 2017).  
Imagem: Adriana Silva, 2017.

Fonte: Pesquisa de Campo (CRAS Mosqueiro, 2018).  
Imagem: Arquivo CRAS Mosqueiro, 2017.

Cabe destacar que em relação ao destino dos materiais produzidos pelas idosas se identificou que isso pode ser um estímulo para elas fazerem o que aprenderam visando algum rendimento, contudo, identificou-se que a nível institucional eles não podem ser comercializados, isso não é permitido pela instituição:

A instituição não permite que nós possamos vender os *artesanatos* delas, mas, elas já aprendem a fazer e por fora elas podem se sentir incentivadas pra poder fazer (PEDAGOGA, 2018, grifo nosso).

Aqui a gente também trabalha com *artesanato* e as idosas [...] né elas podem confeccionar o que aprendem aqui, fora da instituição, visando vender pra ter algum lucro pra elas, né (COORDENADORA B, 2018, grifo nosso).

Tal visão mereceu destaque aqui para que se possa observar que apesar do objetivo institucional não estar relacionado com a comercialização dos materiais produzidos pelas idosas, não se pode deixar de mencionar que tais atividades acabam por reproduzir uma prática presente nos programas tradicionais de assistência que eram dirigidos aos/as idosos/as, nos quais o trabalho que era desenvolvido tinha uma característica de integração social, quer

seja pela via de disciplinamento de comportamentos ou, pela *frágil e precária inserção no mundo produtivo* (BRASIL, 2013, grifo nosso).

A observação em campo permitiu associar traços dessa tradição, mesmo que os objetivos da Política de Assistência para esse segmento etário, hoje, sejam *incentivar a convivência e levar ao desenvolvimento de potencialidades humanas*, não se deixou de relacionar as novas ações com as velhas práticas assistenciais, *as palestras mensais de natureza informativa e participativa, as atividades físicas, culturais e de lazer, as atividades que se desenvolvem a partir da confecção de materiais* também estão dentro desse enquadramento. Ou seja, se constata novas ações recolocadas sobre velhas bases.

Por outro lado, também não se pode desconsiderar o fato de que talvez essas ações se perpetuem justamente porque se constituem em atrativos para os/as idosos/as, neste sentido, há que se concordar com a colocação do GETI (2013) quando diz que o compartilhamento de espaços e vivências trazem benefícios aos/as idosos/as, no entanto, a convivência em si exige outras formas de atrativo para o segmento etário em questão, no caso, bailes, atividades físicas, teatro, etc., possuem relação direta com o processo de socialização e por mais que estes não sejam o objetivo principal, sem eles as práticas tenderiam a perder seu poder de atração.

Portanto, quando se considera as ações que vêm sendo desenvolvidas, não há como não associar as primeiras iniciativas da Política de Assistência, se antes elas eram colocadas de modo desarticulado visando ocupar o tempo dos/das idosos/as, atualmente, se tem o mesmo modelo de ações, mas com padrões diferenciados, e com outros objetivos, ou seja, promover a convivência e fortalecer vínculos, e isso demonstra um passo muito importante na nova reconfiguração desta Política. Por outro lado, quando se atenta à concepção e alcance postos pela Política de Assistência *de desenvolvimento, aumento da autonomia e de potencialidades*, fica evidente um direcionamento e materialização de ações que não conseguem dialogar, isso quando se observa a permanência dos/das idosos/as nos espaços socioassistenciais. Neste sentido, acredita-se que a superação da vulnerabilidade relacional e a consequente sustentação da *autonomia* está condicionada a continuidade das ações e isso implica na condição do/da idoso/a de estar constantemente sendo assistido por serviços dessa magnitude, reafirmando a luta pela universalidade no acesso a direitos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se constituiu no esforço em contribuir com o aprofundamento do debate sobre a velhice, enquanto um fenômeno que ganha cada vez mais visibilidade na sociedade. Para tanto, parte-se da compreensão de que o mesmo leva a diferentes tipos de situações de desproteção pré-determinadas pela estrutura da sociedade capitalista, demandando cada vez mais políticas que contemplem esse segmento etário, visando não apenas a superação de suas vulnerabilidades, mas também contribuir com a desconstrução de preconceitos e estereótipos em relação a ele, os quais foram sendo construídos historicamente.

Atenta-se que a construção deste trabalho foi permeada por limites e desafios que dizem respeito tanto ao levantamento de dados quanto à análise dos mesmos. Assim, quanto às dificuldades no trabalho de campo destaca-se que há uma fragilidade nos espaços quanto à sua organização, pois os mesmos ainda não contam com um sistema de armazenamento de informações, por tal razão, os dados procurados tiveram que ser coletados manualmente diretamente no cadastro de cada idoso/a que frequenta regularmente o Serviço, isso demandou mais tempo e esforço no decorrer da pesquisa. Além disso, há espaços em que os prontuários não estão preenchidos na íntegra, com isso há informações sobre os/as idosos/as que deveriam estar nos cadastros, porém não estão, como, por exemplo, dados sobre raça/etnia, ocupação, local de moradia, com quem residem. Também houve CRAS em que não fui autorizada a acessar os cadastros e outros documentos, como relatórios sobre as ações com idosos/as. A justificativa era de que os documentos continham informações sigilosas ou de que os dados só poderiam ser disponibilizados em momentos em que os/as usuários/as não estivessem nos espaços. Para compensar a negação da consulta, alguns profissionais se dispuseram a enviar as informações sistematizadas posteriormente, retorno que só ocorreu da parte do CRAS Terra Firme. Tais, dificuldades incidiram diretamente na análise de dados, visto que, alguns dados não puderam ser analisados devido à quebra que houve nas informações. Ainda assim, houve o esforço e desafio de analisar e mensurar o máximo possível de informações.

O levantamento bibliográfico, da referente pesquisa, indicou que a produção social da idade foi sendo construída como um mecanismo de regulação social, onde o papel social dos/das idosos/as passou a ser definido pelo marcador etário (MERCADANTE, 1998; DEBERT 1996, 1997). Deste modo, estudiosos da área do envelhecimento humano, reivindicam que as determinações de classe, sexo, raça/etnia e aspectos socioculturais apareçam como marcador da heterogeneidade que permeia o universo dos/das idosos/as. Nesse sentido, ficou evidente que as categorias identitárias do velho/a, idoso/a e *Terceira*

*Idade* são definidas a partir dos interesses em confronto. Contudo, por mais que haja uma homogeneização nos termos para se referir aos/as idosos/as, sabe-se que eles não os contemplam da mesma maneira, pois velhos/as são identificados como idosos/as e pertencentes à *Terceira Idade* quando são acima de tudo consumidores e reprodutores de práticas das camadas mais jovens da população. Para além do mercado, o movimento social em defesa de uma velhice digna para todos consegue fazer com que o Estado universalize a retórica da identidade definida pelo mercado. É nesse contexto que o discurso da *Terceira Idade* passa a ser incorporado pela Política de Assistência.

A pesquisa de campo relativa ao objetivo desta dissertação de mestrado, ou seja, investigar a concordância *entre o legal e o real* no que diz respeito à Política de Assistência quanto à oferta de ações no Serviço de Convivência para os/as idosos/as em Belém-Pa, revelou dados indicadores de que há contradições quanto ao que preconiza a Política em relação à realidade observada nos espaços, mesmo frente aos inegáveis avanços que esta Política vem tendo nas últimas décadas. Partindo para a particularidade municipal da gestão da assistência social, a partir da pesquisa ficou evidente que há um tratamento desigual propiciado pela Política Municipal de Assistência em relação aos CRAS's e ao Centro de Convivência Zoé Gueiros, pois, apesar desses espaços ofertarem o mesmo Serviço, o que se observou é que ao Centro de Convivência foi disponibilizada toda uma estrutura tanto física quanto de apoio de recursos materiais e humanos para a execução das ações, diferente dos CRAS's aonde os limites vão desde espaços precários à falta de recursos humanos e materiais, sem contar na falta de condições legais de acessibilidade para atender tal público, evidenciando o distanciamento entre a realidade com as orientações que a Política traz em relação à oferta de espaços e estrutura adequada para atender este público (BRASIL, 2009).

Em face da real precariedade nos espaços, foi notório tanto o esforço quanto o imprevisto dos técnicos na materialização das ações, em especial nos CRAS's. Neste sentido há um duplo empenho, ou seja, de buscar realizar as ações com os/as idosos/as em cumprimento mesmo que mínimo ao que preconiza a Política, bem como responder as adversidades que caracterizam o cotidiano dos espaços. Além do mais, a disposição dos técnicos diante da adversidade com o trabalho, remete a fragilidade na garantia legal do governo municipal no cumprimento da Norma RH/SUAS (2012) referente à garantia da *equipe mínima* nas ações da Política de Assistência Social. Como pode ser observado no texto, a maioria dos espaços, e, por conseguinte, o Serviço de Convivência para idosos/as, apresenta no máximo dois técnicos, não raro um assistente social e um psicólogo ou um

pedagogo, além dos socioeducadores que se esforçam na realização de atividades pertinentes a professores de educação física.

Quanto ao público indicado pela Política para atendimento no Serviço, ou seja, idosos/as a partir dos 60 anos, beneficiários de programas de transferência de renda, bem como idosos/as com vivências de violências e em situação de vulnerabilidades, sejam estas, econômicas ou relacionais e de pertencimento, se observa a garantia legal e acesso ao Serviço. Chama atenção a presença majoritária de mulheres negras, na faixa etária de 60 a 69 anos de idade e com aposentadoria em torno de 01 (um) salário mínimo. Mas, também se observou a inserção de idosas de classe média na mesma faixa etária, com renda superior a três salários mínimo no Serviço, especialmente, no Centro Zoé Gueiros. A maioria destas mulheres que frequentam os CRAS's e o Centro de Convivência, quando não procura o Serviço em decorrência da condicionalidade dos vínculos ao Programa Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada, demandam espontaneamente as ações pela real necessidade de convivência com outras pessoas.

A busca e a assiduidade, especialmente das mulheres, ao Serviço podem ser justificadas pela condição de solidão que vivem em relação aos filhos que já constituíram famílias e quase não mantêm contato, por estarem fora das relações de trabalho, viúvas ou divorciadas e de outros fatores que contribuem para os aspectos existenciais. Ficou evidente nas observações dos espaços, que neles, as mulheres estabelecem vínculos, buscando suprir os vínculos que estão fragilizados na *família*. Nesse sentido, o cumprimento da premissa da Política ocorre, mas não conforme ela preconiza, ou seja, a Política objetiva fortalecer vínculos tanto no ambiente familiar quanto no comunitário (BRASIL, 2004, 2013). No entanto, os vínculos que se estabelecem não são com os familiares ou com a família primária, mas com a *família* que elas dizem construir nos espaços. As idosas se encontram e trocam experiências com outras mulheres com histórias semelhantes, mas, isso não significa alteração nas relações familiares, pois, nesse sentido, parece que elas continuam sozinhas.

Essa não efetivação da premissa da Política em relação ao fortalecimento do vínculo familiar, no caso das idosas, contribuía decisivamente para a resistência delas em se desligar do Serviço, o que se configura em real indício de que a saída do Serviço podia significar a piora das situações de isolamento, permitindo inferir que as referidas mulheres vivenciavam a família pela sua ausência e, que as relações construídas no Serviço, amenizavam os impactos desta falta remetendo para a relevância dele.

A resistência dos/das idosos/as ao desligamento do Serviço foi um dos mais significativos resultados da pesquisa. Apesar dos avanços que podem ser reconhecidos na Política de Assistência Social nos anos de 2000, principalmente no período de 2003 a 2013, as ações que materializam a Política não apresentaram nenhuma inovação em relação à definição de tempo de permanência do/da usuário/a. A definição de tempo limite às ações dos/das idosos/as é de dois anos. Após este período, considerando as premissas da Política, deve-se proceder ao *desligamento* do Serviço, entendido como *autonomia* dos/das idosos/as para conduzirem suas vidas. Embora os técnicos entrevistados tenham feito referência às estratégias utilizadas para legitimar a permanência dos/das idosos/as frente à resistência destes em continuar no Serviço, a pesquisa concluiu que a premissa da Política está marcada pela contradição que se caracteriza pelo discurso da *universalidade* no acesso e a real dificuldade na sua materialização.

Entretanto, mesmo frente às contradições quanto à materialização do que predispõe a Política, não se pode negar que a resistência das idosas em se deligar do Serviço, pode remeter a positividade quanto aos impactos das ações da Política na vida delas, pois o empenho das idosas em permanecer participando das atividades, indica que a inserção no Serviço de Convivência vem impactando na qualidade de vida dos usuários. Assim, embora tenha sido identificado fatores negativos, se faz necessária a relativização no que diz respeito às ações voltadas aos/as idosos/as.

Se por um lado à resistência dos/das idosos/as e o reconhecimento da gestão pelo protagonismo expressa uma inovação no âmbito da política de Assistência Social dirigida aos/as idosos/as, por outro lado, os limites que a estruturam não permitem que a resistência pela permanência no Serviço assegure ampliação de oferta dos espaços e de usuários/as chamando atenção para o velho desafio que se coloca aos que lutam por igualdade social de transformar o discurso da *universalidade do acesso* em sua materialização, desafio que encontra mais dificuldade na atual conjuntura brasileira.

Conclui-se, portanto, que apesar dos avanços no âmbito da Política de Assistência e que mesmo o Serviço de Convivência para idosos/as se constituir em avanço frente às primeiras iniciativas da Política, que ainda sob o modelo de gestão da antiga LBA eram marcadas pelas ações filantrópicas vinculadas ao primeiro damismo e a igreja, a materialidade das ações, hoje, ainda estão permeadas por fragilidades. Neste sentido, considera-se que há limites estruturais e de gestão que incidem diretamente na materialização das ações, pois o que se observa na realidade é que os espaços socioassistenciais atendem minimamente ao que

predispõe a Política, além de haver tanto o esforço quanto o imprevisto dos profissionais em tentar atender ao que preconiza a Política. Portanto, fica evidente que o real e o legal quanto à oferta e execução de serviços socioassistenciais dialogam minimamente, nos espaços de execução da Política no município de Belém- Pa, em especial no Serviço de Convivência.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. L. V. Modernidade e velhice. In: **Revista quadrimestral do Serviço Social**. São Paulo, n. 75, Cortez, 2003.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Belém PA. 2010. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/belem\\_pa#demografia](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/belem_pa#demografia)>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- BARRETO, Maria Leticia Fonseca. **Admirável mundo velho: velhice, fantasia e realidade social**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. **Agência Belém**. Centro de Convivência no Bairro do Tapanã transforma vida de Idosos. Belém, 2016. Disponível em: <<http://www.agenciabelem.com.br/Noticia/123241/centro-de-convivencia-no-bairro-do-tapana-transforma-vida-de-idosos>>. Acesso em: 02 mar. 2018.
- BERNARDO, M. H. J. Revisitando as políticas sociais dirigidas ao segmento idoso. **XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Ribeirão Preto. ABEPSS, 2016. 1 CD-ROM.
- BERZINS, M. A. V. S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Revista quadrimestral do Serviço Social**. São Paulo, n. 75, Cortez, 2003.
- BERZINS, M. A. V. S.; GIACOMIN, K. C.; CAMARANO, A. A. A assistência social na Política Nacional do Idoso. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Carla Cristina (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Programa de Capacitação em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, UnB/CFESS, 2009.
- \_\_\_\_\_. Condições de trabalho e projeto Ético-político profissional. In: **Seminário Nacional o Trabalho do/a Assistente Social no SUAS**. 1, Rio de Janeiro: Conselho Federal de serviço social (CFSS), 2009.
- BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. In: XAVIER, J. O. (Org.). **Vade Mecum Previdenciário**. São Paulo: Rideel, 2011.

\_\_\_\_\_. **INFORME BRASIL PARA A III CONFERÊNCIA REGIONAL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE ENVELHECIMENTO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Federal Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Lei Federal Nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994. **Política Nacional do Idoso**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei Federal Nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Portaria 2.528 de 19 de outubro de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.saudeidoso.icict.fiocruz.br/pdf/PoliticaNacionaldeSaudedadaPessoaIdosa.pdf>> Acesso em: 09 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução CNAS Nº 33 de 12 de dezembro de 2012. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 109 de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 145 de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Cartilha-CRAS**. Brasília, 2009.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

BRUNO, M. R. P. Cidadania não tem idade. **Revista quadrimestral do Serviço Social**. São Paulo, n. 75, Cortez, 2003.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

\_\_\_\_\_. O envelhecimento populacional nas agendas das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

\_\_\_\_\_. **TEXTO DE INTRODUÇÃO.** In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Carla Cristina (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões.** Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE ZOÉ GUEIROS. **Planejamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: 2º semestre/2017.** Belém, 2017.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE – ILC Brasil. **Envelhecimento Ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade.** Rio de Janeiro, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito: racismo.** Brasília, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTO, Berenice. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, n. 34, p. 39-56, 1997.

\_\_\_\_\_. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, São Paulo, n. 42, p. 70-83, jun-agos. 1999.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo.** Tradução de Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERNANDES, F. et al. **Dicionário brasileiro globo.** 52. ed. São Paulo: Globo, 1999.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Envelhecimento no Século XXI: celebração e desafio.** HelpAge, 2012.

GERÊNCIA DE ESTUDOS E PROGRAMAS DA TERCEIRA IDADE DO SESC SÃO PAULO – GETI. O que pode um encontro: o programa Trabalho Social com Idosos do SESC e a sociabilização como elemento transformador nas ações voltadas para a pessoa idosa. **A Terceira Idade: estudos sobre envelhecimento**, v. 24, n. 58. São Paulo: SESC-SP, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação social da comunidade em políticas sociais. In: **Saúde e Sociedade**. v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago, 2004.

HADDAD, Eneida G. de Macedo. **O direito à velhice: os aposentados e a previdência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HARVEY, David. **Breve Historia del Neoliberalismo**. S/D. Disponível em: <[http://ffyl1.uncu.edu.ar/IMG/pdf/breve\\_historai.pdf](http://ffyl1.uncu.edu.ar/IMG/pdf/breve_historai.pdf)>. Acesso, 08 fev. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_.; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 37 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas de Gênero: Uma análise do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2013**. IBGE, 2014.

\_\_\_\_\_. SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010, PARÁ. Disponível em <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=15#topo\\_piramide](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=15#topo_piramide)>. Acesso em: 07 fev. 2017.

JÚNIOR, A. A. S. A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, São Paulo, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo, Editora Atlas, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Gianotti; Traduções de José Carlos Bruni (et al.). 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. Posfácio da 2ª edição. In: **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MERCADANTE, E. A velhice: culturas diversas, temporalidades distintas. **Revista A Terceira Idade**, Ano X, n. 14. SESC-SP, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MIOTO, R. C. T. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI et al. (Orgs.). **Política Social no Capitalismo:** tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social:** ensaios sobre, Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, L. O. Envelhecimento. In: MOTA, L. O. **Envelhecimento e Inclusão Social:** o projeto agente experiente. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 15-41. Disponível em: <<http://www.2.dbd.puc-rio.br/pergamun/tesesabertas/051067207pretextual.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

MOTTA, A. B. Chegando para a idade. In: BARROS, M. M. L (Org.). **Velhice ou terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. São Paulo: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Envelhecimento e Sentimento do Corpo. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR., Carlos E. A. (Orgs.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MUCIDA, Ângela. **O sujeito não envelhece** – Psicanálise e velhice. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NERI, A. L. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. **Revista A Terceira Idade**, Vol. 16, n. 34. SESC-SP, 2005.

NERI, A. L.; YASSUDA, M. S. Apresentação. In: **Velhice bem-sucedida:** aspectos afetivos e cognitivos. Campinas, SP: Papirus, 2012.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e política social:** Módulo 1 – Crise Contemporânea e questão social. Brasília: CEAD, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XV, n. 44, Cortez, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Envelhecimento Ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde.** Brasília, 2015.

PAZ, S. F. A Política Nacional do Idoso: considerações e reflexões. **A Terceira Idade: estudos sobre envelhecimento**, Vol. 24, n. 58, SESC-SP, 2013.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PEREIRA, P. A. Formação em serviço social, política social e o fenômeno do envelhecimento. **Seminário sobre Educação Superior e Envelhecimento Populacional no Brasil**. Ministério da Educação (MEC) – SESu / CAPES. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Política Social: Temas e questões**. 2. ed.. São Paulo: Cortez, 2009.

PESSÔA, E. M. **Assistência Social ao Idoso enquanto direito de proteção social em municípios do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/460/1/422454.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PINTO, J. M.; NERI, A. L. Trajetórias da Participação Social na Velhice: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, p. 260- 273, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Núcleo setorial de planejamento. **Relatório de Gestão da FUNPAPA 2005-2012**. Belém, 2012.

RAUTH, J.; PY, L. A história por trás da lei: o histórico, as articulações de movimentos sociais e científicos, e as lideranças políticas envolvidas no processo de constituição da Política Nacional do Idoso. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Carla Cristina (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

SALGADO, C. D. S. MULHER IDOSA: A feminização da velhice. **Rev. Estud. Interdiscp. Envelhec.**, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Nova York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, M. R. F. Envelhecimento e Proteção Social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 215-234, maio/ago. 2016.

SILVA, M. R. F.; YAZBEK, M. C. Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. **Rev. Katályses**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 102-110, jan/jun. 2014.

SILVA, F. D; SOUZA, A. L. Diretrizes Internacionais e Políticas para Idosos no Brasil: a ideologia do envelhecimento ativo. **Revista de Pol. Públ.**, São Luís, v. 14, n. 1, p. 85-94, jan./jun. 2010.

SPOSATI, A. A pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis: Edufsc, número especial, p. 15-25, 2007.

\_\_\_\_\_. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. Proteção e desproteção social na perspectiva dos direitos socioassistenciais. In: **Cadernos de textos da VI Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2007.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Envelhecimento na agenda pública brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 7, n. 1, p. 113-136, jan.-jun. 2003.

\_\_\_\_\_. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Rev. Pol. Púb.**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul/dez, 2009.

XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 2016, Olinda, **Anais Eletrônicos...** Olinda/PE, 2016. 1 CD-ROM.

XV CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. 2016, Ribeirão Preto, **Anais Eletrônicos...** Ribeirão Preto/SP, 2016. 1 CD-ROM.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e Políticas Sociais. **Praia Vermelha**: estudos de política e Teoria Social, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 72-94, 2008.

**APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada dirigida a Técnicos do SCFV e Gestores dos CRAS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

1. Há quanto tempo você trabalha no CRAS?
2. Há quanto tempo você desenvolve atividades tendo como público alvo o idoso/a?
3. Quais os serviços específicos direcionados aos idosos/as nesse espaço? (conforme a resposta prosseguir com o aprofundamento da questão).
4. Em média quanto tempo os idosos/as permanecem participando regularmente no serviço?
5. Como a instituição percebe o tempo de permanência do idoso/a nesse espaço?
6. Como a instituição enfrenta administrativamente a demanda reprimida? (conforme a resposta prosseguir com o aprofundamento da questão).
7. Você consegue identificar os determinantes que contribuem para a permanência dos idosos/as além do tempo definido pela Política? (conforme a resposta prosseguir com o aprofundamento da questão).
8. Qual o perfil do idoso/a com mais tempo de permanência no Serviço?
9. No caso da desvinculação ou desligamento de quem parte a decisão? Idoso/a ou instituição? Descreva o processo?
10. Quando essa desvinculação parte da própria instituição, o que a justifica?

**APÊNDICE B – Termo de Autorização de Uso de Voz e Imagem**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ E IMAGEM**

Pelo presente instrumento, eu, abaixo identificado, autorizo voluntariamente a **Adriana Benedita Azevedo da Silva**, CPF 90740327291, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, a utilizar a minha voz e imagem, bem como as informações por mim fornecidas. Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a minha voz, imagem e informações por mim fornecidas à ela, da forma que melhor lhe aprouver, na pesquisa: **O IDOSO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: um estudo nos espaços da Proteção Social Básica no Município de Belém-PA.**

Para qualquer informação o Senhor (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora, através do e-mail: [adriana100azevedo@hotmail.com](mailto:adriana100azevedo@hotmail.com) ou pelo telefone (91) 98089-4015.

Belém-PA, \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_